

A coleção colonial de restos humanos no MUHNAC: Missão Antropológica de Moçambique.

Fernanda Lourenzo de Carvalho

Orientador: Prof. Doutora Susana Garcia

Coorientador: Prof. Doutora Celeste Quintino

Dissertação para obtenção de grau de Mestre
em Antropologia

Lisboa
2019

WWW.ISCSP.U LISBOA.PT

A coleção colonial de restos humanos no MUHNAC: Missão Antropológica de Moçambique

Fernanda Lourenzo de Carvalho

Orientador: Prof. Doutor Maria Susana de Jesus Garcia

Coorientador: Prof. Doutor Maria Celeste Gomes Rogado Quintino

Dissertação para obtenção de grau de Mestre
em Antropologia

Júri:

Presidente:

Doutora Maria de Fátima Calça Amante, Professora Associada do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa;

Vogais:

Doutora Maria Susana de Jesus Garcia, Professora Auxiliar do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa, na qualidade de orientadora;

Doutora Tânia Cristina Frazão Moreira Ganito, Professora Auxiliar do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa.

Lisboa
2019

Índice

Dedicatória	ii
Agradecimentos	iii
Resumo	iv
Abstract	v
Lista de Abreviações e Siglas	vi
Introdução	1
Apresentação do tema	1
Objetivos e questões de investigação.....	2
Estrutura do trabalho	3
Capítulo 1: Antropologia Colonial, Biopolítica e Museus	4
1.1. Outro, Raça e Ciência	4
1.2. Museologia.....	9
1.3. Questões de Repatriamento	14
Capítulo 2: Metodologia.....	19
Capítulo 3: A Missão Antropológica de Moçambique	22
3.1. Contexto económico, político e ideológico	22
3.2. Antropologia, Escola do Porto e Mendes Correia	25
Capítulo 4: Santos Júnior e a Missão à Moçambique	29
4.1. Breve biografia.....	29
4.2. A Missão	31
4.3. O arquivo colonial	34
4.3.1. A coleção colonial de restos humanos	36
4.3.2. Percurso Institucional: material e simbólico.....	46
4.3.3. Um debate sobre os contextos ético e científico da coleção colonial de restos humanos no MUHNAC	47
Considerações finais	55
Referências	57
Anexos	

Dedicatória

Dedico este trabalho aos meus pais, minha madrinha e ao Leonam.

Sem vocês nada há.

Agradecimentos

Este trabalho não seria possível institucionalmente sem a ajuda de muitos profissionais que dedicaram seu tempo comigo: as Doutoradas Branca Moriés, Ana Godinho e Marta Costa, dos Museus da Universidade de Lisboa, a Doutora Catarina Mateus e o Doutor João Gomes, do Arquivo Histórico Ultramarino, o Centro de Memória Torre de Moncorvo pelo acesso ao Fundo Professor Santos Júnior, o Museu Nacional de História Natural e de Ciência, pela possibilidade de estágio no Laboratório de Antropologia, coordenado pela Doutora Susana Garcia, orientadora desta investigação. Agradeço-os imensamente pela oportunidade e pela atenção despendida a mim. Obrigada.

À Associação Portuguesa de Antropologia pela concessão de uma bolsa de investigação.

Agradeço às minhas orientadoras, professoras Susana Garcia e Celeste Quintino, pela dedicação e compromisso comigo e com o meu trabalho.

Agradeço, sempre, aos amigos de perto e de longe, pelos ombros de apoio e pelos empurrões, pois é para frente que se anda, e pelas alegrias, risadas e momentos de filosofia. Aos de longe, minha eterna saudade. Cada um de nós em um país, construindo nossas vidas... Alguns não são mais um, mas dois. Outros transformaram-se em três, quatro e um bocado de mochilas nas costas para contar história.

Aos meus pais e madrinha, além do apoio incansável, pela noção de que privilégios são ferramentas para se fazer política e melhorar o mundo. Deixei o ninho e construí o meu próprio para vocês poderem ficar sobre as minhas asas, agora ou mais tarde.

Ao Leonam, minha exceção, o cais para onde meu barco sempre volta.

À luta, companheiros!

Resumo

Baseado na Teoria Crítica e em uma Antropologia de arquivo, este trabalho objetiva (re)apresentar e contextualizar a coleção colonial de restos humanos recolhida pela equipa chefiada por Santos Júnior, Chefe da Missão Antropológica de Moçambique (MAM), que está armazenada no Museu Nacional de História Natural e de Ciência (MUHNAC). Esta investigação desdobra-se, ainda, na identificação do Outro, raça e ciência na Antropologia física realizada na ex-colónia portuguesa, Moçambique, entre os anos de 1936 e 1956; apresenta, também as discussões atuais sobre os museus universais ocidentais que detêm coleções coloniais, além de mostrar os argumentos da Nova Museologia e as questões de repatriamento em voga na atualidade. Adiante, contextualiza histórico-socialmente a Antropologia portuguesa no século XX e evidencia o papel da Escola do Porto e de António Mendes Correia na produção e influência da disciplina nas políticas coloniais do Estado. Para finalizar, apresenta o arquivo colonial de Santos Júnior, a coleção colonial de restos humanos, o percurso institucional material e simbólico do espólio e inicia um debate sobre os contextos científico e ético da referida coleção.

Palavras-chave: Missão Antropológica de Moçambique, coleção colonial de restos humanos, repatriamento, nova museologia, Antropologia de arquivo, MUHNAC.

Abstract

Based on the Critical Theory and on an archival anthropology, this paper aims to (re) introduce and contextualize the colonial collection of human remains collected by the team headed by Santos Junior, Head of the Anthropological Mission of Mozambique (MAM), which is stored at the National Museum. of Natural History and Science (MUHNAC). This investigation also unfolds in the identification of the Other, race and science in physical anthropology carried out in the former Portuguese colony, Mozambique, between 1936 and 1956; It also presents the current discussions on Western universal museums that hold colonial collections, as well as showing the arguments of the New Museology and the current repatriation issues. Ahead, it contextualizes historically and socially Portuguese anthropology in the twentieth century and highlights the role of the School of Porto and António Mendes Correia in the production and influence of the discipline in the colonial policies of the state. Finally, it presents Santos Júnior's colonial archive, the colonial collection of human remains, the material and symbolic institutional trajectory of the estate and initiates a debate about the ethical and scientific contexts of the collection.

Keywords: Anthropological Mission of Mozambique, colonial collection of human remains, repatriation, new museology, archival Anthropology, MUHNAC.

Lista de Abreviações e Siglas

AHU - Arquivo Histórico Ultramarino

CMTM - Centro de Memória Torre de Moncorvo

CCPG - Comissão Central Permanente de Geografia

CC - Comissão de Cartografia

CPLP - Comunidade de Países de Língua Portuguesa

DGLAB - Direção Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas

ESC - Escola Superior Colonial

FCUP - Faculdade de Ciência da Universidade do Porto

FMUP – Faculdade de Medicina da Universidade do Porto

FSJ – Fundo Professor Santos Júnior

IICT - Instituto de Investigação Científica Tropical

IAC - Instituto para a Alta Cultura

JMGIC - Junta das Missões Geográficas e Investigação Colonial

MAM - Missão Antropológica de Moçambique

MGM - Missão Geográfica de Moçambique

MUHNAC - Museu Nacional de História Natural e de Ciência

SGL - Sociedade de Geografia de Lisboa

SPAIE - Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia

Introdução

Apresentação do tema

A Missão Antropológica de Moçambique (MAM), chefiada por Joaquim Rodrigues dos Santos Júnior, produziu um volumoso e diversificado espólio que, ao longo do tempo e de alguns processos de reorganização institucional, separou-se. Atualmente, faz parte do acervo do Museu Nacional de História Natural e da Ciência (MUHNAC) a coleção colonial de restos humanos.

Esta investigação tem como foco principal a coleção colonial de restos humanos no MUHNAC, situando-a na história da circulação de narrativas sobre o nativo africano e das redes de produção de ciência na Antropologia física colonial de meados do século XX em Portugal. São exploradas, ainda, questões acerca do debate atual da museologia sobre as coleções coloniais presentes em museus europeus e norte-americanos.

Sua relevância científica está em equacionar a prática da Antropologia física colonial em Moçambique, a coleção colonial de restos humanos e os discursos museológicos para coleções deste teor na atualidade. Embora alguns trabalhos na temática da Missão Antropológica de Moçambique já tenham sido produzidos, assim como sobre novas questões para museologia também (Martins & Senna-Martinez, 2015; Matos, 2012b, 2014; Pereira, 2005b, 2005a; A. C. Roque, 2005), o recorte proposto neste projeto ainda não fora explorado.

Os motivos de escolha giram em torno de uma característica pessoal: agir e pensar de forma ética. O colonialismo e, principalmente, o espólio humano deste período são duas problemáticas que trouxeram o fomento para a minha escolha. Ao realizar o estágio no MUHNAC e ter tido contacto com a coleção colonial de restos humanos, acreditei que interseccionar a Antropologia, o colonialismo e a museologia seriam formas de pensar e ressignificar a presença da coleção no museu, assim como apresentar os argumentos a favor e contra o movimento de repatriamento, tão em alta nestes tempos pós-coloniais.

O espólio da MAM engloba tanto a cultura material de várias tribos moçambicanas quanto espécimens animais e produções de teor científico. Os objetos e as produções literárias estão

divididos em Lisboa entre o Palácio do Calheta, antigo Instituto de Investigação Científica Trocial (IICT), e que hoje faz parte da Universidade de Lisboa, o MUHNAC e o Arquivo Histórico Ultramarino (AHU). Há, também um outro sítio que armazena a produção de Santos Júnior: o Centro de Memória Torre de Moncorvo (CMTM), que recebeu em razão da morte do Chefe da missão os seus arquivos, por doação da família.

O contributo deste trabalho está em (re)apresentar a coleção à comunidade académica, questionando a presença dela no MUHNAC e explorando discursos atuais sobre coleções coloniais em museus ocidentais. É importante salientar que o estudo desta coleção com metodologia e técnica próprias da Antropologia biológica não estará presente nesta investigação pois A. L. Santos (2004), da Universidade de Coimbra, já o fizera.

Objetivos e questões de investigação

A pergunta de partida que pauta esta investigação é a seguinte: qual o contexto científico-institucional motivou Santos Júnior a recolher a coleção de restos humanos e qual o seu significado no contexto histórico da Antropologia física colonial e no atual debate sobre a presença/repatriamento de coleções coloniais?

O objetivo geral desta investigação consiste em fazer saber sobre a coleção colonial de restos humanos da MAM, recolhida por Santos Júnior e presente no MUHNAC e explorar um novo contexto de existência científico-museológica da mesma para a instituição em que se insere.

São objetivos específicos:

- 1 - Contextualizar a Missão Antropológica de Moçambique;
- 2 - Anunciar e contextualizar historicamente a coleção colonial de restos humanos presente no Museu de Nacional de História Natural e da Ciência;
- 3 - Explorar questões de contextos ético-científico sobre a coleção colonial de restos humanos no MUHNAC.

Estrutura do trabalho

Busquei responder cada uma das questões e objetivos da investigação nos capítulos deste trabalho. Esta dissertação divide-se em quatro capítulos principais e suas respectivas subdivisões.

Início a investigação com o capítulo primeiro que faz o estado da arte delineado de acordo com três subtemas: Outro, Raça e Ciência; Museologia; e Questões de Repatriamento. O capítulo 2 dedica-se à Metodologia desenvolvida para esta investigação. A terceira parte refere-se à contextualização da MAM sob duas alçadas: o contexto económico, político e ideológico da missão e a Antropologia, Escola do Porto e Mendes Correia. E o último capítulo expande-se com Santos Júnior e a Missão à Moçambique, construindo uma breve biografia sobre o Chefe da missão, expondo o que foi a missão e apontando seu arquivo colonial, como a coleção colonial de restos humanos e seu percurso institucional material e simbólico para incentivar um debate sobre o futuro da coleção colonial de restos humanos no MUHNAC.

Encerro este trabalho propondo a discussão sobre restos humanos recolhidos em contexto colonial e armazenados em museus e as novas formas de lidar, significar e estudá-los. Mostro, ainda, como alguns museus europeus agem com suas coleções e como alguns países deste continente desenvolvem políticas para lidarem com essa demanda.

Capítulo 1: Antropologia Colonial, Biopolítica e Museus

Este capítulo está dividido em três partes principais: o “Outro, Raça e Ciência”, na qual englobam-se as discussões sobre a práxis da Antropologia colonial portuguesa de meados do século XIX e o século XX, assim como o delineamento do Outro colonial enquanto objeto de estudo da disciplina, do racismo como prática de Estado e a Ciência como fomentadora das teorias criadas durante o colonialismo português; a “Museologia” a partir das discussões sobre o papel que os museus tinham, ao longo dos séculos XIX e XX, como lugar de segurança e salvaguarda para os objetos e a ciência coloniais, no qual estavam resguardadas as produções e o conhecimento daquilo que se produzia e recolhia a partir e sobre as colónias; e, finalmente, as “Questões de Repatriamento” como uma argumentação relativamente nova e que traz à luz algumas possibilidades analíticas sobre a recolha, armazenamento e posse dos objetos recolhidos durante os regimes coloniais.

1.1. Outro, Raça e Ciência

A construção da ideia do Outro é realizada a partir do estudo da diferença que está nos fundamentos do saber antropológico (N. Dias, 1996). Esta ideia sedimenta-se na comparação daquilo que não é; nas relações de solidariedade e fidelidade que não existem ou que não se mostram (Hall, 2000). O Outro, enquanto objeto de investigação da Antropologia, era aquele que não carregava em seu corpo as características da maioria, a partir do ponto de vista de quem investigava.

Podemos conceituar a diferença de quatro maneiras, como aponta Brah (2006): experiência, relação social, subjetividade e identidade. A primeira delas é um processo de construção da realidade em um movimento duplo, que precisa interpretar e interpretar-se. Na relação social constroem-se os regimes de micro e macro poder que produzem modos de diferenciação, como por exemplo o género, a classe e a raça, e que são colocados a partir de uma estrutura definida. A subjetividade é um meio que conecta as relações sociais e as experiências visando identificar um “sujeito-em-processo”, cuja identidade é um devir, uma construção (Brah, 2006).

A identidade, por sua vez, é um dos conceitos mais difíceis e problemáticos da Antropologia contemporânea (Pina-Cabral, 1996) e está constantemente sob rasura (Hall, 2000). Acaba por estar sempre em contigenciamento e negociação, além de ser um processo de construção no qual circulam discursos, significados e memórias históricas de um determinado contexto económico-político-cultural (Brah, 1996).

Por isso, durante o período colonial, a construção do Outro enquanto objeto de investigação partia primeiro da comparação entre os estereótipos do indivíduo metropolitano e do nativo colonial. Essa relação residia, então, na dualidade homem branco versus homem negro. O negro era a marca do que não era: homem e branco (Hall, 2000). Nesse sentido, podemos refletir sobre os jogos de poder e de exclusão sobre os corpos nativos coloniais: ser humano equivalia a ser um homem branco. Construía-se uma hierarquia a partir do poder de excluir aquilo que, por comparação, não era.

Outra forma de entender o corpo colonial é através da percepção de que ele era investigável, violável, alcançável, por causa da hierarquia presente nas relações sociais. A ideologia dominante, por sua vez, caracterizava como natural a inferioridade racial por conta da verticalização nas relações entre metrópole e colónia. Entretanto tais características eram, na verdade, culturais. Esse é o processo do fetichismo (Bottomore, 2001), o qual pressupõe que os objetos materiais têm características naturais apesar de serem dadas pelas relações sociais dominantes.

A construção da ideia do Outro inicia-se, historicamente, na expansão marítima europeia e no colonialismo, a partir do século XV, e do contacto com outros povos, realidades e culturas. Dessa forma, o indivíduo em condição colonial, chamado de indígena pelas nações colonizadoras, é aquele que possui uma não-brancura, uma não-civilização e não partilha das mesmas experiências do homem branco-europeu. A prática de civilizar o indígena era uma forma política para transformar aquilo que não é pertinente em algo socialmente aceitável na Europa, cujo domínio incidia sobre corpos, docilizando-os.

O discurso da civilização era proposto e estruturado dentro do contexto de contacto entre colonos e nativos e da necessidade de haver entre eles uma relação (de exploração), a partir da

competição por terras, da introdução de regras sobre a propriedade privada, da demanda por força de trabalho e, ainda, da conversão ao cristianismo.

Ainda assim, como explicam Miles e Brown (2003), na representação do Outro como algo negativo estavam subentendidas as qualidades positivas de quem produzia o conhecimento. A lógica do raciocínio equiparava e comparava itens intangíveis: o discurso europeu buscou inicialmente na nudez e na cor da pele dos nativos a razão da diferença; os séculos XVII e XVIII deram características consideradas mais próximas da natureza aos africanos, o que os subalternizava e os colocariam no estado de selvageria, como, por exemplo a potência e a disponibilidade sexuais, semelhança fenotípica com macacos, ferocidade, covardia, preguiça; outras justificações para o discurso racista dos séculos seguintes eram igualmente acedidas.

A própria ideia de África homogênea é parte de um projeto que essencializa utilitariamente em nome do império. “A África era o “outro” a partir do qual a ideia de Europa se consolidava” (Trajano Filho & Dias, 2014, p.11). O colonialismo explorou mais do que economias e sistemas políticos. Ele foi capaz de criar uma visão de mundo e do Outro, e conseguiu acessar as percepções da vida social (Trajano Filho & Dias, 2014).

O encontro com o Outro e o ocidente em uma relação desigual de poderes, durante o colonialismo, produziu conhecimento sobre as culturas e histórias das sociedades que a Europa dominou. Nesse sentido, o estudo antropológico é possibilitado pela estrutura de poder colonial (Asad & Reinhardt, 2017).

Estrutura essa que concebia as diferentes naturezas humanas como desiguais e inscritas nos corpos físico e biológico (R. Roque, 2014a). Essa desigualdade é basilar às ideias racializadas das sociedades. O racismo presente nos discursos e relações coloniais é uma herança cultural europeia que persiste nas relações pessoais da atualidade (Sobral, 2013).

A raça enquanto demarcador individual e separador fenotípico assiste sua propagação no século XIX juntamente ao discurso de desigualdade racial, através de saberes científicos, como a craniometria e a Antropologia (R. Roque, 2014a). De acordo com M. C. Silva (2013) haveria três maneiras de olhar para o conceito raça: como uma descendência comum de um povo, que

compartilham semelhanças e diferenças e concatenam-se na ideia de povo ou nação; como diferentes tipos humanos, conforme explicam os poligenistas; ou ainda através da percepção de que a raça é uma subespécie humana.

A hierarquia racial, como marcador social, nasce da necessidade de identificar e classificar pessoas que compartilhassem descendências comuns (Silva, 2013), no bojo do Iluminismo europeu (Miles & Brown, 2003), mas data mais remotamente, aparecendo no Antigo Testamento Bíblico sob o conceito de “degenerescência” (Silva, 2013).

A inferioridade racial não era endereçada somente aos sujeitos colonizados em África, mas, inclusive, propunham uma relação verticalizada e singular com alguns povos de dentro da Europa, os quais eram considerados inferiores (mas não tanto quanto os colonizados), como, por exemplo, os judeus e os irlandeses, quando comparados a raças nórdicas (Miles & Brown, 2003). Relativamente ao caso português, Eusébio Tamagnini, preocupado em definir racialmente os portugueses, produziu estudos, seguindo P. Broca e P. Topinard, que corroborassem com a ideia de que as medidas antropométricas portuguesas assemelhavam-lhe quantitativamente a dos demais europeus superiores (Vale de Almeida, 2000).

Apesar da ideia de que há diferentes raças humanas sob o ponto de vista biológico seja um mito, uma ficção, conforme aponta Nayak (2006), a ciência falha ao diminuir o impacto da racialização das organizações sociais e da regulação das sociedades humanas. Por mais que a aceção de raça como marcador biológico não seja considerada cientificamente, a ideologização e aceitação do conceito como construção social (Silva, 2013) podem e, de facto, incentivam o racismo como herança cultural.

O empreendimento colonial português, à sua maneira, busca na ciência as justificações para o domínio e a exploração dos recursos naturais e humanos de suas colónias. Empreende missões científicas, entre elas a MAM, para produzir conhecimento científico em diferentes áreas e reiterar a ideia de “conhecer para dominar” (Castelo, 2012). Uma das ciências utilizadas nesta busca, durante o período de Estado Novo em Portugal, é a Antropologia, que viu-se desenrolar sua vertente física como fomento científico do projecto do Terceiro Império português.

Dentro de um contexto histórico específico (o colonialismo português do século XX em África) podemos afirmar que a Antropologia física teve um papel dominante nos processos coloniais portugueses em África, como mostra G. Santos (2012), pois ao não se opor oficialmente ao empreendimento ditatorial no país acabou por dar suporte à retórica nacionalista a qual enfatizava a missão civilizadora portuguesa na expansão de seu império.

No que se refere ao desenvolver da disciplina durante meados do século XIX e o século XX, pode-se afirmar que contemporaneamente ao Evolucionismo na Europa, a Antropologia física via o seu despertar em Portugal conjugando-se aos estudos da pré-história e da etnologia (Oliveira, 1997). Nota-se, contudo, um esforço corrente pela legitimação da disciplina enquanto ciência. Isto significa que buscou-se em outras disciplinas, como a medicina, referências que a afastassem da subjetividade textual da Antropologia (N. Dias, 1996).

O corpo era a ferramenta material da diferença racial. “Crânios e ossos humanos constituíam matérias necessárias para que abstrações de “raças” (ou “tipos” raciais) adquirissem a qualidade objectiva de entidades pertencentes ao real natural” (R. Roque, 2014a, p. 91). Nesse sentido, a craniologia foi o campo de conhecimento da Antropologia física responsável, durante os anos finais do século XIX, por confirmar em sua teoria a diferença racial ao medir crânios (N. Dias, 1996; Madureira, 2003), pois acreditava que este tipo de medição seria capaz de fornecer dados sobre a inteligência, a partir da forma da cabeça e da comparação anatómica entre diferentes raças (N. Dias, 1996).

Ao considerarmos o papel do Estado no decidir das práticas da disciplina, observamos uma desmobilização da craniometria, mantendo a antropometria como técnica utilizada pela Antropologia física. A mudança no interesse do Estado, sobretudo no que diz respeito ao tema das investigações, direciona-se aos territórios ultramarinos, por hora negligenciados (Madureira, 2003).

Vislumbrava-se, então, como projeto político de Estado a produção de uma carta etnológica detalhada a partir do conhecimento dos grupos étnicos das colónias portuguesas em África (Pereira, 2005b), principalmente Moçambique e Angola. A grande preocupação da Antropologia física colonial estava em classificar os indígenas de acordo com as características

somáticas e as possibilidades psicofísicas dos povos e tribos, ou seja, sua capacidade de desempenhar trabalho e servirem de mão-de-obra para a metrópole (Castelo, 2012).

A prática da ciência antropológica nas colónias passava por conceber o Outro como coisa científica (R. Roque, 2014b), descontextualizados de sua realidade e alegadamente classificados pela raça com a perspectiva da subalternidade colonial (Vicente, 2017). Essa subalternidade incentivava um olhar enviesado sobre o Outro, especialmente sobre seu corpo, que é a fronteira entre natureza e cultura (N. Dias, 1996). Ao classificá-los como exóticos, assumia-se uma autorização para investigá-los cientificamente.

Parte desta prática pode ser explicada pelas influências teóricas que a Antropologia física recebia em Portugal. A Escola do Porto tem papel fundamental no desenvolver da disciplina tanto na metrópole quanto nos territórios ultramarinos. Ao basear-se na raciologia e na teoria da hereditariedade (Pereira, 2005b), a Escola ditava a ideologia dominante nas colónias, sítio onde a Antropologia física desenvolvia-se também.

Da mesma forma os corpos exóticos mortos sofriam a mesma ação. Não à toa, os crânios, como exemplo do primeiro ato da Antropologia durante meados do século XIX, eram retirados de seus ambientes naturais e deslocados para laboratórios e museus (N. Dias, 1996). A circulação das coleções de restos humanos como coisas exalta a história das raças na Europa: elas são complementares, conforme explana R. Roque (2014b). Assim, as categorias raciais estão inseridas nas histórias de circulação de pessoas e objetos porque elas emergem enquanto categorias na prática científica.

1.2. Museologia

Tiffany Jenkins (2016) faz um breve histórico do surgimento dos museus. A autora afirma que antes de existirem museus, havia a prática, principalmente na Itália, por parte de banqueiros e mercadores, de colecionar obras de arte ao redor do mundo, pois as tais classes buscavam expressar seus novos e importantes estatutos sociais. O primeiro museu privado que se tem notícia data do século XVI e pertencia à família Médici e servia para “abrigar” os tesouros ao mesmo tempo que simbolizava o poder, a riqueza e o estatuto deste clã.

A transição de um século para o seguinte (XVI – XVII) trouxe consigo uma aproximação entre a epistemologia científica e a necessidade dos pensadores e académicos de procurarem informações verificáveis. Nesse sentido, o Ashmolean Museum é considerado o primeiro museu público constituído como tal, surgiu em 1683 na cidade de Oxford, Inglaterra. Conforme novas disciplinas científicas surgiam e eram assimiladas, novas áreas museológicas eram instauradas como a Antropologia, Etnografia, Arqueologia, Antiguidade ou a Arte. O século XVIII torna o museu um centro para académicos e artistas e promulgava um código de conduta para liberar o acesso a ele (Jenkins, 2016).

Os séculos XVIII e XIX trariam uma perspectiva académica muito mais museológica e que acabavam por refletir o pensamento institucional dos museus. Esse tipo de lógica auxiliou o caminho constitutivo da ciência nos séculos seguintes: deslocar objetos de locais distantes, acumulando-os e depositando-os conjuntamente, o que ocasionava a construção de uma ideologia totalizante e homogeneizante sobre o diferente, o Outro (Nichols, 2014).

Com o passar o tempo e das transformações sociais, chega o século XIX dando um caráter de obrigação civil para a existência dos museus, assimilando as ruturas criadas da Revolução Francesa e a criação do Estado Moderno. Dessa forma, os museus passam a ser o símbolo da liberdade e da soberania de um povo, formando a peça-chave para a modernidade política, cujo projeto sedimentava a ideia de melhoramento populacional a partir do subjugar das paixões e do controle comportamental necessários para frequentar museus (Jenkins, 2016).

Durante o período colonial, por exemplo, classificar uma raça era o mesmo que ter laboratórios antropológicos repletos de espécimes humanos, especialmente os crânios (R. Roque, 2014b). O armazenamento de objetos coloniais era a tônica museológica, pois criava-se a capacidade de produção de conhecimento a partir do acúmulo de objetos (Nichols, 2014).

Pode-se afirmar que os museus assumiram posicionamentos relativos a determinados contextos espaciotemporais. Isto significa que em cada momento histórico havia um tipo de comportamento institucional esperado. Para a realidade da tentativa de construção do Terceiro Império português, o papel assumido pelos museus mistura-se com o momento político do país.

A ocupação das colónias e as missões de conhecimento dos povos nativos em situação colonial assumem os museus como depositários daquilo que era colhido no ultramar.

Bennett, Dibley, & Harrison (2014) consideram que há uma mudança na relação entre Antropologia e Museologia no período que compreende os finais do século XIX e o fim da II Grande Guerra. Isso se dá porque antes a Antropologia tinha iniciativas fora dos assuntos do Estado e, neste contexto histórico, através da “governamentalização” do Estado, surgem diversos aparatos estabelecadores de regras, projetos e técnicas de poder responsáveis por alterar a vida como um todo, inclusive a Antropologia. Era necessário, inclusivamente, fazer uma microanálise dos processos circunstanciais em que a Antropologia estivesse inserida e fosse claramente percebido seu impacto na administração do Estado.

A governamentalização do Estado é o que permitiu a sua sobrevivência uma vez que a ela age sobre as pessoas e apresenta-se enquanto as táticas de governo que permitem definir o que deve e o que não deve ser (Foucault, 1988). Sob o contexto colonial, as instituições responsáveis pela governamentalidade dos corpos são aquelas que os adestram, em vida, individualmente, para que mantenham a sociedade coesa e ordenada e que os recolhem quando em morte, trasladando esse corpo não-vivo em direção à civilização. Uma dessas instituições é o museu, instituição-chave para o Estado Moderno, projeto político (Jenkins, 2016), lugar de poder e de validar o que é visto e exibido (N. Dias, 1996).

Operam sob esta lógica os museus antropológicos que seriam uma intersecção entre redes socio-materiais distintas: aquelas que conectavam a esfera pública aos maiores poderes metropolitanos, aquelas que ligavam-nos às instituições e práticas coloniais e ainda aquelas que compunham as relações entre museu, campo e universidade (Bennett et al, 2014). A cultura seria a mediadora das relações, sob o ponto de vista colonial, entre nativos colonizados e investigadores metropolitanos.

Os corpos colonizados passariam por uma reconfiguração comportamental na biopolítica do colonialismo. Para Foucault (1988), o poder sobre os corpos (biopoder) é construído ao longo dos fenómenos da história. Pode-se dizer que desenvolve-se entre os séculos XVII e XVIII e chega ao XIX mais próximo ao que se observa na atualidade. A biopolítica é o termo utilizado

para as decisões políticas do biopoder. Nesse sentido, ela é um manual da vida o qual mostra aos corpos como eles devem viver através da disciplina e da norma.

Parte das ações da biopolítica se dão na modelação social, na transformação em massa dos indivíduos vivos. A homogeneização do corpo social, termo que expressa muito bem esse processo percebido no século XIX, reproduz-se em tecnologias de poder desenvolvidas com o intuito de, através de vigilância, treinamento, utilização e eventual punição dos indivíduos, transformar o todo social em uma massa global disciplinada e coesa (Foucault, 2005).

O processo de reconfiguração das atividades museológicas é semelhante ao projeto político da modernidade porque os museus representam uma cultura baseada em um tempo, com um determinado valor sobre as coisas e estão, na maior parte do tempo, relacionados com eventos do passado (Macdonald, 1990). O código de conduta social, visto como obrigação civil para aqueles indivíduos que almejavam consumir cultura (Jenkins, 2016) já não mais é aceito. A influência filosófica de uma elite social que buscava no museu o papel civilizatório e disciplinar dos corpos, avisando-os do seu lugar social não cabe na realidade (McCall & Gray, 2014).

A transformação dos usos e razões de existência de um museu desenvolvem-se nas falhas da museologia e da percepção de que o papel dessas instituições perante a sociedade precisava mudar e que o caráter elitista, isolado e obsoleto e a noção de serem um gasto de dinheiro público não mais poderiam referir um museu (McCall & Gray, 2014), que passa a ser um espaço socialmente responsável, prestador de serviços ao seu público (Carvalho, 2015). A esse processo deu-se o nome de Nova Museologia: movimento de renovação criado pela expertise museológica para melhoria institucional (Lorente, 2012). Seu discurso é sobre os papéis sociais e políticos dos museus e incentiva o diálogo e as diferentes expressões humanas, pois os museus passaram a ter consciência da sua responsabilidade social e moral que possuíam (Lorente, 2012; McCall & Gray, 2014).

Com relevância social não questionável estão os museus possuidores de coleções coloniais. Com o argumento da Nova Museologia, eles buscam nas source communities uma contribuição para a reinterpretação e ressignificação das coleções (Carvalho, 2015). As source communities, ou comunidades de origem, podem ser classificadas enquanto uma população descendente

imigrante ou não, que identifiquem e/ou relacionem os objetos coloniais armazenados nos museus com sua cultura familiar.

A experiência das comunidades de origem no locus museológico configura uma Zona de Contacto. Esse termo é inicialmente cunhado para explicar um espaço social de encontros entre culturas na maior parte das vezes em contextos de assimetria de poder (exemplos: colonialismo e escravidão), nos quais uma cultura dominante disponibiliza um espaço para trocas culturais, negociações e transações entre comunidades (Conde, 2016).

O autor que primeiro aplicou o termo e abriu possibilidades para a perceção e estudo dos museus foi James Clifford (1997). Ele atualiza a conceptualização das Zonas de Contacto como espaços onde pessoas, comunidades e culturas se encontram e colidem, influenciam-se em uma relação histórica, política e moral contínua – um conjunto de trocas de poder. É uma plataforma capaz de vocalizar e ouvir o que determinada cultura tem para dizer e consegue dar um novo significado para os museus. “É uma tentativa de invocar a copresença espacial e temporal de sujeitos anteriormente separados por disjunções geográficas e históricas, e aquelas trajetórias que agora cruzam” (Clifford, 1997, p.192).

O contacto é complexo e precisa articular identidades, poder e tradição. A posição dos museus é de poder porque além de possuírem (own) os objetos, eles detém as narrativas sobre as coleções. Dessa maneira, as assimetrias de poder precisam ser remediadas e evitadas através da colaboração ativa e da redistribuição do poder através da autoridade compartilhada (Conde, 2016). A redistribuição do poder, como proposta pela Nova Museologia, redefine as relações entre os indivíduos e suas comunidades. Ao dar maior acesso e representatividade, alarga o papel ativo do público e ataca a discriminação e a iniquidade social (McCall & Gray, 2014).

Desde os anos 1990 os museus europeus vêm se reinventando e dedicando-se a outras culturas, centrando seu discurso nas comunidades e na diversidade cultural. Tornaram-se ambivalentes, fragmentados e multivocais, como a pós-modernidade (Carvalho, 2015). No bojo dos museus, surgem novas questões vinculadas também às novas formas de pensar a instituição. Os profissionais de mais alto estatuto passam a considerar questões de restituição de peças da

cultura material, por exemplo. Dessa forma, nasce uma nova onda para a museologia dar conta, os pedidos de repatriamento de algumas peças armazenadas nos museus.

1.3. Questões de Repatriamento

Os pedidos para o repatriamento de objetos recolhidos em contexto colonial contextualizam-se, historicamente, com o período posterior à II Guerra Mundial, o fim do colonialismo europeu e, sob o ponto de vista museológico, com o aparecimento de uma nova forma de pensar e viver os museus, a *Nouvelle Muséologie*. Mas a operacionalização legal pode ser assumida pela *Native American Graves Protection and Repatriation Act*, o NAGPRA, de 1990, que mais do que uma lei, é considerada uma Era de mudanças profundas da sociedade e nas práticas museológicas norte-americanas (Graham & Murphy, 2010).

O período de pós-guerra escancara discursos de repatriação que buscavam em ideias nacionalistas, de orgulho nacional, autoestima do povo e identidade nacional justificações para a retomada da cultura material recolhida em contexto colonial. Esse tipo de argumento é raso, conforme afirma Jenkins (2016), e escamoteia uma argumentação mais rica e complexa. Ao mesmo tempo, deixa explícito o medo de que ideais nacionalistas extremos ressurgam, já que o nazi-fascismo mal tinha sido silenciado. Além disso, o fim do colonialismo decreta o início dos processos de contestação e requisição das culturas materiais e imateriais, por parte de grupos ou de indivíduos que estiveram em situação de exploração colonial e/ou seus respetivos descendentes (Carvalho, 2015).

Com o surgimento de discursos museológicos mais reflexivos, de questionamento dos papéis sociais e políticos dos museus, do incentivo ao diálogo e a diferentes vozes e ideias, há uma reconfiguração da consciência museológica sobre a responsabilidade moral e social que institucionalmente possuíam (McCall & Gray, 2014).

Acumular objetos em museus era a tônica colonial europeia que reiterava o poder imperial. O argumento utilizado era o de salvar objetos para não esquecer-los (Radin, 2014). Ao mesmo tempo esse acúmulo era sinónimo de reter e produzir conhecimento pois a ciência enclausurava-se em instalações museológicas (Nichols, 2014). Historicamente, os museus figuravam como

os grandes responsáveis por armazenar informações, organizá-las e sistematizá-las a partir das coleções que possuíam em suas instalações (Jeaser, 2013). As vozes mais proeminentes nos processos de repatriação foram as da expertise com altos cargos nos museus (Jenkins, 2016).

A Unesco, durante a Convenção Relativa às Medidas a Adotar para Proibir e Impedir a Importação, a Exportação e a Transferência Ilícitas da Propriedade de Bens Culturais, considerou passíveis de transação aqueles objetos que estivessem fora de seu país de origem até 1970: “são ilícitas a importação, a exportação e a transferência de propriedade dos bens culturais que se efectuem infringindo as disposições adoptadas pelos Estados partes em virtude da presente Convenção” (UNESCO, 1970).

As recolhas dos objetos materiais em contexto colonial podem ser divididas em diferentes segmentos: compra-venda, troca-doação, roubo ou casos dúbios. Certamente, há muitas coleções coloniais presentes em museus que foram licitamente conseguidas, através de transações claras (compra, venda, doação, troca) e que estejam bem catalogadas. Entretanto, alguns processos podem envolver outros tipos de recolha, como o roubo. Nesse caso, as requisições para repatriamento são rapidamente resolvidas e os objetos devolvidos (Jenkins, 2016). Há ainda situações em que não fica claro o contexto de recolha. Então haveria duas saídas, como explica Carvalho (2015): ou tornam-se coleções pouco estudadas e com acesso mais restrito ou fazem o caminho inverso e são ampla e exaustivamente analisadas.

Surgem, então, questões em torno do controle e posse dos objetos coloniais. Sobretudo aquelas que debatem o pertencimento da cultura material. Por conta das demandas pelas restituições da cultura material, passou-se a teorizar-se sobre o que seria a propriedade da materialidade e a quem ou ao quê ela pertenceria. De modo geral, legislações acerca da posse e do cuidado desses tipos de coleções foram criadas e seus estatutos aceitos, como, por exemplo, o caso da Lei dos Restos Humanos dos Nativos (NMAI Act) dos Estados Unidos da América, que previa a criação de um museu devotado à cultura e à história indígena americana e ao inventário de todos os restos humanos e artefactos funerários associados (M. L. Duarte, 2012).

É preciso, entretanto, considerar a conceptualização muito breve de cultura para podermos ponderar sobre a pertença da cultura material. A cultura é um emaranhado de símbolos que

moldam nossa vida em sociedade ao mesmo tempo que é moldada pelos fenômenos históricos vividos e experienciados pelos indivíduos que compõem essa sociedade. Importa, contudo, dizer que a cultura, assim como a história são moldáveis no tempo.

Dessa forma, as sociedades do passado não são as mesmas, por mais que carreguem o mesmo nome, no presente (Jenkins, 2016). Isso significa que o mesmo espaço geográfico não configura diretamente pertencimento identitário. Os discursos de restituição da cultura material passam, muitas vezes, pela ideia de que determinado objeto faz parte de determinada cultura, sociedade. Nesse sentido, não é sempre que se poderá considerar o argumento de pertencimento cultural para validar os pedidos de repatriamento. Por outro lado, é importante considerar o valor cultural, sua relevância para a comunidade (Carvalho, 2015) e analisar caso a caso para, então, poder proceder com os processos de repatriamento. Um olhar mais apurado e que percebe as complexidades da cultura material precisa estar atento aos detalhes dos pedidos de repatriamento.

Apontam-se, ainda, as questões éticas relativas à recolha dos objetos materiais coloniais as quais precisam também estar contextualizadas ao período histórico-social ao qual se inserem. É importante olhar para uma coleção colonial, por exemplo, e saber que há problemas éticos e práticos os quais precisam ser interpretados pois são pedaços de uma realidade fragmentada e parcial (Kakaliouras & Radin, 2014). A “ética subjacente aos processos de patrimonialização ao longo da história dos museus não é isenta de interrogações e continua no presente a assumir contornos controversos” (Carvalho, 2015, p.59). Em nome da preservação do conhecimento, investigadores decidiam como proceder à recolha da cultura material (M. L. Duarte, 2012).

É preciso olhar para os dois lados do jogo político do poder: as comunidades originais e as de destino (entendidas como os museus). Ambas têm seus próprios argumentos para manter as peças coloniais. E o equilíbrio entre os argumentos é que tece um diálogo mais coeso, rico e complexo. Se de um lado os museus não querem perder seu espólio e usam da ideia de salvaguarda para legitimar suas coleções, do outro as comunidades de origem buscam pelo valor do objeto e a sua relevância cultural.

Haveria uma guerra política para saber qual das autoridades teriam posse e controle sobre o passado e um debate teórico sobre propriedade e cultura material (M. L. Duarte, 2012). O jogo político por poder pode ser o principal argumento para a repatriação, mesmo que de forma pouco clara, mas ainda assim, os pedidos podem ser julgados válidos. Faz parte desse jogo o controle sobre a materialidade.

A despeito dos argumentos políticos sobre os quais se ancoram processos de repatriação, a montagem do quebra-cabeças desse tipo de processo é concatenar e fazer caber em uma mesma análise posição geográfica, história social, tribos, afiliações culturais e tudo o mais que couber e for relevante para complexificar os argumentos da repatriação.

O NAGPRA, por exemplo, solicita que agências federais e museus que recebam financiamento federal indiquem tribos indígenas, organizações de nativos havaianos e descendentes lineares para informar sobre coleções. Além disso, permite o repatriamento de cinco tipos de itens nativos americanos: restos humanos, objetos funerários associados ou desassociados, património cultural e itens sagrados, a partir de um determinado critério estabelecido. A lei ainda protege os restos humanos e demais objetos culturais que tenham sido descobertos por acaso ou que foram intencionalmente escavados em terras federais ou tribais a partir de 16 de novembro de 1990. A legislação ainda permite que sejam consultados representantes tribais autorizados para fornecimento de informações (Graham & Murphy, 2010).

Entretanto, no que diz respeito aos restos humanos e seus armazenamentos e exposições, outros argumentos surgem. Se a metodologia do passado da disciplina Antropologia física, pelo menos em contexto colonial português, se aproximava muito da escola francesa de Paul Broca (R. Roque, 2001), então o esqueleto era a base do conhecimento antropométrico.

Esse conhecimento baseava-se na anatomia médica moderna e na anatomia antropológica. Reiterou-se a partir do estudo dos esqueletos, especialmente dos crânios, para fomentar as classificações dos tipos raciais. A ideia era que antes de olhar anatomicamente para o corpo “vivo” era preciso observar o que estava por de baixo. Nesse sentido, a anatomia era considerada a base da morfologia externa. O corpo era uma entidade que se media e que constituía-se em um saber estatístico (R. Roque, 2001).

Esse corpo era alegadamente preparado para ser descontextualizado da sua história. Esse processo de limpeza cultural era também o de limpeza física, de transformação de objetos naturais em artefactos (N. Dias, 1996). Entretanto, um corpo representa um indivíduo que separam-se no momento da morte (Saraiva, 1996). Essa rutura possibilita esse movimento de des-naturalização (N. Dias, 1996) porque transforma uma identidade pessoal em posse (Saraiva, 1996).

A exposição dos corpos em museus mostrava-se, então, como um chamariz exótico voltado para o público europeu cujo intuito era apresentar diversos estágios da evolução humana (R. Roque, 2001) em um momento de império da visão, de ver para crer (N. Dias, 1996; Vicente, 2017).

A repatriação de esqueletos recolhidos em contexto colonial apresenta-se como um processo que demanda cuidado e parcimónia ao ser analisado. Primeiramente o colonialismo indica uma assimetria de poder na relação entre colónia e metrópole. De seguida, nem todos os contextos de recolhas estão claros e então uma investigação cirúrgica e que se atente aos detalhes documentais é essencial. É necessário evitar argumentos que indiquem uma hierarquia do cuidado, podendo gerar ideias eurocêtricas que verbalizem um racismo de Estado. Salutar é olhar caso a caso, buscando soluções a partir do diálogo, colocando os museus/instituições de salvaguarda como um espaço seguro para a troca de ideias plurais.

Para finalizar, é preciso lembrar sobre a importância do papel dos arquivos como ferramentas para o desvendar de histórias e contextos para as coleções coloniais armazenadas em museus. Os próximos capítulos estarão dedicados, entretanto, a fazer pensar sobre a etnografia de arquivo como meio para o conhecimento para as materialidades coloniais e, sobretudo, à coleção colonial de restos humanos presentes no MUHNAC, instituição vinculada à Universidade de Lisboa e que propõe a construção da ciência dentro de suas instalações.

Capítulo 2: Metodologia

A metodologia deste trabalho dedicou-se, a partir do paradigma da Teoria Crítica e de modo qualitativo, aos arquivos, bibliotecas, museus e fundos documentais para buscar documentos que conseguissem-me responder à questão central e às demais que fundamentaram a pesquisa e que foram surgindo ao longo desta investigação.

Um arquivo deve ser considerado mais do que um lugar onde se guardam a história e a materialidade, que detém uma fixidez paralisadora. Deve assumir-se que este lugar está em construção e o conhecimento que guarda é construído tanto pela sua materialidade quanto pela agência de quem o acessa, no caso um etnógrafo de arquivo ou um historiador (Ladwig, Roque, Tappe, Kohl, & Bastos, 2012). Para além disso, estudar os arquivos significa contar micro-histórias alimentadas pelos vazios documentais, os quais são, por sua vez, a força que alimenta a solução (R. Roque, 2016).

Entendi que realizar uma etnografia de arquivo era a melhor maneira de significar a coleção colonial de restos humanos porque esse método entende os arquivos como sujeitos agentes em constante construção, como entidades que circulam e trocam narrativas e informações (Ladwig et al., 2012). Perceber o arquivo como um processo, afastado da ideia de inércia (Stoler, 2002) foi parte fundamental para tratá-lo enquanto arquivo-como-sujeito e buscar as prováveis respostas aos questionamentos colocados nesta investigação.

Estudar o colonialismo é ter como principal fonte de trabalho os arquivos coloniais porque funcionam como evidências de um período histórico e podem mostrar partes consideradas perdidas, negligenciadas ou escondidas do passado (Ladwig et al., 2012). Nesse sentido, foi preciso escutar os silêncios e explorá-los, visando olhar para o arquivo colonial e encontrar nos seus vazios uma materialidade.

O arquivo desta investigação construiu-se a partir de quatro sítios, por ordem de visita: o MUHNAC, o Palácio da Calheta, o AHU e o CMTM. O primeiro deles, o MUHNAC, em virtude de um convite para estagiar no Laboratório de Antropologia, serviu como espaço para o trabalho de inventariação da coleção colonial de restos humanos. Muito embora a minha

formação original (Ciências Sociais) não contemple lidar com ossos, tive uma experiência de intercâmbio em 2014, na Universidade de Coimbra, que me ensinou algumas técnicas de manejo e cuidados com esse tipo de material. Dessa forma, pude realizar o trabalho proposto pela coordenadora do laboratório, a Dra. Susana Garcia. No Palácio da Calheta, com acesso autorizado pela Dra. Branca Moriés, acessei o arquivo colonial oficial da JMGIC/IICT, publicações de relatórios da equipa de Santos Júnior referentes à MAM, em revistas especializadas, livros publicados em referências aos anos da missão, à equipa, ao Chefe da missão e inventário arqueológico da MAM e ainda foi-me ofertada a Lista dos trabalhos da MAM (Tabela 1, anexos). O AHU mostrou-me um outro tipo de arquivo, menos técnico: fotografias catalogadas, fichas de medições antropométricas referentes à missão, registos de caixa, comunicações entre Santos Júnior, o Ministério das Colónias, Mendes Correia. No CMTM, entretanto, o FSJ tinha um teor pessoal. Era todo o arquivo da vida de Santos Júnior que tem desde trabalhos de botânica até cartas trocadas entre a equipa principal da missão (Santos Júnior, Norberto dos Santos, António Augusto e Luís dos Santos).

O trabalho no terreno foi dividido em duas etapas: a primeira foi dedicada à inventariação da coleção colonial de restos humanos e à busca no Palácio da Calheta e no AHU sobre informações concretas sobre a coleção, que pudessem contextualizá-la. A segunda etapa significou viajar e conhecer lugar diferente (R. Roque, 2016): o CMTM e o FSJ. Tomei conhecimento sobre a existência do FSJ através da leitura de um texto de Matos (2014), no qual a autora menciona-o. Ao buscar mais informações, descobri o espólio da obra da vida académica de Santos Júnior e documentos que informaram sobre o contexto de recolha da coleção colonial de restos humanos.

O processo de inventariação, assim como a primeira etapa da investigação, levou quase um ano para ser terminado e aconteceu entre maio de 2018 e março de 2019, totalizando 324 horas do estágio. O Laboratório de Antropologia do MUHNAC recebeu em janeiro de 2016 exemplares da Antropologia e da Zooarqueologia pertencentes à coleção de Arqueologia, provenientes do Anexo da Arqueologia/Geodesia (Palácio Burnay), na sequência do Decreto-lei nº 141/2015 de 31 de julho. Na descrição do documento continham desde moldes de crânios fósseis (aos quais não tive contacto), ossadas de babuínos e primatas até três esqueletos humanos da MAM, recolhidos pela equipa chefiada por Santos Júnior.

Dediquei 6 dias em 2018 às buscas no Palácio do Calheta (abril nos dias 16 e 23, maio em 07 e 11 e em novembro nos dias 05 e 06). No AHU passei cinco dias, dois quais 2 foram entre outubro e novembro de 2018 e os outros três entre 10 e 16 de janeiro e 01 fevereiro de 2019.

O percurso investigativo que percorri construiu meu próprio arquivo, dentro e fora dos registos oficiais. Observei o que estava implícito, os símbolos, os silêncios e aquilo que não estava dito, mas subentendido. Busquei na documentação histórica, arquivos, textos e ensaios, a minúcia capaz de conectar fragmentos de um grande quebra-cabeças social complexo. Ricardo Roque (2012) considera que talvez por conta da forma como coleções coloniais tenham sido conseguidas, as histórias por detrás delas podem ter sido negligenciadas pelos museus. Caberia, então, aos investigadores da área recontar e recontextualizar essas histórias e objetos.

Os contextos são sempre necessários porque eles dão sentido para aquilo que se olha. Por mais que se tenha a ideia de que arquivos são impessoais e por isso não podem ser feitas etnografias, é justamente o contrário: é porque a história arquivada é feita por pessoas, indivíduos que carregam em si a arbitrariedade em que a vida social se sustenta e, por isso mesmo, possibilitam fazer “história com minúcia etnográfica” (Comarrof & Comarrof, 2010, p.14).

Capítulo 3: A Missão Antropológica de Moçambique

Este capítulo dedicar-se-á à apresentação dos contextos económico, político e ideológico de criação da MAM e à Antropologia, Escola do Porto e Mendes Correia como influências para o empreendimento imperial português.

3.1. Contexto económico, político e ideológico

Traçar o percurso disciplinar desde a criação da Antropologia, passando pela sua institucionalização na Academia e a criação e desenvolvimento da sua vertente colonialista é relevante do ponto de vista deste trabalho porque dará a base histórica para a etnografia de arquivo realizada como investigação.

A Antropologia portuguesa é criação da expansão marítima da época moderna. Virada para os estudos culturais, buscava no exótico, no fantástico, no diferente, seus objetos de investigação (Oliveira, 1997). Não totalmente afastada dos *Four Fields*¹ norte-americano, a disciplina subdividia-se entre outros dois campos de conhecimento: a Etnologia e a Antropologia (G. Santos, 2012). A primeira delas preocupava-se com “pessoas, linguagens e costumes” (G. Santos, 2012, p. S33), mais culturalista. A outra, mais naturalista, desenvolvia-se em estudos de raça, esqueletos, crânios e fósseis.

As características da Antropologia portuguesa podem ser analisadas a partir do argumento da posição político-geográfica de Portugal com relação ao mundo europeu e a sua classificação de periferia científica. Tudo isso fez com que a disciplina construísse um caminho próprio durante o século XIX (Viegas & Pina-Cabral, 2014). Na organização geopolítica, ordem mundial não via relevância em Portugal enquanto produtor de ciência e o país foi, naturalmente, construindo rumos e destinos próprios para a disciplina, alienados do capital dominante e das tomadas de decisão (Bastos, 2011).

¹ Os *Four Fields* são os quatro campos disciplinares que integram a Antropologia norte-americana: Arqueologia, Linguística, Antropologias Física e Cultural.

De acordo com Leal (2000), a produção científica da disciplina estava completamente voltada para os estudos da identidade nacional e a questão colonial não era produtivamente relevante. O autor considerava duas tradições da Antropologia na Europa no século XIX: a construção de nação vigoraria em países periféricos ou semiperiféricos, sem colónias e que buscavam a autonomia nacional; a outra, construção de império, vincular-se-ia em países centrais, impérios coloniais.

Essa divisão epistemológica marcou as tentativas posteriores de fazer oposição à ideia do autor no sentido de produzir contra-argumentos que reiteravam a coexistência de ambos os projetos (Matos, 2012b; R. Roque, 2018; G. Santos, 2012; Vale de Almeida, 2008). O que se percebeu historicamente foi o convívio e a adaptação entre as duas perspectivas (Bastos, 2011). Dessa forma, a Antropologia precisava dar conta dos dois projetos: nação e império. Ainda mais porque era uma disciplina originariamente burguesa (Asad & Reinhardt, 2017), que servia às demandas de tal classe e seu poder hegemónico a qual ansiava por conhecer a natureza dos povos que governava, tanto imperiais quanto coloniais (Viegas & Pina-Cabral, 2014).

Para continuar preponderante no cenário político do país a Antropologia precisava se reinventar epistemologicamente e criar meios de estar politicamente representada. O seu papel político passa a ser relevante ao longo do tempo, culminando com a experiência colonial no século XX e com figuras importantes na política para o sucesso do empreendimento imperial.

Institucionalmente, a disciplina permeou momentos histórico-políticos diversos (Matos, 2012b) e graças a sua plasticidade, conseguiu moldar-se às demandas que lhe eram incumbidas. Um facto que sempre permeava os argumentos e era a grande preocupação da Antropologia estava na projeção desta na cena intelectual e um esforço contínuo de institucionalização. Nesse sentido, tanto Etnologia quanto Antropologia buscavam o mesmo objetivo: reconhecimento.

No que tange a vertente física da disciplina, é preciso mencionar que algumas vozes foram importantes, do ponto de vista político, para validar o conhecimento produzido. Podemos apontar autores como Mendes Correia, Eusébio Tamagnini, Leite de Vasconcelos, Bernardino Machado. Ao longo da Antropologia portuguesa, estas figuras de importância histórica estiveram à frente do movimento de certificação das técnicas antropométricas e raciológicas.

Contudo, as colónias portuguesas em África não eram prioridade para os governos, eram vistas como um lugar de doenças e perigos, além de albergar degenerados (Bastos, 2011). Após o desmembramento do império luso-brasileiro que culmina com a independência do Brasil em 1822, Portugal precisou voltar-se para suas possessões territoriais no continente africano para continuar seu projeto liberal (Alexandre, 2004; Matos, 2012a).

O Terceiro Império português, como ficou conhecido o período entre a primeira metade do século XIX e o terceiro quarto do século XX, esteve virado para as suas colónias africanas em um contexto de invasões francesas (1808-1814), revolução liberal (1820-1826) e Independência do Brasil (1822). Em uma tentativa de impedir o declínio político-económico de Portugal, as elites nacionais buscaram apoiar ideologias da modernidade nacionalista e a consolidação do Terceiro Império no continente africano (G. Santos, 2012).

Resumidamente, a Conferência de Berlim foi a autorização ao colonialismo europeu para a ocupação do continente africano, dividindo e distribuindo o continente entre as nações imperiais (Vale de Almeida, 2008). Nela foram definidas as possessões portuguesas e então pode-se falar de uma prática de exploração dos recursos naturais e humanos e da gerência global dos territórios coloniais (Matos, 2012a).

Uma das formas de Portugal se estabelecer como potência colonial e ocupar verdadeiramente suas possessões era desenvolver estudos científicos nos e sobre seus territórios. A ciência é vista, então, como meio principal para o sucesso do colonialismo português no que tange a exploração dos recursos naturais e uma economia lucrativa (Castelo, 2012). São criadas, então, entre as décadas finais do século XIX e as iniciais do XX, alguns organismos que serviam e respondem às demandas das políticas de governo e acabam por criar uma ideologia colonial.

A primeira instituição criada para os fins de estudos coloniais foi Comissão Central Permanente de Geografia (CCPG), de 1875, cuja atividade vinculava-se ao conhecimento de aspetos diversos dos territórios ultramarinos (Rodrigues, 1999). Em seguida, há a criação da Sociedade de Geografia de Lisboa (SGL) em 1876, mesmo que em retardo se comparada com outras cidades do mundo, foi importante para estimular uma nova dinâmica aos estudos coloniais ao incentivar explorações geográficas (Matos, 2012a). A SGL desempenhou, inclusive, um papel

fundamental na criação de instituições para estudos coloniais, o que pode ser entendido como a fundação de um “colonialismo científico” português (Matos, 2012a).

Como forma a melhor conhecer os territórios, a Comissão de Cartografia (CC) foi criada por Decreto em 19 de Abril de 1883 e era um órgão do governo igualmente essencial para o conhecimento nacional sobre as possessões ultramarinas. Suas principais funções eram publicar cartas e notícias geográficas e sua atividade impulsionou a criação das expedições científicas em direção às colónias no século XX (Rodrigues, 1999, 2007). Durante seu período de existência (1883-1936), a CC muito produziu e foi importante para o conhecimento cartográfico de Portugal sobre suas colónias, delimitação de fronteiras e estudos de teor geográfico.

Outro organismo criado neste mesmo contexto e com fins muito parecidos, alargando as atribuições da CC, foi, via Decreto-Lei de 7 de Janeiro de 1936, através do Ministério das Colónias, a Junta das Missões Geográficas e Investigação Colonial (JMGIC), órgão de investigação, coordenação e consulta, independente e que ignora o papel das universidades e centros de investigações coloniais (Pereira, 2005b). No âmbito da JMGIC são executadas as Missões Antropológicas cuja finalidade era reconhecer cientificamente as populações e culturas dos territórios ultramarinos (Rodrigues, 1999).

Nesse sentido, a Antropologia colonial portuguesa desenvolve-se em boa parte durante o período Ditatorial (1926-1933) e do Estado Novo (1933-1974), o que nos leva a uma produção científica engajada com um projeto de país. Dessa forma, a disciplina auxiliou na formação de justificações para o domínio colonial e para a relação hierarquizada entre colónias e metrópole.

3.2. Antropologia, Escola do Porto e Mendes Correia

Se podemos dizer que houve uma Antropologia colonial, então ela serviu para dar suporte ao pensamento colonial (Pereira, 2005a) mas não pode-se dizer que esteve completamente voltada a ele: foi sua contemporânea e interessou-se por diversos outros temas (Matos, 2012b), além disso, se esteve em algum momento a serviço desta ideologia, não pode ser observado em uma fase inicial, somente a partir da justificação das políticas coloniais que incidiam sobre populações entendidas como carentes de civilização (Matos, 2012a).

Entretanto, não há consenso sobre a designação de “ciência colonial”(Conklin, 2013), mas a Antropologia que praticava-se no ultramar, à semelhança do que acontecia no continente e iniciada por Ferraz de Macedo, desenvolvia-se a partir da tradição francesa de domínio físico (Matos, 2012a). Inspirando-se na Société d’Anthropologie de Paul Broca e de seu mais ortodoxo sucessor, Paul Topinard (Conklin, 2013). A disciplina desenvolvia trabalhos voltados à antropometria e a raciologia e seus autores buscavam nas colónias a construção de um pensamento que condissesse com uma ideologia colonial voltada para o conhecimento e exploração das populações colonizadas.

Há a ideia de que o princípio da Antropologia colonial teria ocorrido com Fonseca Cardoso e seus trabalhos sobre o Timor, Angola e Índia (Matos, 2012a; R. Roque, 2001). Certo é que uma das vozes mais importantes para o desenvolvimento desta vertente da disciplina foi António Mendes Correia, seja pela sua posição política de prestígio, seja pelos trabalhos realizados. Algumas figuras foram muito importantes para a disseminação desta tradição disciplinar, mas sobretudo Mendes Correia, António de Almeida e Joaquim Rodrigues dos Santos Júnior. Todos eles foram responsáveis por algumas missões antropológicas às colónias africanas de domínio português, tendo a de Moçambique, sob a chefia de Santos Júnior, sido a mais esforçada e profícua em termos de espólio (Pereira, 2005b).

Institucionalmente, a Escola de Antropologia do Porto, fundada por Mendes Correia, base intelectual das missões antropológicas, ergue-se em um cenário complexo. Coexistia com outros órgãos dedicados à Antropologia, como a Sociedade Carlos Ribeiro e a Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia (SPAEE) e que acabam por servir de influência para a escola (Matos, 2012b).

A Sociedade Carlos Ribeiro (1888-1898) dividia-se em quatro secções (Geologia e Paleontologia, Zoologia e Botânica, Antropologia e Etnografia) e ocupa-se dos estudos sobre os factos naturais e factos culturais, trazendo como temas principais de investigação o estudo do povo português e as origens étnicas da nação (Matos, 2012b).

A SPAEE é fundada em 26 de Dezembro de 1918 por iniciativa de Mendes Correia. Ela funcionava no Instituto de Antropologia da Universidade do Porto e é uma resposta à tentativa

falhada de Coimbra em criar uma Sociedade Antropológica. Em seu estatuto constava como objetivos:

estimular e cultivar em Portugal o estudo dos métodos antropológicos, da antropologia zoológica, antropologia étnica, antropologia e arqueologia préistóricas, psicologia experimental, etnografia, e dos ramos científicos seus derivados ou aplicados, como as antropologias militar, pedagógica, clínica, criminal, judiciária, etc. (Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnografia, 1918, p. 3).

Ao concatenar as diretrizes das sociedades, a Escola do Porto cria-se como um órgão basilar à realização das missões antropológicas, englobando variados temas e profissionais das mais diversas áreas (Matos, 2012b).

Figura importante para o fomento das missões, Mendes Correia (1888-1960) também desempenha papel fundamental nas diretrizes do pensamento da Antropologia física durante o século XX. De origem abastada, seus familiares exerciam cargos importantes, fazia parte da “elite” social portuguesa e estava próximo a pessoas com alto estatuto social (Matos, 2012b). Alguns de seus cargos profissionais foram Presidente da JMGIC (1946), Presidente da JIU (1954-1958), participava do Conselho Ultramarino e foi Diretor da ESC (1949-1958). Politicamente, representava a extrema-direita no poder e considerava que o projeto colonial e o ditatorial de Salazar advinham do mesmo molde (Viegas & Pina-Cabral, 2014), facto que consegue explicar os contornos da Antropologia física e colonial que fomentava.

Instituídas pelo Decreto nº 26842, de 28 de Julho de 1936, pelo então ministro das colónias Francisco Vieira Machado, as missões de cunho antropológico mostram-se frutos de um contexto político específico e de um projeto de país, como já mencionado anteriormente.

Uma sucessão de eventos realizados no início dos anos de 1930, como por exemplo, o Acto Colonial de 11 de Abril de 1933 (República Portuguesa, 1933), com a criação do indígena e diretrizes para lidar com os povos em situação colonial e, ainda, o I Congresso Nacional de Antropologia Colonial no Porto (1934), no qual houve um movimento de renascimento da disciplina colonial, para revalorizar as colónias (Pereira, 2005b), que justificavam a realização de empreitadas científicas nas colónias. Mais do que uma série de acontecimentos, havia a influência de Mendes Correia nas decisões políticas de instituição e realização das missões

antropológicas, as quais deveriam conter estudos cooperativos sobre, por ordem de hierarquia das disciplinas, a Antropologia física, Etnologia e Arqueologia (Santos Júnior, 1941). Foram realizadas missões nos mais diversos campos de conhecimento: Geografia (Angola, Moçambique, Guiné e Timor), Hidrografia (Angola e Moçambique), Botânica (Moçambique), Zoologia (Guiné) e Antropologia (Caetano, 1946; Castelo, 2012).

Sobre as antropológicas, inicialmente foram projetadas algumas para que ocorressem no prazo de seis anos: Moçambique e Angola foram consideradas as mais importantes colónias sobre as quais deveriam ser realizadas missões sob a égide da utilidade nacional, assim como aumentar as perspectivas de desenvolvimento demográfico e económico. De seguida planeavam-se realizar as de Guiné e então de Timor para desenvolver trabalhos sobre os povos em situação colonial, classificados de acordo com suas raças. A ordem dos estudos seria: Moçambique no primeiro ano, Angola, Guiné e Timor do 2º em diante (Santos Júnior, 1941).

A primeira delas, em Dembos, Angola, realizou-se antes da institucionalização das missões, em 1934. Foi organizada pela Escola Superior Colonial (ESC) e subsidiada pelo Instituto para a Alta Cultura (IAC), foi chefiada por António de Almeida (1900-1984) e realizou medições antropométricas, estudos de Etnografia e Linguística, desenterrou 28 esqueletos², fez estudos históricos sobre os originais das Cartas dos Dembos e ainda observou condições de higiene, sanidade e economia de populações negras e brancas de regiões por onde passou. A outra, de Moçambique, procede após a publicação do decreto e operacionaliza-se com o apoio do Instituto de Antropologia da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, sob a direção de Mendes Correia (Santos Júnior, 1941).

Alguns autores (Castelo, 2012; Pereira, 2005a, 2005b) afirmam que o discurso colonial oficial incentivava à ida e os estudos científicos nas possessões imperiais portuguesas para conhecer os grupos étnicos, as condições de vitalidade e as instituições tradicionais das populações nativas para construir um antropologia da força de trabalho a fim de servir como mão-de-obra no desenvolvimento e prosperidade económicos de Portugal: era a ideia conhecer para dominar.

² Santos Júnior (1941) conta que António de Almeida disse-lhe que os 28 esqueletos desenterrados chegaram ao Entrepósito de Lisboa e, por causa do alto valor tributados sobre os objetos, Almeida esperou para ir recolhê-los. Ao retornar para pagar as taxas não mais encontrou as peças

Capítulo 4: Santos Júnior e a Missão à Moçambique

Esta etapa do trabalho direcciona-se a contar uma breve biografia do Chefe da missão e a mostrar como a MAM organizava-se e funcionava durante suas campanhas de realização. Ainda, traz o Arquivo Colonial como produção intelectual de Santos Júnior, os processos de transformação institucional que o atingem e abre um debate sobre o futuro da coleção colonial de restos humanos da MAM, armazenada no MUHNAC.

4.1. Breve biografia

Um dos profissionais basilares à realização da MAM foi Joaquim Rodrigues dos Santos Júnior (1901-1990)³, cuja biografia pouco se operacionalizou, veio a tornar-se o chefe da Missão, por ausência de Mendes Correia, que na altura não podia comprometer-se com a tarefa (Santos Júnior, 1939).

Natural de Barcelos, distrito de Braga, região norte de Portugal, tinha algumas profissões: médico, antropólogo e ornitólogo, todas em virtude da sua formação académica. Entre 1919 e 1923 estudou na Faculdade de Ciência da Universidade do Porto (FCUP) “Ciências Histórico-Naturais”. Tão logo licenciou-se, passou a assistente supranumerário de Antropologia e 2º assistente do 7º grupo (Zoologia e Antropologia) e em seguida (1924-1926) lecionou em liceus. Em 1926 começou a especialização em “Química Coloidal” na mesma FCUP, passando a estudar Medicina. Entre os anos 1930 e 1940 foi regente de Zoologia ao mesmo tempo (1935-1936) que assistia as aulas de Paleontologia e regia disciplinas (1936-1937) como Antropologia (por ausência de Mendes Correia), Anatomia e Fisiologia comparadas e Zoologia Geral e ministrava cursos de Ecologia Animal e Zoogeografia e Ecologia Animal e Zoologia Médica.

Em 1944 doutorou-se em “Ciências Histórico-Naturais” com a dissertação “Contribuição para o estudo da antropologia de Moçambique: Nhúngüés e Antumbas” e passou a professor extraordinário do 3º grupo (Zoologia e Antropologia) da 3ª secção (Ciências Histórico-

³ A biografia de Santos Júnior está brevemente construída no *website* da Universidade do Porto, no arquivo de Memória da Universidade, “Antigos Estudantes Ilustres U.Porto: Joaquim Santos Júnior. Disponível em: https://sigarra.up.pt/up/pt/web_base.gera_pagina?p_pagina=antigos%20estudantes%20ilustres%20-%20joaquim%20santos%20j%20c3%20banior

Naturais) em 1948. No ano seguinte tornou-se professor agregado do mesmo grupo e em 08 de Junho de 1951 teve seu cargo anterior restituído.

No início dos anos 1950, mais precisamente no ano letivo de 1952-1953, lecionou Anatomia e Fisiologia comparadas e Antropologia. Em 1954 foi nomeado professor catedrático e então em 1965 passou a reger a cadeira de Sociologia.

Há muitas lacunas na biografia de Santos Júnior. No que diz respeito à sua vida pessoal é possível parcialmente historiografá-la ao levar em consideração as cartas trocadas com alguns membros da equipa da MAM. Parte de sua história está resguardada pelo Centro de Memória Torre de Moncorvo, local onde realizei parte da busca documental de minha investigação. Doado pela família de Santos Júnior em ocasião de sua morte, chama-se Fundo Professor Santos Júnior (FSJ) e nele há toda a produção profissional do professor, inclusive seus diários de campo.

Em uma carta de Luís dos Santos, membro da equipa da missão, encontrada na Biblioteca fica claro que Santos Júnior tinha, em Novembro de 1946, dois filhos e uma filha, era casado e sua mãe ainda estava viva. Sabemos, pelos dados recolhidos nos arquivos, que o primeiro dos filhos chamava-se Joaquim Norberto de Campos Rodrigues dos Santos⁴ (ou J. Norberto, como assina no relatório da 5ª campanha da MAM de 1948, como ajudante contratado da Missão).

O FSJ ainda indica que os nomes dos outros filhos, por ordem de nascimento, eram Maria Judite e Fernando. Contudo, as informações são parcas e precisam de melhor investigação genealógica. Ter-se-ia casado com uma moncorvense, a Senhora Judite Campos, em cuja Quinta, que levava seu nome, era casa de férias da família em Torre de Moncorvo.

⁴ Não consegui informação sobre Norberto. Uma das funcionárias da Biblioteca Municipal de Torre de Moncorvo disse que em ocasião da parca saúde, em 2006 ele teria sido levado a morar no Porto para ter maiores acessos aos cuidados de saúde. No relatório de 1951 sobre a missão, Santos Júnior escreve o nome completo de Norberto: Joaquim Norberto de Campos Rodrigues dos Santos (Santos Júnior, 1951).

4.2. A Missão

A Missão Antropológica de Moçambique apresenta-se em um contexto de exploração colonial com o intuito de conhecer os povos nativos e retirar os recursos naturais e humanos desses territórios.

Em 1936, com o Decreto-Lei 26.842, de 28 de Julho (República Portuguesa, 1936), o Ministério das Colónias, personificado na figura de Francisco Vieira Machado, faz agregar à Missão Geográfica de Moçambique um técnico para proceder às investigações Antropológicas e Arqueológicas na colónia. Essa ideia foi proposta pelo IAC e pela Junta das Missões Geográficas e Investigação Colonial (Santos Júnior, 1939).

Em 1945, entretanto, houve a separação entre Geografia e Antropologia, e a MAM ficou diretamente dependente da JMGIC. De acordo com o Decreto-Lei nº 34.478, de 03 de Abril (República Portuguesa, 1945), a missão organizar-se-ia da seguinte forma: o chefe deveria ser um antropologista de competência reconhecida, um ou mais adjuntos e ajudantes idóneos a serem propostos pelo chefe, pessoal da colónia entendidos como necessários pelo chefe e, ainda, o pessoal europeu ou indígena que o chefe entenda por necessários à execução do trabalho.

Foram, no total, 6 campanhas: 1936, 1937, 1945, 1946, 1948 e 1955 (Pereira, 2005b). No relatório da MAM de 1950, Santos Júnior mostra a formação da equipa em cada uma das campanhas. Nas duas primeiras havia somente ele como chefe da missão e Luís dos Santos, então Chefe de Polícia do Tete, como ajudante sem remuneração. Na terceira, além de Santos Júnior, foram contratados o Norberto dos Santos, por um período de cinco anos, e mais cinco companheiros com residência em Moçambique: António Barradas (médico e professor no Liceu de Lourenço Marques), Tenente Simões Alberto, Luís dos Santos (passou a Chefe da Polícia de Viação e Transito), Adelino Joaquim Pereira (Chefe de Posto) e Sergio Alves (secretário do quadro administrativo). A quarta campanha contou com uma equipa menor: além de Santos Júnior, Norberto dos Santos e o Tenente Simões Alberto (que estava na metrópole para aprender a antropometria no Instituto de Antropologia da Universidade do Porto) que saíram de Lisboa em direção à Moçambique, na colónia foram contratados mais três ajudantes, António Augusto (antigo inspetor escolar), Luís dos Santos e Mussolini Perfume Fajardo (ajudante do

taxidermista do Museu de Álvaro de Castro, em Lourenço Marques). Na quinta e última campanha, a equipa contava com seis pessoas, somente: Santos Júnior, Norberto dos Santos, o Capitão Simões Martinho e os três membros contratados da 4.^a campanha.

Para o chefe da missão, a empreitada deveria desenvolver trabalhos sobre alguns temas, embora a maioria dos dados recolhidos serem de natureza antropobiológica (A. C. Roque, 2012). As brigadas de trabalho seriam: Antropologia física/Somatologia, Psicotecnia (a partir da 3.^a campanha), Arqueologia e Etnografia. Faltavam-lhe pessoas para investigar e estudar os campos do conhecimento, o que segundo Santos Júnior, empobreceria a missão (Santos Júnior, 1950).

Na brigada de Antropologia física/Somatologia, sob a responsabilidade do chefe da missão e de Norberto dos Santos, seu ajudante em algumas campanhas, praticava-se a medição de aproximadamente dez índices por cada indivíduo nativo – cefálico, facial de Carson, facial fisionómico, facial morfológico, jugo-frontal, jugo-maxilar, nasal, da saliência do nariz, auricular, célico ou esquelico, de corpulência e por último, o índice de Pignet (Santos Júnior, 1950). Fazia-se ainda a escolha dos indivíduos que iam ser estudados. Considerava-se o conjunto do “lote de pretos” disponível e colhia-se a impressão harmónica dos caracteres somáticos para averiguar o grau de pureza da raça/tribo considerados através da exclusão dos mais diferentes⁵; anotavam-se as particularidades (tatuagens, mutilações auriculares/labiais/nasais, adornos como brincos, anéis e pulseiras, piercings “chipini” presos ao lábio superior) e inquiria-se sobre os nomes, idades, tribos dos indivíduos e seus pais e avós, os seus “nihimos”⁶ e de seus pais, os estados civis, número de mulheres, filhos e seus sexos (J. N. de C. R. dos Santos, 1949).

A brigada de Psicotecnia, aos cuidados de António Augusto nas três campanhas fazia medições de inteligência através da Escala de Yerkes, a qual realizava vinte testes que somavam 100 valores e davam a cota de inteligência do indivíduo (Augusto, 1947). Segundo Santos Júnior, a inteligência seria a “capacidade de adaptação a situações novas, entrando em jogo a atenção, a

⁵ Excluía-se os mais altos ou os mais baixos, assim como os mais velhos e aqueles que tinham menos de 20 anos e ainda os com anomalias, principalmente polidactilia (J. N. de C. R. dos Santos, 1949)

⁶ “Nihimo” era um dos termos usados para expressar o nome da família ou do clã. Outras denominações: N’tupo, Cabila, Chibongo, Licócio, Licola (J. N. de C. R. dos Santos, 1949)

percepção, a compreensão, a imaginação, a memória, outros componentes espirituais” (Santos Júnior, 1946, p.456). A Inteligência Global, dada através da escala que usavam, consistia em medir a atenção, a percepção, a compreensão, a imaginação, a memória entre outros. Os testes eram uma modificação da Escala de Binet e Simon para melhor avaliação e aplicação facilitada e rápida (Augusto, 1947).

António Augusto (1947) mostrou que o teste não tinha sido feito com portugueses brancos e que por isso ficava inviável comparar os resultados obtidos nos testes nos indígenas, mas que, entretanto, havia sido realizado com crianças brancas, entre 7 e 11 anos, frequentadoras de escolas primárias em Lisboa e Quelimane, tendo sido constatada a “superioridade das nossas crianças” (Augusto, 1947, p. 10). Esse tipo de inferência ocorre em outros momentos dos diversos relatórios produzidos pela equipa.

A Arqueologia, por falta de pessoal, ficava a cargo do chefe da missão, visitava estações líticas, recolhendo peças do sítio arqueológico e produzia os mapas da pré-história do país. Da mesma forma procedia a Etnografia, sob os cuidados de Santos Júnior, mas suas práticas incluíam fotografar os nativos, filmar fenómenos culturais, como danças (batusques), observar os tipos de habitação e vestimentas, os rituais de nascimento, de puberdade, casamentos e cerimónias fúnebres (Santos Júnior, 1939) . Além disso, adquiriam-se objetos de enfeite, como colares, anéis e pulseiras, cerâmicas, como vasos feitos à mão; outros lhes eram ofertados pelas tribos, mas todos foram levados para o Museu do Instituto de Antropologia da Universidade do Porto.

É recorrente, nos registos oficiais de Santos Júnior a observação que a falta de verbas era um impedimento para uma boa investigação. No relatório de 1956, o Chefe da missão expõe que não houve a possibilidade de explorar tudo o que a colónia tinha para mostrar e que seria necessário prosseguir com novas missões (Antropológicas, Etnográficas e de Pré-História, nesta ordem) para aprofundar os estudos iniciados (Santos Júnior, 1956) . Da mesma forma, evidencia que se fosse pago para fazer um trabalho “full-time” conseguiria produzir mais e melhor, mas que conciliar seu posto como professor da Universidade do Porto, com duas cadeiras, e ainda debruçar-se sobre o que se recolheu na missão era difícilimo (Santos Júnior, 1950).

4.3. O arquivo colonial

“Há enorme soma de materiais em arquivo” (Santos Júnior, 1956). As cinco primeiras campanhas (35 estudos produzidos: 14 da Antropologia física, 8 de Etnografia, 8 de Pré-história, 4 de Psicotecnia e 1 de Demografia e Linguística) teriam estudados mais de oito mil africanos e contariam com mais de 80 mil indicadores de características descritivas e mensuráveis, tipos sanguíneos e impressões digitais (Pereira, 2005b; Santos Júnior, 1950).

Na *Revue Anthropologique* do Instituto Internacional de Antropologia, o chefe da missão apresenta as duas primeiras campanhas realizadas entre 1936 (entre julho e dezembro na África do Sul e Moçambique) e 1937 (agosto na Alta Zambézia), produzidas juntamente à Missão Geográfica de Moçambique, como explicitado anteriormente neste trabalho. Observou caracteres descritivos e mediu antropometricamente 120 homens e 46 mulheres divididos entre as tribos Nhúngué, Senga, Serero, Chicunda, Atanda, Tauará, Dêma e Atumba. Foram aproximadamente 295 observações masculinas e 87 femininas, além do estudo sobre os grupos sanguíneos em Nhúngués com 445 determinações dentro do sistema ABO, cuja maioria apresentava-se como tipo “O”. Considera, ainda, a Etnografia como um campo muito vasto “no qual os missionários e os funcionários já trabalharam” (Santos Júnior, 1939, p.179), entretanto produziu inúmeros desenhos e milhares de fotografias, assim com adquiriu para o Museu do Instituto de Antropologia da Universidade do Porto alguns instrumentos musicais e armas, enfeites como colares, anéis e pulseiras e vasos de cerâmica feitos à mão. Afirma que algumas outras peças lhe foram ofertadas pelos administradores (Santos Júnior, 1939).

A terceira campanha (1945), a primeira após a anexação da MAM à JMGIC, deu início aos trabalhos da Psicotecnia, mesmo que o responsável por esta brigada, o Dr. António Barradas, nunca tenha retornado ao Chefe da missão dados e acabou por ser substituído por António Augusto, antigo inspetor escolar em Lourenço Marques. Não encontrei, contudo, documentação que aponte para o espólio desta campanha, especificamente (Santos Júnior, 1946).

Entretanto, a quarta campanha, realizada entre maio e novembro de 1946, mediu mais de três mil indivíduos (Santos Júnior, 1946): no posto de Canata, Angola, em virtude de uma parada de dois dias e meio do navio que levava a equipa para a missão, foram medidos 70 “pretos”

“delinquentes” que estavam presos na cadeia do posto⁷, com “22 medidas em cada indígena” (Santos Júnior, 1946, p. 453), índices e médias os quais foram enviados ao Mendes Correia a partir de Cape Town, África do Sul. O teste de Psicotecnia de 1946, de acordo com o relatório do António Augusto (1947), valorou 382 “pretos” e alguns mestiços que eram intérpretes. Foram analisadas, no total, onze tribos (Alolo, Tacuane, Cherima, Lómué, Maconde, Nareige, Ajua, Nianja, Meto, Macua e Suaíli).

A 5ª campanha é considerada exitosa pois foram 2373 fotografias tiradas, 497 documentos manuscritos, 58 objetos etnográficos e materiais arqueológicos de 5 estações, além de ter havido a recolha de dados sobre estrutura e organização de aldeamentos indígenas, escavações arqueológicas, e ainda particularidades sobre o culto dos mortos e os cemitérios indígenas (A. C. Roque, 2012). Os dados da Antropometria chegam a 70 ou 80 mil índices determinados e organizados por tribos e sexo em virtude da medição de 8030 “pretos”. No relatório do Norberto dos Santos (1949), ajudante da missão, sobre as atividades da Dermopapiloscopia, foram 1068 impressões dermopapilares, 16 por indivíduo (17.080 impressões no total). Passou por mais de 25 tribos⁸ e mais de mil indivíduos homens e mulheres. Além disso, a 5.ª campanha produziu, durante o período de gabinete (outubro de 1950) a Carta Etnológica de Moçambique (Santos Júnior, 1950).

O relatório da última campanha (Santos Júnior, 1957) não aponta para o espólio da mesma, mas mostra as atividades relativas às brigadas de Antropologia física ou Somatologia, Bioantropologia (estudo dos grupos sanguíneos) e Psicotecnia. Estudou “sobre a forma das carapinhas dos pretos” e “prosseguiu-se na determinação de índices, e estudo estatístico dos mesmos, organizando as respectivas séries e nelas determinando os valores estatísticos correntes das médias, desvios padrões e respectivos erros” (Santos Júnior, 1957, p.2), classificou 2168 determinações sanguíneas no sistema ABO para seis tribos (Macua, Chaca,

⁷ 31 Chibundos, 14 Canguendes ou Ganguendes, 5 Chicombas, 4 Musselas, 4 Chibalas ou Quibalas, 3 Chilengues e 3 Chissanges. Mediram, ainda, 20 Chibundos divididos entre Cacondas, Quinzenges e Bailundos, para além de 14 Ganguendes

⁸ Chacas (63), Cherimas (44), Chuabos (65), Erátis (71), Inharingas (54), Lómués (18), Macuas (312), Maíndos (57), Marrovónis (72), Matatánis (80), Metos (16), Munigas (34), Pazas ou Podzos (18), Senas (72), Ajauas, Alolos, Atandes, Caroas, Cotis, Macás, Marrais, Marravis, Muajas, Murrabalos, Namarrales, Robes, Tongas (37).

Aiaua, Nhúngué, Eráti e Alôlo) e, por fim, o António Augusto continuou a publicar trabalhos sobre a inteligência de indígenas moçambicanos.

A MAM pode, então, ser considerada uma missão esforçada e bem-sucedida, como mencionou Pereira (2005b), porque respeitou às ordens sobre as quais atuava. Mas é preciso apontar para um espaço documental que ainda não foi preenchido. Como a produção da missão é vasta, com a existência de inúmeros ficheiros e de uma cultura material plural, seus arquivos operam com a falta de diálogo. Parte disso é justificável pelo percurso institucional da coleção.

Os registos oficiais, documentais e materiais, não dão conta do espólio da MAM. Prova disso é a existência da coleção colonial de restos humanos presente no Museu Nacional de História Natural e da Ciência, advinda de Moçambique durante a missão chefiada por Santos Júnior e que não consta nos registos oficiais presentes no Palácio da Calheta e no AHU analisados nesta investigação.

4.3.1. A coleção colonial de restos humanos

A coleção colonial recolhida durante a MAM pertence intelectualmente ao Santos Júnior. Digo isso porque, apesar de ter ocupado o posto de Chefe por substituição à Mendes Correia, que não pode estar presente em África para as campanhas da missão, Santos Júnior sempre tratou a MAM como sua. Há vários registos que indicam o sentimento dele sobre a missão, o tratamento pessoal que dá a ela, em meio a reclamações de cunho financeiro por falta de dinheiro e/ou financiamento e de pessoal para as empreitadas, obrigando a equipa a acumular funções.

Em seu currículo aponta para a recolha de materiais, prática muito comum à missão, que, “embora não respeitassem directamente à finalidade essencial da missão antropológica, julgou interesse para os museus da faculdade de ciências do Porto”(Santos Júnior, 1948, pp. 9–10). Nesse sentido, podemos inferir que houve a recolha de mais do que a cultura material dos povos que estudava: recolheram-se as ideias, os rituais, os corpos. Em seus relatórios oficiais o Chefe da missão deixa claro adquirir, ganhar e trocar objetos e, portanto, era uma prática comum e recorrente para a equipa.

Como se sabe, a coleção colonial do Santos Júnior referente à MAM pertencia institucionalmente aos órgãos responsáveis pela criação e gerenciamento das missões ultramarinas. Mesmo que o Chefe da missão fosse ligado à Universidade do Porto e ao seu Instituto de Antropologia, os objetos recolhidos e os trabalhos produzidos não eram de posse da referida Universidade, mas à JMGIC.

O MUHNAC passa a ser, após a fusão por incorporação do IICT à Ulisboa, o depositário de diversas coleções do instituto, inclusive a de restos humanos da MAM. O departamento de Zoologia e Antropologia, alberga algumas coleções (Museu Nacional de História Natural e de Ciência, sem data): Coleção Silva-Teles (de origem africana são mais de 100 crânios e ossos pós-cranianos depositados pela Sociedade de Geografia de Lisboa); Coleção Ferraz de Macedo (cerca de 30 crânios doados pelo próprio em 1907⁹); Coleção Luís Lopes (cerca de 1700 esqueletos humanos identificados vindos dos cemitérios de Lisboa); material osteológico do Convento do Carmo e Quinta da Noiva (ambos em Lisboa) e da Praça Rodrigues Lobo (Leiria); remanescentes de diversas outras coleções; e, por fim, crânios de primatas não-humanos, material osteológico vindo de escavações arqueológicas em Leceia (Oeiras) e Muge (Salvaterra de Magos).

A espólio da MAM pode ser classificado, conforme aponta a German Museum Association (2018) nas suas orientações, em contexto colonial e a coleção de restos humanos enquadra-se na categoria de “Objetos de contextos coloniais formais”, pois foram recolhidos enquanto Moçambique ainda era formalmente um colónia e as missões eram fomentadas pelo Estado.

É importante dizer que o objetivo principal deste trabalho não é inventariar todo o arquivo e o espólio da MAM. A investigadora A. C. Roque já realizou (2005, 2010, 2012) parte desta tarefa anteriormente e hoje há as equipas das instituições que encarregam-se deste trabalho. Mas é, sobretudo, fazer saber e contextualizar a coleção colonial de restos humanos presente no MUHNAC.

Buscar pelos contextos da coleção de restos humanos é construir uma micro-história (R. Roque, 2016) que apresenta-se como uma possibilidade de “situação colonial” (Stocking Jr., 1991)

⁹ Ferraz de Macedo doou 1023 crânios, mas o incêndio de 1978 destruiu parte da coleção.

dentre outras que existem. A micrografia construída pela coleção colonial de restos humanos refere-se à uma equipa chefiada por um investigador vinculado institucionalmente à Universidade do Porto, influenciado por Mendes Correia e pelas diretrizes da Escola do Porto.

As práticas da MAM eram maioritariamente ligadas ao estudo físico das populações nativas pois respondia às demandas de uma política de Estado que previa explorar os recursos naturais e humanos de suas colónias. Dessa forma, aplicava-se a ideia de que era necessário conhecer seus domínios ultramarinos para poder dominá-los de diversas formas: mão-de-obra, bens naturais, infraestrutura.

Foram inventariadas, então, oito caixas¹⁰ com primatas e babuínos. Mas, nem todas contém um só indivíduo; algumas têm cabeças de cervídeos (informação dada pela coordenadora do laboratório). As ossadas vêm com numerações na cabeça: de um a oito. Na caixa 159 há uma nota em papel branco (pode indicar que foi colocada posteriormente dentro da caixa, haja visto que os papeis da época da missão estão desgastados, amarelados e antigos), escrita a lápis, com numerações e espécies das ossadas: os indivíduos 5 e 6 seriam *Papio cycocephalus*, ou babuíno amarelo; 3, 7 e 8 seriam *Papio ursinus*, babuínos também; 2 e 4, *Cercopithecus cf. aethiops*, ou macacos-verdes, primatas; 1 *Cercopithecus sp.*

De forma geral as ossadas encontram-se bem acondicionadas e cuidadas. Há sempre indicações da data de morte dos babuínos e dos primatas e informações sobre o local de recolha, às vezes acompanha um breve contexto de recolha. Como não tenho formação sobre a constituição óssea dos primatas e babuínos, vou adiante.

Neste espólio contém, ainda, duas caixas maiores, mais pesadas, mas do mesmo material, madeira. Nelas estão dois esqueletos humanos (figuras 1, 2, 3, e 4, anexos). Detetei na caixa 149 um envelope amarelado, proveniente do IICT, do Centro de Pré-história e Arqueologia (figura 5, anexos), com referências a três esqueletos (números 2, 3 e 1) da Missão Antropológica de Moçambique – Santos Júnior. Dentro dele estão um envelope pequeno datado de “19/7/949” (figura 6, anexos), com carimbo da FMUP no canto superior esquerdo, com os dizeres:

¹⁰ As caixas possuem dois tipos de numerações: a do Tombo da Ulisboa e a do IICT-MUHNAC. Usarei as segundas: 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164 e 165.

“Identidade dos esqueletos de Lourenço Maques da Missão Antropológica de Moçambique. Prof. Dr. Santos Júnior”.

Dentro deste pequeno envelope estão três fichas obituárias (figuras 7, 8 e 9 – MUHNAC e figura 10 - FSJ, anexos), mais ou menos comprometidas pelo tempo e possivelmente pela ação da água, com as identificações algumas vezes borradas de três esqueletos provenientes da MAM. Entretanto, no Laboratório de Antropologia só constavam dois, os números 2 e 3, e o terceiro, o número 1, estava montado no Palácio do Calheta, sítio onde encontra-se o resto a coleção colonial material da MAM.

Por questões éticas, preservarei os dados sobre as identidades dos indivíduos (nomes, as filiações, tribos, naturalidades, régulos e indunas) mas, por conta do objetivo deste trabalho, contarei sobre as condições de seus esqueletos, o sexo, a idade na altura da morte, o estado civil, a profissão e a causa da morte. As inventariações foram feitas na seguinte ordem: esqueleto 2, esqueleto 3 e esqueleto 1.

O esqueleto nº 2 (caixa 149) trata-se de um indivíduo de origem africana, do sexo masculino grácil, 17 anos, quase adulto, sem evidências de que tenha sido enterrado, solteiro, cuja profissão é apontada como “trabalhador” e com o diagnóstico de “Tumor no Fígado (neo) com metástases abdominais”. Seu esqueleto está quase completo, faltando: coluna vertebral, 3 vértebras torácicas; mão esquerda, um carpo e um metacarpo; mão direita, 1 carpo e uma falange; pé esquerdo, 5 falanges; pé direito, 7 falanges. Em seu crânio, completo, entretanto notou-se a presença de *cribra orbitalia* (no teto das órbitas), indicativo de uma possível patologia endêmica. A análise do esqueleto observou uma grande deformação na cabeça do fêmur direito, sem aparente compensação em outros ossos, o que pode indicar Doença de Perthes.

O esqueleto nº 3 (caixa 150) pertence a um indivíduo de origem africana, do sexo masculino, 36 anos, solteiro, também considerado “trabalhador” e cuja causa de morte aponta para “Hemiplegia esquerda”. Seu esqueleto encontra-se igualmente quase completo com parte coladas, mas faltam: dentes, 1º quadrante – I1, I2, 2º quadrante – I1, 3º quadrante – M1, 4º quadrante – I1 e M3 (perdas antemortem ou postmortem); mão esquerda, 1 falange; mão direita,

1 carpo e 1 falange; pé direito, 2 falanges; algumas costelas (faltam-lhe 1 par mais 1 costela esquerda). Este indivíduo tem alguns remodelamentos ósseos consistentes com fraturas espalhados pelos ossos: clavícula esquerda, 3 metatarsos no pé esquerdo. Seu fêmur esquerdo também apresenta fratura, provavelmente de alto impacto, na diáfise com movimentação óssea no momento da morte e indicação de infecção e não alinhamento do osso.

O último esqueleto analisado pertence ao indivíduo nº 1, dividido entre duas caixas, dado que encontrava-se montado no IICT e, por precaução aos possíveis danos na desmontagem e transporte, optou-se por mexê-lo o mínimo possível. Portanto, desataram-se os braços (com as mãos) e as pernas (com os pés) e mantiveram-se unidos o crânio, o tórax (vértebras e costelas) e o quadril (ilíaco). Trata-se de um indivíduo do sexo masculino, africano, 26 anos, casado, profissão “carregador” e com causa de morte “desenteria”. O que chama atenção neste indivíduo é, primeiramente, uma grande infecção junto ao 2º molar direito, que se espalhou pela mandíbula. Além disso, o esterno deste indivíduo tem características distintas: apresenta o último terço bifurcado, mas por encontrar-se colado, a análise mais minuciosa encontra-se impossibilitada. Outra característica relevante é a ausência de uma vértebra. Este caso não indica a sacralização da 5ª vértebra lombar nem a perda de alguma vértebra torácica; e por ter uma coluna vertebral harmónica, pode ser que haja malformação óssea. Para corroborar com a abstenção vertebral, o indivíduo conta com 11 pares de costelas, ao invés dos habituais 12.

O registo documental dos esqueletos não ia além do envelope com as fichas obituárias. Mas como aprende-se com a etnografia de arquivo a não confiar em nenhum registo documental e buscar outras formas de conhecer porque os arquivos estão equipados com uma “heteroglossia cultural e histórica” (Comarrof & Comarrof, 2010, p. 41) dos personagens que escreverem o colonialismo, percorri novos terrenos.

Nas duas primeiras visitas ao AHU olhei para o arquivo fotográfico da MAM, organizado por A. C. Roque (2012) em virtude de uma investigação que fizera. Entretanto, apesar de organizado, o arquivo não estava catalogado. Foram cinco caixas dos anos de 1945, 1946, 1948, 1955 e 1956 (período de tempo que solicitei inicialmente) que continham mais de duas mil fotografias. Meu primeiro intuito era perceber se os indivíduos da coleção colonial de restos humanos tinham sido registados de alguma forma pela equipa da MAM. Entretanto, encontrei,

na maioria das imagens para as quais olhei, nativos retratados, como para documentá-los. Fotos posadas de frente, lados, tatuagens fotografadas no detalhe, grupos de pessoas de uma mesma tribo. Em alguns versos de imagens havia breves textos: “seis homens Cheringomas de Inhamiga. Os mesmos da foto 10 e 12. Foto 11”, “Os anões de Inhaminga com o pai” (inscrições encontradas no verso de fotos do envelope 3/45 – rolo 3ª Beira), mas nada que indicasse a existência ou identificação dos esqueletos.

Para tentar conectar fragmentos da ruína colonial, voltei, em um segundo momento, já em 2019, para tentar mais uma vez encontrar detalhes dessa micrografia. Entendo como o estudo da ruína colonial através da ideia de montagem de fragmentos coloniais, de tal maneira que torna-se salutar conceber que o passado colonial está vivo e nesse sentido ainda gera efeitos sobre a sociedade do presente (Ladwig et al., 2012). No início de 2019 estive por três vezes no AHU para percorrer o arquivo administrativo da MAM. Selecionei pastas que tivessem documentos entre 1947 e 1948, período em que os indivíduos da coleção colonial de restos humanos morreram. Muito embora não tenha encontrado nenhuma informação sobre os esqueletos, encontrei outros dados:

No Processo 1/48, Registo 93 de 08/05/1948, o documento 122 aponta sobre os caixotes com os itens recolhidos na MAM e as facilidades de transporte na alfândega.

Tenho a honra de enviar a V.Exa. A lista dos caixotes da Missão Antropológica de Moçambique, a-fim-de, ao abrigo do art. 21 do decreto-lei 34.478 de 3 de Abril de 1945, V.Exa. Obter das entidades respectivas as isenções de direitos, e bem assim a dispensa da abertura de caixotes e facilidades alfandegárias. Os caixotes devem ser embarcados em Leixões no paquete "Pátria" da Companhia Nacional de Navegação cuja partida está anunciada para o próximo dia 20 do corrente mês (Porto, 07 de Maio de 1948)

A isenção de fiscalização é autorizada pelo Ministério das Colónias, no documento 125:

1. Tendo a missão antropológica e etnológica de Moçambique de partir para a colônia no paquete "Pátria" a sair em 20 do corrente, tenho a honra de solicitar a V. Exa. se digne dar as necessárias facilidades de despacho, pelo mesmo barco, dos gêneros que constituem os ranchos dos membros que compõem aquela missão, bem como do seu material o que tudo consta da relação junta, em triplicado.

Mas o pacote “Pátria” mudaria seu curso, obrigando Santos Júnior a enviar telegrama para avisar ao responsável pela conservação dos materiais da missão que os itens da MAM chegariam a Lisboa e não ao porto de Leixões.

Telegrama

P0259 Lisboa Ermesinde 309 42 10 14/30

Acabo recebe comunicação agencia Porto companhia navegação pacote pátria não vem Leixões sendo partida Lisboa dia vinte ponto autorisacao pedida isenção direitos deve ser despacho Lisboa ponto vou mandar bagagem habitual despachante material missões = Santos Júnior

O documento que autoriza as isenções é emitido pelo Ministério das Finanças, Processo 1/48, Registo 988, documento 130, data de 18/05/1948:

Em referência ao officio de V.Exa. No. 1132, Pó. 1/48, de 10 corrente, tenho a honra de comunicar a V. Exa. Que foram autorizadas as isenções previstas no Decreto-lei no. 34.521 de 23 de Abril de 1945, para o material a que alude o supracitado officio."

15 de maio de 1948

Nesta pasta há, também, a referência da pessoa responsável pelo cuidado com os materiais da missão: Luís dos Santos “vigia a boa conservação dos materiais da missão”. Os caixotes e seus objetos tinham cheiro de desinfetante “DDT” ainda.

No dia 16 de Janeiro de 2019, ainda no AHU, abri uma pasta particular de Santos Júnior na qual havia documentos desde Julho de 1930 até Dezembro 1982 (UL31109). Nela continham além do currículo dele no ano de 1948, dados sobre a circulação do Chefe da missão por Moçambique e as datas de partida e chegada nos lugares, officios nos quais afirma a inferioridade dos povos das colónias e incentiva a existência de governos totalitários nesses territórios e, um detalhe que reconduz minha investigação: Santos Júnior dividia seu tempo entre a sua morada oficial, em Águas Santas, na Quinta de Caverneira, e a casa de férias da família, a Quinta Juditi (figura 11 , anexos) em Torre de Moncorvo. Percebi essa informação ao confrontar-me com os cabeçalhos das correspondências arquivadas nesta pasta e que eram escritas pelo Santos Júnior.

O trabalho microscópico de não só abrir um arquivo, mas esmiuçá-lo, olhá-lo atentamente, observando o que está dito e o que está silenciado (R. Roque, 2016) foi salutar para determinar os rumos desta investigação.

Como já tinha lido que existia um espólio de Santos Júnior nessa cidade, e como já havia contactado os responsáveis pela conservação desse arquivo, fui, em 19 de Fevereiro de 2019, à ao CMTM e investiguei por três dias os documentos que lá se encontravam e que se enquadravam no período de tempo que eu precisava.

A visita ao FSJ (figuras 12, 13, 14 e 15, anexos) revelou a existência de um extenso arquivo documental sobre a MAM. São 57 pastas informações sobre a missão, desdobradas em trabalhos e correspondências variadas; 1 pasta de Fotografias de Moçambique (não consta nenhum registo sobre a recolha de 3 esqueletos) com fotografias mais pessoais; 14 publicações diretamente relacionadas à missão; 409 publicações relacionadas ao tema "Moçambique"; e, para finalizar, 537 publicações sobre "Antropologia" (informação dada pelos responsáveis pelo FSJ). Há, ainda, uma série de produções sobre os mais variados temas sobre os quais debruçara-se Santos Júnior. Mais importante, entretanto, é dizer que há alguns diários de campo lacrados referentes às 4ª e 5ª campanhas da MAM (números 16, 17, 18, 19, 20 – 4ª, e 21, 22, 23, 24, 25, 26 e 27 – 5ª campanha), que pertenceram ao Chefe da missão e só podem ser abertos e inventariados mediante autorização familiar. Mas, como a família de Santos Júnior não mais habita Torre de Moncorvo e as pessoas responsáveis pela conservação do fundo desconhecem os paradeiros dos familiares, então os diários permanecerão fechados.

Para contar sobre a origem dos esqueletos, atendo-me às 57 pastas com informações sobre a missão. Abri, entre os dias 19, 20 e 21 fevereiro de 2019, 26 pastas¹¹ as quais continham os mais diversos assuntos: fichas individuais para medições dos indígenas, itinerário das campanhas, plano para a 5ª campanha, objetivos da missão, notas etnográficas, lista nominal de cristãos e fregueses da freguesia de “São Thiago de Tette”, relatos de campo.

¹¹ Numeração das pastas abertas: 362, 363, 364, 365, 366, 367, 371, 374, 375, 376, 379, 380, 381, 390, 392, 393, 394, 395, 407, 417, 418, 419, 521, P18, P25 e P33.

Em continuidade ao meu trabalho, no dia 20 dentre as pastas que abri, chamo atenção às de números 374, 375 e 376 que continham cartas trocadas entre Santos Júnior e membros da equipa da missão, dois relatórios¹² esmiuçados sobre o conteúdo das caixas referentes à missão que foram enviadas de Moçambique à Portugal, e, ainda, as três fichas obituárias em perfeito estado de conservação. Encontrei, no total, oito cartas (figuras de 16 a 26, anexos) com informações sobre os esqueletos. Os membros da equipa que sabiam da existência do pedido feito por Santos Júnior eram Luís dos Santos e António Augusto. Julgo, inclusive, que a caligrafia encontrada no pequeno envelope da FMUP mostrado acima seja de Luís dos Santos, por comparação à sua assinatura em uma das cartas.

Importa lembrar que as cartas às quais acedi são do FSJ e por isso são, na maior parte das vezes, aquelas que Santos Júnior recebeu, à exceção de duas. Nesse sentido, o diálogo completo fica comprometido apesar das cartas lidas darem a informação necessária para contextualizar a origem dos esqueletos.

A primeira delas, de 30 de Novembro de 1946, remetida por Luís dos Santos, conta sobre as finanças e verbas da MAM, com demonstrativos de pagamentos e transações monetárias. Nela, o ajudante mais antigo da missão avisa que procedeu aos pagamentos necessários e que ainda restava aproximadamente hum mil escudos para pagar pelos esqueletos negociados com o Dr. responsável, que seria usado como gratificação ao enfermeiro responsável pela preparação dos esqueletos. Em carta seguinte, de 10 de Janeiro de 1947, Luís dos Santos aponta a quantia real a pagar pelos serviços do enfermeiro do Hospital: 1.177\$95 (valor em escudos).

António Augusto, por sua vez, ao enviar carta ao Santos Júnior, em 3 de Abril de 1947, avisa-lhe que o Sr. Luís dos Santos lhe deixou 1.000\$ para entregar ao médico responsável como gratificação ao preparador dos esqueletos. Entretanto, em duas outras vezes, a 10 Agosto e 9 de Novembro do mesmo ano, António Augusto avisou ao Chefe da missão que o dinheiro ainda não havia sido entregue, estando em sua posse. Santos Júnior responde-lhe, então, a 18 de

¹² O relatório apontava para a existência de 27 caixotes, com suas respectivas medidas, peso, conteúdo e valor. Havia dentro deles garrafas vazias, esqueletos de macacos, frasco com bichos, objetos etnográficos/indígenas, instrumentos paleolíticos, pedras, caveiras de búfalo, hipopótamo, instrumentos musicais, produtos alimentícios, restos de animais, esqueletos, fetos, caveiras, produtos naturais, cascas de árvores e rochas.

Novembro de 1947, que o dinheiro deverá estar em posse de António Augusto até que os esqueletos estejam prontos e sejam apresentados.

Quando, a 29 de Novembro de 1947, António Augusto responde, então, ao Santos Júnior, avisando-lhe que no mesmo dia que o Chefe da missão havia-lhe escrito (aos 18 do mês corrente), o médico do hospital contactou-o a dizer-lhe que os dois esqueletos estavam prontos. António Augusto prontificou-se, então, a ir buscá-los ao 2º dia de Dezembro, no Hospital, aonde encarregariam o enfermeiro de acondicionar os ossos em caixote para despachá-los.

Em 19 de Dezembro de 1947, Santos Júnior envia carta com os procedimentos de acondicionamento. Transcrevo:

Folguei em saber que já temo dois esqueletos preparados. Devem acondicionar-se convenientemente cada um dentro do seu saco, de forma que os ossos de um não troquem com os do outro. Isto é absolutamente fundamental. Os ossinhos pequenos devem ficar embrulhados de forma a não serem batidos pelos maiores. Em cada esqueleto deve figurar o sexo, a idade (mesmo aproximada, quando não for possível tê-la certa), se possível a doença causadora da morte e a tribu a que o indivíduo pertencia. Esta última indicação é absolutamente indispensável, sob pena de os esqueletos perderem muito do seu valor como documento antropológico. Eu já tinha dado todas estas indicações e o Dr. Prates bem as sabe. Não sei como ha-de fazer-se o despacho desses esqueletos. Vou falar no caso ao Snr. Doutor Mendes Correia. Suponho porém que o melhor é eles aguardarem a minha ida aí. Trago-os com o grosso da bagagem.

Através do auxílio investigativo das Dras. Ana Godinho e Marta Costa, do MUHNAC, encontrou-se no Fundo Mendes Correia, do Instituto de Antropologia na Biblioteca da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto (FCUP), uma carta de Santos Júnior ao Mendes Correia (figura 27, anexos), na qual ele conta, a 14 de Janeiro de 1948, sobre os “esqueletos completos de negros falecidos no Hospital de Lour. Marques” que passaram por processos de maceração e branqueamento e que foram assunto de conversa com médico do hospital e com o Diretor dos Serviços de Saúde. Santos Júnior aponta a necessidade de que se conserve uma relativa reserva sobre o caso para que “os pretos não tomem conhecimento e fiquem a julgar que os brancos lhe querem os ossos para coisas de feitiçaria”, e mostra que os esqueletos são para o “nosso” Instituto (de Antropologia da Universidade do Porto). Pergunta, ainda, como deve proceder com o envio dos esqueletos, devendo esperar para lá ir e trazê-los

consigo ou mandá-los naquela altura. O recibo (figura 28, anexos) pela transação dos esqueletos é assinado, então, a 2 de Novembro de 1948, por 1.000\$,00 escudos, pelo enfermeiro.

Os esqueletos chegam a Portugal no navio Benguela e aportam em Leixões, Porto, e estão endereçados ao “Chefe da Missão Antropológica de Moçambique Universidade do Porto”. Acondicionados no caixote número 27 e com peso de 27 kg dividem-se em duas caixas com o valor de 1.500\$00 (figuras 29, 30, 31, 32 e 33, anexos).

É importante notar que as cartas trocadas indicam a encomenda de dois esqueletos e, no entanto, há três. Deduz-se, então, que um dos indivíduos não foi encomendado mas foi ofertado ao Chefe da missão muito provavelmente em virtude da demora para a obtenção das “encomendas”. O valor do caixote que acondicionava as caixas com os esqueletos também corrobora para a existência de três: se dois custaram 1.000\$ então entende-se que o preço unitário seria de 500\$; dessa forma, três sairiam a 1.500\$. O facto de um deles estar a maior parte do tempo montado¹³ depois que chega a Portugal pode significar que dois esqueletos ocupavam o mesmo caixote durante a viagem entre Moçambique e Portugal.

Esta coleção constitui-se por três esqueletos humanos de origem moçambicana (figuras de 34 a 53, anexos), todos do sexo masculino, com 26, 17 e 36 anos, respetivamente. Todas as fichas obituárias foram assinadas pelo mesmo enfermeiro do recibo, e são da mesma Casa Mortuária de Lourenço Marques. Constam também as causas de morte que podem ter sido o motivo da sua escolha, mas não encontramos nenhuma referência ao porquê de se terem enviado estes indivíduos em particular.

4.3.2. Percurso Institucional: material e simbólico

Os processos de transformações orgânicas dos órgãos desenvolvedores da ciência colonial afetam diretamente a organização e o conhecimento acerca da coleção colonial da MAM. O facto de a documentação estar parcelada entre instituições torna o trabalho moroso e o coloca em uma posição de dúvidas: há um ruído das comunicações. Outro facto que implica

¹³ Há uma inscrição no osso ilíaco (lado esquerdo) do indivíduo nº 1 indicando que sua preparação – e montagem- teria sido feita em 1949, por um preparador da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto. No lado direito do ilíaco há a identificação do indivíduo, igual à da ficha obituária.

diretamente na qualidade do arquivo que se acessa é a quantidade de funcionários envolvidos na organização e catalogação dos documentos. Muitas vezes, poucos funcionários precisam lidar com grande soma de documentos, o que pode inviabilizar o trabalho produtivo sobre os arquivos.

Como se sabe, ao longo do tempo os órgãos responsáveis pela ciência tropical foram reorganizando-se, seja pela incorporação orgânica a outros órgãos, seja pela dissolução. Essas transformações institucionais causam transtorno e um ruído nas ruínas da história.

Todas as mudanças influenciam a organização do arquivo e, por isso, também o acesso a ela. Não afirmo que as informações se perdem, mas torna-se custoso para quem não é vinculado a estas instituições perceber aonde deve procurá-las.

4.3.3. Um debate sobre os contextos ético e científico da coleção colonial de restos humanos no MUHNAC

Ao partirmos da ideia de que a recolha dos esqueletos, nos idos da MAM, significou a classificação deles em o Outro, indivíduos exóticos, não-brancos, para satisfazer as premissas da produção raciológica da ciência, então é salutar olhar para esses corpos mortos munidos de uma informação de base, um *background*, ético, cuidadoso.

Reconstruir as relações sociais envolvidas na recolha dos corpos auxilia no delineamento das identidades, que mesmo entendidas como uma circulação de discursos, significado e memórias histórica (Brah, 2006), são parte do que os sujeitos foram. Os corpos esqueletizados são antes indivíduos com histórias e identidades, mesmo desprovidos de pele, um marcador da diferença (Desmond, 2010). Não se pode considerá-los somente como materiais de investigação porque são mais do que isso, ainda mais pelo cuidado que Santos Júnior tinha em não deixar que os nativos soubessem da recolha dos esqueletos.

O processo de transformação dos indivíduos em artefactos (N. Dias, 1996), separando natureza e cultura, faz parte da escolha por ignorar identidades e histórias, o contexto de existência e, assim, conseguir homogeneizar (Trajano Filho & Dias, 2014) os corpos indígenas e, neste caso, negros. Os corpos eram governamentalizados pelo Estado (Bennett et al., 2014; Foucault, 1988)

e entendidos enquanto fetiches (Bottomore, 2001) em nome da ciência colonial. Parte desta ideia de fetiche vinha da hierarquia nas relações sociais entre metrópole e colónia e, ainda mais importante, da aceção de raça enquanto um marcador de povo e subespécie (Silva, 2013), inclusive com a criação do indígena no Acto Colonial (1933).

Os museus coloniais, como a SGL, o Museu Colonial de Lisboa e o Museu Etnológico Português, o Museu Antropológico de Coimbra, o Museu e Laboratório Antropológico do Porto, serviam para provar a aptidão e o domínio colonial de Portugal (R. Roque, 2001) assim como armazenavam as coleções adquiridas nas possessões ultramarinas. E, mesmo que não produzissem uma ciência colonial, fomentavam a existência dela ao guardar em suas instalações o que se recolhida nas terras coloniais pois ter laboratórios repletos de espécimes humanos, crânios na maioria das vezes, era o mesmo que ter a capacidade de produzir muito conhecimento (R. Roque, 2014b).

Se durante a maior parte do tempo os museus eram instituições de “melhoramento populacional” e controle das paixões (Jenkins, 2016), de armazenamento do conhecimento, o fim do colonialismo trouxe novas possibilidades para estas instituições. A ideia que os museus carregavam em si de que era preciso “guardar” para não perder não faz mais tanto sentido na atualidade. Os museus acabam por buscar formas mais adequadas para representar a diversidade material que possuem (Kreps, 2018)

Como mencionou J. P. S. Dias (2015), não adianta criar um museu “pós-imperial” voltado ao tema colonial somente para ter adesão de público. O entendimento passa por perceber o legado que as coleções coloniais representam e promover um olhar crítico sobre elas e sobre o papel da ciência na sociedade portuguesa como promotora de conhecimento e fomentadora de ideias, durante um período inegavelmente duradouro da história do país, que foi o colonialismo.

É preciso, inclusive, entender que apesar de a história ser muitas vezes contada linearmente, ela não é uniforme, muito pelo contrário: é tanto heteroglóssica (Comarrof & Comarrof, 2010) quanto heterogénea (Kakaliouras, 2014). Universalizar o passado e esquecer deliberadamente que ele, assim como o presente, é construído por pessoas as quais decidem politicamente os caminhos a seguir, é negligenciar as trajetórias dos objetos e assim também suas possibilidades.

Uma das maneiras de colocar em prática o entendimento da multivocalidade dos povos e histórias é transformar o sítio onde coleções ainda se armazenam: os museus. Parte do trabalho é perceber aonde há falhas na museologia (McCall & Gray, 2014) e desenvolver novos usos para as instituições deste cariz. Carvalho (2015) diz que é preciso construir um espaço socialmente responsável e que preste serviço ao público. Sob a alcunha de Nova Museologia, o movimento de renovação estimula e incentiva o diálogo e diferentes formas de ser da humanidade (Lorente, 2012).

O MUHNAC é um museu de estatuto nacional, faz (e fez) parte da história de ciência e da museologia de Portugal. Albergado juntamente à Universidade de Lisboa, é um espaço de desenvolvimento científico, aberto ao diálogo, acessível e com um espólio valioso. Como J. P. S. Dias (2015) afirma, a epopeia marítima portuguesa tem um lugar reservado na história do país e carrega consigo o prolongamento de estruturas sociais senhoriais. Nesse sentido, as suas consequências são percebidas pela herança cultural do país. Não é preciso escondê-las, mas é imprescindível iluminá-las.

Assim como Carvalho (2015), J. P. S. Dias (2015) corrobora a ideia de que é preciso reservar um espaço nas instalações museológicas para interseccionar histórias, Europa, África, América e Ásia. Auxiliar a construção de uma ciência menos eurocêntrica que esteja mais preocupada com as relações construídas nos processos coloniais.

Estudar a coleção colonial de restos humanos da MAM é, justamente, ter em conta que ela é uma parte importante da materialidade referente à missão, no sentido de que explicita um processo da Antropologia física em contexto colonial e o faz ser publicamente compreendido (J. P. S. Dias, 2015).

O MUHNAC, entendido como um museu nacional universitário, pode ser o espaço do diálogo, produzindo eventos que coloquem o conhecimento científico académico mais próximo da sociedade civil. Com diferentes temas, pode chamar as *source communities* de seus antigos territórios coloniais para ressignificar a materialidade colonial que armazena em suas instalações. Esse movimento pode preparar este museu para possíveis pedidos de repatriamento,

por exemplo. Alguns países da Europa já estão em meio a processos de restituição da cultura material, como por exemplo a França e a Alemanha.

Em França, o discurso do presidente Emmanuel Macron em 2017 iniciou a discussão sobre o retorno de obras roubadas ou presenteadas durante o período colonial do país como forma de “reparar danos”, mesmo com as galerias e os museus temendo pelos seus acervos. Para o presidente, restituir significa justiça, reequilíbrio, reconhecimento, restauração e reparação da violência colonial, material e simbólica (“França quer devolver obras de arte e objetos africanos roubados no período colonial”, 2018).

Há duas formas de pensar os processos de restituição. Os que são a favor dizem que manter os objetos nas metrópoles representa a manutenção do colonialismo e do aumento da desigualdade entre países, assim como, no caso dos restos humanos, ficam sem rituais funerários e distantes de sua terra natal. O contra-argumento sugere que os grandes museus universais têm maior capacidade de conservação, acessibilidade e alcance de público, além de afirmarem que as antiguidades são patrimónios da humanidade (Bandeira, 2017).

Outro país que envolve-se, de antemão, nos processos de repatriamento de peças adquiridas em contextos legal e moralmente inaceitáveis é a Alemanha que assume a obrigação ética e moral na restituição, priorizando os restos mortais humanos e olhando caso a caso (Lopes, 2019).

A questão que paira é: como os países europeus lidam com o seu passado colonial? Assim como o mundo mudou, também a sociedade. Os museus não podem agir diferente: precisam mudar. Pensar o repatriamento é repensar o colonialismo, sem pretender parecer uma ideia progressista, mas sê-la (Woldeyes, 2019).

Em Portugal, décadas antes do movimento atual para a repatriação, o Museu Nacional de Etnologia repatriou, em 1998, vídeos gravados pelo antropólogo Jorge Dias entre 1958 e 1961 durante trabalho de campo com os Macondes, tribo nativa de Moçambique (Carvalho, 2015). Não se sabe, entretanto, se o referido museu guardou cópias dos materiais que restituiu.

Argumentos como a hierarquização do cuidado, no qual os povos não são aptos a cuidarem da sua própria herança cultural material e natural, ou artefactos descontextualizados e narrativas estereotipadas e eurocêntricas precisam ser evitados (Woldeyes, 2019). A realidade é muito mais complexa do que isso e precisa usar o desconforto histórico do colonialismo para transformar aquelas instituições que auxiliaram no seu fomento, os museus.

Conforme já afirmou o diretor dos Museus da Universidade de Lisboa “o património e as coleções científicas coloniais são testemunho material deste processo global e dão-nos uma oportunidade única para promover a sua compreensão pública” (J. P. S. Dias, 2015, p. 105). Uma das formas dessa promoção é transformar o MUHNAC, detentor da coleção colonial de restos humanos de Santos Júnior e da MAM, em uma Zona de Contacto.

Mas é preciso evitar as assimetrias de poder e compartilhar a autoridade do conhecimento através da colaboração entre a comunidade de origem e os profissionais dos museus para que o diálogo seja profícuo, relevante e significativo, além de poder ressignificar as coleções.

No caso da coleção colonial de restos humanos, creio que o MUHNAC tem que equacionar para um futuro pedido de repatriação. Apesar de os esqueletos terem sido adquiridos por meio de transação monetária, há pelo menos um documento, a carta de Santos Júnior a Mendes Correia, que indica uma suspeição sobre o contexto em que foram conseguidos. Ao dizer que os negros não poderiam saber que aquela transação estava sendo realizada, Santos Júnior abre precedentes para o entendimento que os esqueletos não foram comprados, mas sim os serviços do enfermeiro preparador. Mesmo que os nativos moçambicanos não aceitassem esse tipo de relação, o hospital de Lourenço Marques mediu e autorizou a transação. Os esqueletos não foram levados para Portugal na forma de contrabando ou às escondidas, haja vista a existência das informações pessoais dos indivíduos e do relatório com os itens trazidos no navio Benguela para o porto de Leixões. A circulação de restos mortais era comum à época. A título de exemplo, Topinard escreveu duas cartas a Ferraz de Macedo a implorar que lhe enviasse 100 crânios portugueses para ele poder fazer estudos (A. Duarte, 2017). Não sabemos se Ferraz de Macedo os enviou ou não (pelo menos não consta no arquivo nenhuma carta de agradecimento), mas sabemos que o Museu do Homem em Paris possui no seu acervo 50 crânios de origem portuguesa.

A discussão sobre as coleções coloniais de restos humanos terá que continuar a ser feita para elucidarmos essa coleção e mais ainda o que ela significa e o quanto de transformação social ela pode implicar. Abrir as portas do museu e receber outras opiniões e sensações pode ser a chave para o melhor desempenho científico para ela, muito melhor do que as métricas da Antropologia colonial feita na Missão Antropológica de Moçambique. Uma equipa plural, de ideias e origens, que converse horizontalmente e talvez conclua um melhor enquadramento para a coleção.

Alguns museus europeus já estão a desenvolver políticas para ressignificar as coleções coloniais. No Reino Unido foi publicado em 2005 um Guia com recomendações para o Cuidado dos Restos Humanos em Museus (Carvalho, 2015). Mostro de seguida dois exemplos estudados pela autora que exemplificam novas maneiras de lidar com coleções recolhidas em contexto colonial.

O World Museum Liverpool analisa caso a caso, embora continue a aceitar coleções, mas considera primeiramente o enriquecimento e a atualização das coleções que já possui e tenta desconstruir os sistemas classificatórios de outrora ao horizontalizar as perspetivas com relações justas e equilibradas, priorizando o enquadramento ético na recolha. Em um evento recente neste museu, o público presente foi questionado sobre a posse e exposição de restos humanos e a maioria dos votantes (mais de 90% em ambas as questões) mostrou-se a favor (Stienne, 2019)

O Museum of World Culture, em Gotemburgo passou a acionar imigrantes (termo genérico para identificar as pessoas cuja origem familiar não é sueca) para significarem as coleções de uma exposição chamada “Horizons: Voices from a Global Africa, do projeto “Adavantage Göteborg”. Outro caso de análise foi o da coleção “Niño Korin”, cuja repatriação foi solicitada pelo governo da Bolívia (origem das peças). Criou-se, então, o projeto “The Power of Labelling” que objetivou concatenar a expertise dos representantes do museu e de especialistas internacionais a fim de refletir sobre a coleção. Realizaram, também, algumas atividades extra-museológicas para os bolivianos que residissem em Gotemburgo.

O caso português, entretanto, difere dos grandes empreendimentos imperiais, como Grã-Bretanha e França, por exemplo. Comparativamente, Portugal recebeu muito poucos restos humanos provenientes de suas colônias, embora fosse uma obrigação legal dos administradores enviarem crânio humanos para a metrópole. Numericamente, há muito poucos exemplares coloniais em Portugal. A causa disto precisa ser investigada. Estimam-se 230 crânios humanos recolhidos em contexto colonial (A. L. Santos, 2018), dos quais 116 são de Angola, 35 do Timor e 29 da Guiné. Os restos humanos dividem-se entre as Universidades de Coimbra, do Porto e de Lisboa: na primeira delas estão 35 crânios doados pelo governador de Macau e do Timor ao Museu de História Natural entre 1882 e 1883 e 10 crânios trazidos de Angola (5 unidades) e de São Tomé e Príncipe 85 unidades) nos anos de 1920 (A. L. Santos, 2018; Tavares, 2008); a do Porto guarda uma coleção cuja maior parte é de crânios (15 indivíduos de Angola, Guiné Bissau e Moçambique e 4 indivíduos masculinos e um feminino identificados como Satary, de Goa) e a seção de Antropologia do Instituto de Anatomia conta com 29 crânios; a última delas, Lisboa, tem, além da coleção Silva Teles (A. L. Santos, 2018) e as apontadas anteriormente, a coleção colonial de restos humanos da MAM.

A coleção colonial de restos humanos no MUHNAC inclui-se em um cenário que difere da norma. Não creio ser plausível olhar para os seus indivíduos somente pelo estatuto indígena criado pelo colonialismo (República Portuguesa, 1933), nem como sendo unicamente problemático causar-lhes dano (*harm*)(Benziman, 2017) ou ainda pelas obrigações externas ou internas prometidas em vida (Wisnewski, 2009). O que está em jogo é a herança colonial e o passado de violência e de hierarquia de poder nas relações entre ex-colônia e ex-metrópole. Está além do consentir do indivíduo como a forma da ética apresentar-se (Kakaliouras & Radin, 2014), do entendimento que o corpo do nativo é violável e alcançável ou ainda do que se fazia em nome da ciência.

O que está à frente é a existência de uma única ideia do que é a dignidade humana e como respeitá-la. Nesse sentido, questiona-se se há uma dívida com esses restos humanos, e duvida-se sobre como lidar com cada caso, individualmente (Benziman, 2017; Wisnewski, 2009).

Este trabalho não é, entretanto, uma tentativa de encerrar o debate sobre a coleção colonial de restos humanos no MUHNAC, muito menos uma provisão sobre o futuro desta mesma coleção.

Importa aqui, pois, apontar os argumentos usados no presente pela Nova Museologia e pelas requisições para restituição dos objetos recolhidos em contexto colonial a fim de abrir o diálogo para ressignificar e recontextualizar a existência desta coleção.

Considerações finais

O objetivo deste trabalho não foi o de regimentar uma forma de lidar com a coleção colonial de restos humanos no MUHNAC, mas sobretudo, após sua contextualização, iniciar um debate sobre as possíveis formas presentes na atualidade que deem conta de gerenciar a existência. A ferramenta da Antropologia de arquivo foi essencial para a existência desta pesquisa.

Ao construir a micro-história da coleção colonial de restos humanos, foi possível circunscrever uma das práticas da equipa da MAM, que era a recolha daquilo que Santos Júnior considerasse cientificamente relevante, fossem objetos arqueológicos, adornos culturais ou ossos.

O movimento pelo repatriamento de coleções do tipo do desta investigação, surgido no mundo que se descolonizava, tem como exemplo a NAGPRA que é considerada mais do que uma lei norte-americana, mas a inauguração de uma Era em que as relações entre nativos americanos e a expertise museológica aproximam-se e tendem a horizontalizar-se por entender que o património nativo a esta comunidade pertence.

Esse movimento é parte de um processo de remodelação da utilidade e funcionalidade dos museus - a Nova Museologia - que mostra-se como um novo paradigma do pensamento museológico e entende que o papel social dos museus deve ser tomado como importante ferramenta de diálogo para a instituição. A abertura das portas dos museus para ouvirem as comunidades de origem dão suporte para o ressignificar de coleções de restos humanos adquiridos em contexto colonial.

A reorganização museológica pode passar pela transformação desta instituição em uma Zona de Contacto, a qual consegue aproximar fisicamente comunidades distantes geograficamente. Essa ligação seria uma maneira de retificar a hierarquia nas relações humanas presentes no colonialismo. Uma das possibilidades que advém da transformação dos museus é aceitar a presença de múltiplas vozes, da expertise ou da sociedade civil (ou das comunidades de origem), e encontrar os espaços onde as falhas destas instituições possibilitem um novo desenhar para elas.

Alguns países ocidentais europeus, além dos Estados Unidos da América, já mostram-se preocupados com as coleções adquiridas em contexto colonial, sejam elas bens culturais ou naturais, como ossos humanos. França, Inglaterra, Suécia e Alemanha já desenvolvem programas para a restituição de peças conseguidas através da violência de seus regimes coloniais.

Mais do que devolver objetos, é importante possibilitar o começo de um diálogo sobre o repensar das coleções coloniais de restos humanos ou da cultura material. Além disso, as mudanças sociais reverberam-se nos museus, que passam a precisar de um novo significado de existência para si e para o que armazena. Entender a trajetória dos objetos é igualmente entender os percursos dos discursos, das pessoas e das ideias pois o passado colonial não é uma “situação colonial”, mas muitas: tanto heterogêneas quanto plurais.

Espero com este trabalho ter acendido o debate sobre armazenamento, ética e repatriamento. O MUHNAC é um museu nacional universitário, um espaço que tece relações dialógicas em seu bojo. Seu papel social é, por si próprio, de relevância, porque é nele que é realizada a ciência (parte dela). Aceitá-lo como uma Zona de Contacto, real, empírica, viva pode ser o primeiro passo para ressignificar a coleção colonial de restos humanos.

Referências

- Alexandre, V. (2004). O império português (1825-1890): Ideologia e economia. *Análise Social*, 38(169), 959–979.
- Asad, T., & Reinhardt, B. (2017). Introdução a «Anthropology and the colonial encounter». *Ilha Revista de Antropologia*, 19(2), 313–327. <https://doi.org/10.5007/2175-8034.2017v19n2p313>
- Augusto, A. (1947). *Medições de inteligência*. Lourenço Marques.
- Bandeira, L. (2017). A devolução de artefatos pela França e a discussão sobre objetos históricos «roubados». Obtido 9 de Setembro de 2019, de Nexo Jornal website: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/12/07/A-devolucao-de-artefatos-pela-Franca-e-a-discussao-sobre-objetos-historicos-roubados>
- Bastos, C. (2011). Corpos, climas, ares e lugares: Autores e anónimos nas ciências da colonização. *A circulação do conhecimento: medicina, redes e impérios*, 25–57.
- Bennett, T., Dibley, B., & Harrison, R. (2014). Introduction: Anthropology, collecting and colonial governmentalities. *History and Anthropology*, 25(2), 137–149. <https://doi.org/10.1080/02757206.2014.882838>
- Benziman, Y. (2017). Dead people and living interests. *Mortality*, 22(1), 75–86. <https://doi.org/10.1080/13576275.2016.1162776>
- Bottomore, T. (Ed.). (2001). Fetichismo. Em *Dicionário do pensamento Marxista* (pp. 149–150). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- Brah, A. (2006). Diferença, diversidade, diferenciação. *Cadernos Pagu*, (26), 329–376.
- Caetano, M. J. das N. A. (1946). Legislação. Em *Anais da Junta das Missões Geográficas e de Investigações Coloniais I*. Lisboa.
- Carvalho, A. A. R. (2015). *Diversidade cultural e museus no séc. XXI: O emergir de novos paradigmas*. Universidade de Évora.
- Castelo, C. (2012). Investigação científica e política colonial portuguesa: Evolução e articulações, 1936-1974. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, 19(2), 391–408. <https://doi.org/10.1590/s0104-59702012000200003>
- Clifford, J. (1997). Museums as contact zones. Em *Travels and Translations in the late 20th Century*. (pp. 188–195). <https://doi.org/10.1109/PTC.2015.7232234>
- Comarrof, J., & Comarrof, J. (2010). Etnografia e imaginação histórica. *Revista Proa*, 01(1992), 1–72. Obtido de <http://www.ifch.unicamp.br/proa>
- Conde, G. U. (2016). *The National Museum of Anthropology as a contact zone. Shaping a national identity for the Mexican people*. Universiteit Leiden.
- Conklin, A. L. (2013). *In the museum of man: race, anthropology, and empire in France, 1850-1950*. Cornell University Press.
- Desmond, J. (2010). Postmortem exhibitions: Taxidermied animals and plastinated corpses in the theaters of the dead. *Configurations*, 16(3), 347–378.

<https://doi.org/10.1353/con.0.0062>

- Dias, J. P. S. (2015). Que fazer com o patrimônio e as coleções científicas coloniais depois do fim do império? *Museologia & Interdisciplinaridade*, 6(11), 95–107.
- Dias, N. (1996). O corpo e a visibilidade da diferença. Em M. Vale de Almeida (Ed.), *Corpo presente: Treze reflexões antropológicas sobre o corpo* (1ª edição). <https://doi.org/10.4000/books.etnograficapress.409>
- Duarte, A. (2017). *Francisco Ferraz de Macedo: O antropólogo a descobrir. Relatório de Estágio*. Universidade de Lisboa.
- Duarte, M. L. (2012). *Repatriation and the Smithsonian: An examination of repatriation at the National Museum of the American Indian and the National Museum of Natural History*. University of California.
- Foucault, M. (1988). *A história da sexualidade I: A vontade de saber* (13ª edição). Rio de Janeiro: Edições Graal.
- Foucault, M. (2005). *Em defesa da sociedade* (M. Bertani & A. Fontana, Eds.). São Paulo: Martins Fontes.
- França quer devolver obras de arte e objetos africanos roubados no período colonial. (2018). Obtido 9 de Setembro de 2019, de O Globo website: <https://oglobo.globo.com/cultura/franca-quer-devolver-obras-de-arte-objetos-africanos-roubados-no-periodo-colonial-23248469>
- German Museum Association. (2018). *Guidelines on dealing with collections from colonial contexts* (1ª edição; J. Z. Working Group on behalf of the Board of the German Museums Association: Wiebke Ahrndt (Chair), Hans-Jörg Czech, Jonathan Fine, Larissa Förster, Michael Geißdorf, Matthias Glaubrecht, Katarina Horst, Melanie Kölling, Silke Reuther, Anja Schaluschke, Carola, Ed.). Berlin: German Museums Association.
- Graham, M., & Murphy, N. (2010). NAGPRA at 20: Museum collections and reconnections. *Museum Anthropology*, 33(2), 105–124. <https://doi.org/10.1111/j.1548-1379.2010.01090.x>
- Hall, S. (2000). Quem precisa de identidade? Em T. T. da Silva (Ed.), *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. (pp. 103–132). Petrópolis: Vozes.
- Jeesser, K. (2013). *Documentation of museum objects in Estonian museums: Development and application of museum information system*. University of Tartu.
- Jenkins, T. (2016). *Keeping their marbles: How the treasures of the past ended up in museums... And why they should stay there*. (1ª edição). Oxford University Press.
- Kakaliouras, A. M. (2014). When remains are “lost”: Thoughts on collections, repatriation, and research in American Physical Anthropology. *Curator: The Museum Journal*, 57(2), 213–223. <https://doi.org/10.1111/cura.12062>
- Kakaliouras, A. M., & Radin, J. (2014). Archiving anthropos: Tracking the ethics of collections across history and anthropology. *Curator: The Museum Journal*, 57(2), 147–151. <https://doi.org/10.1111/cura.12057>
- Kreps, C. (2018). Appropriate museology and the “new museum ethics”. Honoring diversity.

Nordisk Museologi, 0(2), 4. <https://doi.org/10.5617/nm.3044>

- Ladwig, P., Roque, R., Tappe, O., Kohl, C., & Bastos, C. (2012). *Fieldwork between folders: Fragments, traces, and the ruins of colonial archives* (N. 141; Vol. 49).
- Leal, J. (2000). *Etnografias portuguesas (1870-1970). Cultura popular e Identidade Nacional* (1ª edição). Lisboa: Publicações Dom Quixote, Lda.
- Lopes, M. (2019). Arte colonial: Alemanha critica devolução e Rijksmuseum critica passividade holandesa. Obtido 9 de Setembro de 2019, de ípsilon website: <https://www.publico.pt/2019/03/14/culturaipsilon/noticia/alemanha-prepara-devolucao-arte-colonial-rijksmuseum-critica-passividade-holandesa-1865377>
- Lorente, J.-P. (2012). The development of museum studies in universities: From technical training to critical museology. *Museum Management and Curatorship*, 27(3), 237–252. <https://doi.org/10.1080/09647775.2012.701995>
- Macdonald, S. (1990). Posing questions about the purposes of museums. *The New Museology*, 31(2), 225–228.
- Madureira, N. L. (2003). A estatística do corpo: antropologia física e antropometria na alvorada do século XX. *Etnográfica*, VII(1916), 283–303.
- Martins, A. C., & Senna-Martinez, J. C. (2015). Arqueologia em contexto colonial. Moçambique e Angola: Entre a indiferença e a internacionalização. Em H. Malaquias, Isabel, Andrade, Antonio, Bonifácio, Vitor e Malonek (Ed.), *Perspectivas sobre construir ciência - construir o mundo*. (1ª edição, pp. 301–310). Aveiro: Universidade de Aveiro.
- Matos, P. F. de. (2012a). *As «côres» do império: Representações raciais no império colonial português* (3ª edição). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Matos, P. F. de. (2012b). *Mendes Correia e a Escola de Antropologia do Porto: Contribuição para o estudo das relações entre antropologia, nacionalismo e colonialismo (de finais do século XIX aos finais da década de 50 do século XX)*. Universidade de Lisboa.
- Matos, P. F. de. (2014). A fotografia na obra de Mendes Correia (1888-1960): Modos de representar, diferenciar e classificar da «antropologia colonial». Em F. L. (Org. . Vicente (Ed.), *O Império da Visão: fotografia no Contexto colonial Português (1860-1960)* (1ª edição, pp. 45–66). Lisboa: Edições 70.
- McCall, V., & Gray, C. (2014). Museums and the «new museology»: Theory, practice and organisational change. *Museum Management and Curatorship*, 29(1), 19–35. <https://doi.org/10.1080/09647775.2013.869852>
- Miles, R., & Brown, M. (2003). *Racism* (2ª edição). Nova Iorque: Routledge.
- Museu Nacional de História Natural e de Ciência. (sem data). Antropologia. Obtido 6 de Setembro de 2019, de <https://museus.ulisboa.pt/pt-pt/colecao-antropologia>
- Nayak, A. (2006). After race: Ethnography, race and post-race theory. *Ethnic and Racial Studies*, 29(3), 411–430. <https://doi.org/10.1080/01419870600597818>
- Nichols, C. A. (2014). Lost in Museums: The ethical dimensions of historical practices of anthropological specimen exchange. *Curator: The Museum Journal*, 57(2), 225–236.

<https://doi.org/10.1111/cura.12063>

Oliveira, A. M. T. G. da S. (1997). O contributo da antropologia física em Portugal como ciência inter e transdisciplinar. *Revista de Guimarães*, (107), 243–283.

Pereira, R. M. (2005a). *Conhecer para dominar. O desenvolvimento do conhecimento antropológico na política colonial portuguesa em Moçambique, 1926-1959*. Universidade Nova de Lisboa.

Pereira, R. M. (2005b). Raça, Sangue e Robustez. Os paradigmas da Antropologia Física colonial portuguesa. *Cadernos de Estudos Africanos*, (7/8), 209–241.
<https://doi.org/10.4000/cea.1363>

Pina-Cabral, J. de. (1996). Corpo familiar. Em M. V. de (organizador) Almeida (Ed.), *Corpo presente: Treze reflexões antropológicas sobre o corpo* (1ª edição).
<https://doi.org/10.4000/etnograficapress.409>

Radin, J. (2014). Collecting human subjects: Ethics and the archive in the history of science and the historical life sciences. *Curator: The Museum Journal*, 57(2), 249–258.
<https://doi.org/10.1111/cura.12065>

República Portuguesa. *Acto Colonial*. , (1933).

República Portuguesa. *Decreto-lei nº 26.842*. , (1936).

Rodrigues, M. C. (1999). A importânciada documentação histórico-arqueológica. *O arqueólogo português*, IV(17), 273–299.

Rodrigues, M. C. (2007). Um olhar sobre os primórdios da instituição que antecedeu o actual IICT. O papel do Almirante Gago Coutinho. Obtido 18 de Junho de 2018, de <http://www2.iict.pt/?idc=102&idi=13712>

Roque, A. C. (2005). Missão Antropológica de Moçambique (1936-1956). A fotografia como instrumento de trabalho e propaganda. Em F. L. Vicente (Ed.), *O Império da Visão: fotografia no Contexto colonial Português (1860-1960)* (pp. 105–114). Lisboa: Edições 70.

Roque, A. C. (2010). Missões Antropológicas de Moçambique: Antropologia, história e património. Em *Viagens e Missões Científicas nos Trópicos: 1883-2010* (pp. 84–89). Lisboa: IICT.

Roque, A. C. (2012). *Documentação da missão antropológica de Moçambique. Relatório da 5ª campanha (1948)*. Lisboa: Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa - Universidade Católica Portuguesa.

Roque, R. (2001). *Antropologia e império: Fonseca Cardoso e a expedição à Índia em 1895* (1ª edição). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

Roque, R. (2014a). Raças com crânios, ossos com histórias. *Imprópria*, 4, 91–101.

Roque, R. (2014b). Race and the mobility of humans as things. *Science Technology and Human Values*, 39(4), 607–617. <https://doi.org/10.1177/0162243913517146>

Roque, R. (2016). Micrografias do arquivo: Uma nota de rodapé e um ofício colonial. Em S. V. de Almeida & R. Á. Cachado (Eds.), *Os Arquivos dos Antropólogos* (1ª edição). Lisboa: Palavrão, Associação Cultural.

- Roque, R. (2018). Timor Etnográfico: Antropologia e arquivo colonial. *Anuário Antropológico*, (II), 9–29. <https://doi.org/10.4000/aa.1828>
- Santos, A. L. (2004). Modern cases old diseases: Anthropological study of three male skeletons from Mozambique. *Proceedings of the 11th Congress of the PanAfrican Association for Prehistory and Related Studies*, 421–420.
- Santos, A. L. (2018). Skulls and skeletons from documented, overseas and archaeological excavations: Portuguese trajectories. Em B. O'Donnabhain & M. C. Lozada (Eds.), *Archaeological human remains. Legacies of imperialism, communism and colonialism*. https://doi.org/10.1007/978-3-319-89984-8_8
- Santos, J. N. de C. R. dos. (1949). *Relatório da 5ª campanha da Missão Antropológica de Moçambique 1948*. Porto.
- Santos, G. (2012). The birth of physical anthropology in late imperial Portugal. *Current Anthropology*, 53(S5), S33–S45. <https://doi.org/10.1086/662329>
- Santos Júnior, J. R. dos. (1939). Mission Anthropologique de Mozambique. *Revue anthropologique*, 7–9, 170–183.
- Santos Júnior, J. R. dos. (1941). Missões antropológicas. Em F. F. V. da Costa (Ed.), *Actas do I Congresso Nacional de Ciências Naturais - Livro I*. Lisboa: Oficinas Gráficas da Casa Portuguesa.
- Santos Júnior, J. R. dos. (1946). Missão Antropológica de Moçambique. Em *Anais da Junta das Missões Geográficas e de Investigações Coloniais* (pp. 452–463). Lisboa.
- Santos Júnior, J. R. dos. (1948). *Currículo Vitae*.
- Santos Júnior, J. R. dos. (1950). *Relatório da actividade da Missão Antropológica de Moçambique em 1950*. Porto.
- Santos Júnior, J. R. dos. (1951). *Relatório da actividade da Missão Antropológica de Moçambique no ano de 1951*. Porto.
- Santos Júnior, J. R. dos. (1956). *Algumas considerações*. Porto.
- Santos Júnior, J. R. dos. (1957). *Relatório do ano de 1957*. Porto.
- Saraiva, C. (1996). Diálogo entre vivos e mortos. Em M. V. de Almeida (Ed.), *Corpo presente: Treze reflexões antropológicas sobre o corpo* (1ª edição). <https://doi.org/10.4000/books.etnograficapress.409>
- Silva, M. C. (2013). Etnicidade e racismo: Uma reflexão pró-teórica. Em M. C. Silva & J. M. Sobral (Eds.), *Etnicidade, nacionalismo e racismo. Migrações, minorias étnicas e contextos escolares* (1ª edição). Porto: Edições Afrontamento.
- Sobral, J. M. (2013). Racismo e nacionalismo: Contributos para uma genealogia das suas relações. Em M. C. Silva & J. M. Sobral (Eds.), *Etnicidade, nacionalismo e racismo. Migrações, minorias étnicas e contextos escolares* (1ª edição). Porto: Edições Afrontamento.
- Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnografia. *Estatuto da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia*. , (1918).

- Stienne, A. (2019). What next for human remains at the World Museum? Obtido 25 de Setembro de 2019, de World Museum Blog website:
<https://blog.liverpoolmuseums.org.uk/2019/06/what-next-for-human-remains-collections-at-the-world-museum/>
- Stocking Jr., G. W. (1991). Colonial situations. Em G. W. Stocking Jr. (Ed.), *Colonial Situations: Essays on the contextualization of ethnographic knowledge* (Vol. 7). The University of Wisconsin Press.
- Stoler, A. L. (2002). Colonial archives and the arts of governance. *Archival Science*, 2(1–2), 87–109. <https://doi.org/10.1007/BF02435632>
- Tavares, P. M. M. (2008). *As afinidades populacionais na identificação forense: Métodos de avaliação e teste ao programa Fordisc 2.0*. Universidade de Coimbra.
- Trajano Filho, W., & Dias, J. B. (2014). O colonialismo em África e seus legados: Classificação e poder no ordenamento da vida social. *Anuário Antropológico*, (II), 9–22. <https://doi.org/10.4000/aa.1371>
- UNESCO. (1970). *Convention of the means of prohibiting and preventing the illicit import, export and transfer of ownership of cultural property* (pp. 627–632). pp. 627–632. Obtido de <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000133378>
- Vale de Almeida, M. (2000). «Saudades de si mesmo». Hibridismo, miscigenação, mestiçagem. Em *Um mar da cor da Terra: Raça, cultura e política da Identidade* (1ª Ed.). Oeiras: Celta Editora.
- Vale de Almeida, M. (2008). Anthropology and ethnography of the portuguese-speaking empire. *A historical companion to postcolonial literature. Continental Europe and its empires*, 435–439.
- Vicente, F. L. (2017). Fotografia, história e ética. Do colonial ao digital. Em B. Monteiro & N. Domingos (Eds.), *Portugal em falta*. Santillana.
- Viegas, S. de M., & Pina-Cabral, J. de. (2014). Na encruzilhada portuguesa: A antropologia contemporânea e a sua história. *Etnográfica*, 18(2), 311–332. <https://doi.org/10.4000/etnografica.369>
- Wisniewski, J. J. (2009). What we owe the dead. *Journal of Applied Philosophy*, 26(1), 54–70.
- Woldeyes, Y. G. (2019). Por que museus ocidentais deveriam devolver os artefatos da África? Obtido 9 de Setembro de 2019, de Revista Galileu website:
<https://revistagalileu.globo.com/Sociedade/noticia/2019/05/por-que-museus-ocidentais-deveriam-devolver-os-artefatos-da-africa.html>

Anexos

Tabela 1. Lista dos Trabalhos da MAM publicados até 1952. Cortesia Palácio do Calheta.

PUBLICADOS (ATÉ 1952)				
Autor	Título	Local de publicação	Cidade	Data de publicação
Santos Júnior	Grupos sanguíneos nos indígenas de Tete (Zambézia)	Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, vol. VIII, fasc. II	Porto	1937
Santos Júnior	1ª Campanha da Missão Antropológica de Moçambique	Conferência na "Sociedade Portuguesa de Antropologia"	Porto	5 de fevereiro de 1937
Santos Júnior	Hipofalangia e hexadactlia em indígenas da Zambézia Portuguesa	Trabalho apresentado à V Reunião da Sociedade Anatómica Portuguesa	Coimbra	21 de Abril de 1937
Santos Júnior	Contribuição para o estudo da idade da pedra em Moçambique - a Estação lítica da Marissa (Tete)	Publicado no documentário trimestral Moçambique	Lourenço Marques	Dezembro de 1937
Santos Júnior	2ª Campanha da Missão Antropológica de Moçambique	Conferência na "Sociedade Portuguesa de Antropologia"	Porto	1 de Abril de 1938

Santos Júnior	Sobre Tatuagens em Relevo nos Indígenas da Zambézia	Trabalho feito em colaboração com o Prof. Doutor Júlio Bethencourt Ferreira e apresentado à VI Reunião da Sociedade Anatómica Portuguesa	Porto	30 de Abril de 1938
Santos Júnior	Pinturas Rupestres do Chifumbázi	Publicado no documentário trimestral Moçambique	Lourenço Marques	Março de 1938
Santos Júnior	Moçambique, epopéia gloriosa do esforço lusíada	Conferência na Semana das Colónias	Porto	1938
Santos Júnior	História da descoberta, ocupação e conquista de Moçambique	Conferência na Semana das Colónias	Porto	1938
Santos Júnior	Anomalias dos membros em negros da Zambézia Portuguesa	Publicado no documentário trimestral Moçambique	Lourenço Marques	Março de 1939
Santos Júnior	Missão Antropológica de Moçambique - duas campanhas de trabalhos	Conferência na "Associação dos Arqueólogos Portugueses	Lisboa	2 de Junho de 1938
Santos Júnior	Relatório da Missão Antropológica à África do Sul e a Moçambique - 1ª campanha de trabalhos	Publicado nos Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia, vol. VIII, fasc. III-IV	Porto	1938

Santos Júnior	Mission Antropologique de Mozambique	Publicado na Revue Anthropologique, nº 7-9, Juillet-Septembre 1939. Resumo de uma conferência feita em Paris no "Institut International d'Anthropologie"	Paris	1939
Santos Júnior	Missão Antropológica de Moçambique - 2ª campanha; Agosto de 1937 a Janeiro de 1938	Publicado pela "Agência Geral das Colónias"	Lisboa	1940
Santos Júnior	Pré-história de Moçambique	Publicado no vol. 1 dos Congressos do Mundo Português - pré-história e proto-história	Lisboa	1940
Santos Júnior	Museu Colonial	Publicado no volume XIX dos Congressos do Mundo Português, Congresso Colonial	Lisboa	1940
Santos Júnior	Alguns "Muzimos" da Zambézia e o culto dos mortos	Publicado no vol. XIV dos Congressos do Mundo Português, Congresso Colonial	Lisboa	1940
Santos Júnior	Missão Antropológica de Moçambique - alguns resultados de duas campanhas	Trabalho apresentado ao Congresso de Saragoça da Associação Espanhola para o Progresso das Ciências	Saragoça	Dezembro de 1940

Santos Júnior	Pré-história de Moçambique	Conferência feita na "Universidade Central de Madrid"	Madrid	26 de Maio de 1941
Santos Júnior	Os negros de Moçambique e especialmente da Zambézia	Conferência feita na "Universidade Central de Madrid"	Madrid	28 de Maio de 1941
Santos Júnior	On the Prehistory of Mozambique	Publicado no documentário trimestral Moçambique	Lourenço Marques	Dezembro de 1941
Santos Júnior	Missões Antropológicas	Publicado nas Actas do 1º Congresso Nacional de Ciências Naturais. Este trabalho foi apresentado em sessão plenária do referido Congresso	Lisboa	1941
Santos Júnior	Mamíferos anómalos do Museu Álvaro de Castro (Lourenço Marques - Moçambique)	Trabalho apresentado à VII Reunião da Sociedade Anatómica Portuguesa	Lisboa	Junho de 1941
Santos Júnior	Contribuição para o estudo Antropológico dos Antumbas (Zambézia)	Trabalho levado à 2ª sessão do Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências	Porto	Junho de 1942
Santos Júnior	Moçambique, epopéia gloriosa do esforço lusíada	Palestra lida ao microfone da "Emissora Nacional"	Lisboa	20 de Abril de 1943

Santos Júnior	Sobre alguns caracteres faciais e respectivas tabelas de apreciação Antropológica	Trabalho apresentado ao Congresso Anatómico Luso-Hispano-Americano	Santiago de Compostela	15 de Outubro de 1943
Santos Júnior	Contribuição para o estudo da Antropologia de Moçambique - Nhúngüés e Antumbas	Tese de doutoramento na "Universidade do Porto"	Porto	1944
Santos Júnior	Tatuagens em indígenas de Tete	Comunicação ao Congresso da Associação Espanhola para o Progresso das Ciências	Córdoba	Outubro de 1944
Santos Júnior	Missão Antropológica de Moçambique	Publicado na Revista Las Ciências, ano IX, nº3	Madrid	1944
Santos Júnior	Contribuição para o Estudo da Antropologia de Moçambique - Algumas tribos do distrito do Tete	Publicação do Ministério do Ultramar	Porto	1945
Santos Júnior	Acerca da origem de Palafitas africanas na região de Gaza (Moçambique)	Publicado nos trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia, vol. X, fasc. III-IV	Porto	1945

Santos Júnior	Contribution à l'étude de l'Anthropologie de Mozambique - quelques tribus du district de Tete (Résumé)	Publicação do Ministério do Ultramar	Porto	1945
Santos Júnior	Contrubuition to the study of Anthropology of Mozambique - some tribes of the Tete district (Sumary)	Publicação do Ministério do Ultramar	Porto	1945
Santos Júnior	Antropologia Colonial	Conferência feita na cidade da Beira, Moçambique	Beira	9 de Novembro de 1945
Santos Júnior	Como se deve estudar um Preto - Lição sobre o modo (exemplificando com um indígena) como se observam os caracteres descritivos e se tiram algumas medidas de maior interesse antropológico.	Esta lição foi feita na Beira	Beira	9 de Novembro de 1945
Santos Júnior	Antropologia dos Negros de Moçambique - apreciação dos seus caracteres somáticos	Conferência feita em Quelimane	Quelimane	8 de Agosto de 1946

Santos Júnior	Como se deve estudar um Preto sob o ponto de vista antropológico	Lição feita em Quelimane. Esta lição foi semelhante à efectuada na Beira em Novembro de 1945	Quelimane	9 de Agosto de 1946
Santos Júnior	Antropologia Colonial	Conferência feita em Nampula. Semelhante, nas suas linhas gerais, à feita na Beira em Novembro de 1945	Nampula	6 de Outubro de 1946
Santos Júnior	Muzimos do vale do Zambeze como manifestação do culto dos mortos	Conferência no "Clube de Trás-os-Montes e Alto Douro"	Lourenço Marques	25 de Outubro de 1946
Santos Júnior	Missão Antropológica de Moçambique - Resumo da 4ª campanha da Missão Antropológica de Moçambique	Publicado nos Anais da Junta das Missões Geográficas e de Investigações Coloniais, vol.1	Lisboa	1946
Santos Júnior	Campanhas Antropológicas de Moçambique	Conferência feita na "Escola Superior Colonial". Esta conferência foi presidida pelo Sr. Prof. Doutor Mendes Corrêa.	Lisboa	24 de Maio de 1947

Santos Júnior	Alguns aspectos da 4ª campanha da Missão Antropológica de Moçambique (1946)	Conferência feita na "Faculdade de Ciências" de Lisboa, em reunião da "Sociedade Portuguesa de Ciências Naturais". Esta conferência foi presidida pelo Sr. Prof. Doutor António Câmara. Publicada no Bulletin de la Société Portugaise des Sciences Naturelles, T. XV, nº 23	Lisboa	20 de Março de 1947
Santos Júnior	Anomalias pododigitais da tribo dos Demas	Publicado na homeagem ao ilustre anatômico e distinto Professor da "Faculdade de Medicina do Porto", Doutor Joaquim Alberto Pires de Lima	Porto	1947
Santos Júnior	Aspectos de flutuações demográficas em indígenas de Moçambique	Publicado na homenagem ao Prof. Martinez Santa-Olalla, vol. III, Actas de la Sociedad Española de Antropologia, Etnografia y Préhistória, T. XXIII, cuadernos 1-2	Madrid	1948

Santos Júnior	Tabelas de apreciação de alguns caracteres descritivos em Antropologia	Dissertação de concurso a Professor Ext. da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto. Publicado nos Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia	Porto	1948
Santos Júnior	Um caso de nanismo completo ou total num preto de António Enes (Moçambique)	comunicação apresentada ao VI Congresso Anatómico Luso-Hispano-Americano e XIV Reunião da Sociedade Anatómica Portuguesa, dedicada ao Prof. Henrique de Vilhena no ano de seu jubileu	Lisboa	Maio de 1949
Santos Júnior	Algumas páginas de um relatório - Notas de etnografia Moçambicana	Comunicação feita à "Sociedade Portuguesa de Antropologia", em sessão científica		30 de Março de 1950

Santos Júnior	A alma do indígena através da etnografia de Moçambique	Conferência na sessão solene de encerramento da Semana do Ultramar na Sociedade de Geografia de Lisboa. A conferência foi presidida por Sua Excelência o Subsecretário das Colónias, Senhor Engenheiro Sá Carneiro. Publicada no Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa, nºs 7 e 8 da 68ª série, Julho e Agosto de 1950	Lisboa	27 de Abril de 1950
Santos Júnior	Nótulas Etnográficas Moçambicanas	Publicado na Revista Ultramar, ano 3º, nº 20	Lisboa	Setembro de 1950
Santos Júnior	Carta da Pré-história de Moçambique	Comunicação apresentada ao Congresso Luso-Espanhol realizado em Lisboa pela Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências	Lisboa	Outubro de 1950

Santos Júnior	Notas etnográficas Moçambicanas	Trabalho feito em colaboração com o Dr. Fernando Barros, também apresentado ao Congresso Luso-Espanhol	Lisboa	Outubro de 1950
Santos Júnior	Carta Etnológica de Moçambique	Comunicação levada ao Congresso Luso-Espanhol	Lisboa	Outubro de 1950
Santos Júnior	Por Terras de Moçambique - da terra, dos bichos, da gente	Conferência feita no Centro de Formação Imperial do Centro Universitário do Porto da Mocidade Portuguesa	Porto	8 de Dezembro de 1950
Santos Júnior	Précisions apportées a l'appréciation de quelques caractères descriptifs en Anthropologie	Trabalho apresentado ao Premier Congrès International d'Anthropologie Différentielle realizado em Paris em Setembro de 1950 e publicado na Revue de Morpho-Physiologie Humaine, 4 ^o anée, nº 11	Paris	1951
Santos Júnior	Pinturas Rupestres em Riane (Moçambique)	Trabalho apresentado ao Congresso da Sociedade Espanhola para o Progresso das Ciências	Málaga	Dezembro de 1951

Santos Júnior	Nota sobre o transporte Tsé-Tsé a distância	Comunicação enviada ao 1º Congresso Nacional de Medicina Tropical	Lisboa	Abril de 1952
Santos Júnior	Pinturas rupestres de Moçambique	Conferência feita em Lisboa na Associação dos Arqueólogos Portugueses	Lisboa	9 de Maio de 1952
Estes 57 trabalhos e conferências foram efectuados pelo Prof. Doutor Santos Júnior, chefe da <<Missão Antropológica de Moçambique>>.				
António Augusto	Medições de inteligência de algumas tribos inglesas da Zambézia e do Niassa (Moçambique)	Publicado Tomo V, vol. III, dos Anais da "Junta das Missões Geográficas e de Investigações Coloniais"	Lisboa	1948
António Augusto	Estudos Psicotécnicos - Nível intelectual de algumas tribos de Moçambique	Publicado na "Junta das Missões Geográficas e de Investigações Coloniais"	Lisboa	1949
António Augusto	A evolução intelectual das crianças pretas de Moçambique	Publicado na Revista A criança Portuguesa, ano IX, 1949-1950	Lisboa	1950

Joaquim Norberto dos Santos Júnior	Mutilações auriculares na tribo dos Suáílis (Moçambique)	Publicado na Homenaje a Júlio Martinez Santa-Olalla, vol. III, Actas e Memorias de la Sociedad Española de Antropologia, Etnografia y Prehistoria, Tomo XXIII, Cuad. 1-3	Madrid	1948
Joaquim Norberto dos Santos Júnior	Impressões dermo-papilares de indígenas de Moçambique - I - Sobre os desenhos das cristas das polpas dos dedos das mãos	Publicado nos Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, fasc. 3-4, vol. XII	Porto	1949
Joaquim Norberto dos Santos Júnior	Impressões dermo-papilares de indígenas de Moçambique - II - Novos elementos para o estudo dos desenhos das cristas digitais das mãos	Publicado nos Anais da "Junta de Investigações do Ultramar" (Ministério do Ultramar), vol. V, T. VII	Lisboa	1950
Luís dos Santos	Apontamentos sobre a etnografias dos Nhúngüés - cerimónias gentílicas	Publicado nos Anais da "Junta de Investigações do Ultramar" (Ministério do Ultramar), vol. IV, T. V	Lisboa	1949

Irene da Conceição Garcia	Assimetria dos membros em Nhúngüés e Antumbas	Publicado nos Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, fasc. 3-4, vol. XII	Porto	1949
Miguel José Viana	Da tatuagem "Nembo" entre os Wa-Yao	Este trabalho foi feito por sugestão e orientação do chefe da "Missão Antropológica de Moçambique". O autor estava em 1946 como chefe do posto em Muembe (Niassa). O trabalho foi publicado pela "Agência Geral das Colónias". Boletim Geral das Colónias	Lisboa	1947
EM VIAS DE PUBLICAÇÃO				
Prof. Santos Júnior e Padre Francisco Castro	Notas de Vocabulários Indígenas do Niassa e da Zambézia			

António Augusto	Inteligência Global dos Macuas	Trabalho enviado ao Congresso Luso-Espanhol realizado pela Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências	Lisboa	Outubro de 1950
Joaquim Norberto dos Santos Júnior	Mutilações dentárias em populações de Moçambique	Trabalho apresentado ao Congresso de Málaga da Associação Espanhola para o Progresso das Ciências	Málaga	Dezembro de 1950
Joaquim Norberto dos Santos Júnior e Luís dos Santos	Nota sobre o Muzimo do abrigo com pinturas rupestres da Mavita	Trabalho enviado ao Congresso Luso-Espanhol realizado pela Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências	Lisboa	Outubro de 1950
EM PREPARAÇÃO (1952)				
Santos Júnior	Carta Etnológica de Moçambique			
Santos Júnior	Cara da Pré-história de Moçambique			
Santos Júnior	Microcéfalo da tribo Gorongosa			

Santos Júnior	Índice cefálico nos pretos de Moçambique. Carta de isaritmas
Santos Júnior	Bantos orientais e Bantos meridionais
Santos Júnior	Pinturas rupestres de Moçambique
Santos Júnior	Fecundidade feminina e natalidade infantil em algumas tribos do Niassa e da Zambézia (Moçambique)
Santos Júnior	Tableau por la forme générale des cheveux des négres
Santos Júnior	La mission anthropologique de Mozambique
Santos Júnior	A tatuagem na tribo dos Macondes (Moçambique)
António Augusto	Nível intelectual das crianças pretas de Moçambique
Joaquim Norberto dos Santos Júnior	Notas sobre o índice esquelético nalguns negros de Moçambique

Joaquim Norberto dos Santos Júnior	Mutilações auriculares em populações de Moçambique
Soares de Castro	Notas etnográficas dos negros de Manica e Sofala
Cândida Pessanha Soares de Castro	Contribuição para o estudo da tatuagem dos negros de Manica e Sofala

Caixas dos esqueletos (indivíduos n^{os} 1, 2, e 3, respetivamente):





Figura 1. Caixa 1/2 com indivíduo 1. Missão Antropológica de Moçambique, Instituto de Investigação Científica Tropical, Universidade de Lisboa, MUHNAC-UL-DEP-IICT/MAM-43/028, (fotografia F. Carvalho, cortesia Universidade de Lisboa).



Figura 2. Caixa 2/2 com indivíduo 1. Missão Antropológica de Moçambique, Instituto de Investigação Científica Tropical, Universidade de Lisboa, MUHNAC-UL-DEP-IICT/MAM-43/028, (fotografia F. Carvalho, cortesia Universidade de Lisboa).

FRAGIL

  **COLEÇÃO:**
ARQUEOLOGIA

FUNDO IICT **LOCAL NO IICT:**
Reservas - Estambo 3 Fila 6

CAIXA Nº: 149 (1717/2015)

DESTINO: MUHNAC **DATA EMBALAGEM:** 26/10/2015

FRAGIL

Figura 3. Caixa 149 com indivíduo 2. Missão Antropológica de Moçambique, Instituto de Investigação Científica Tropical, Universidade de Lisboa, MUHNAC-UL-DEP-IICT/MAM-43/026, (fotografia F. Carvalho, cortesia Universidade de Lisboa).



Figura 4. Caixa 150 com indivíduo 3. Missão Antropológica de Moçambique, Instituto de Investigação Científica Tropical, Universidade de Lisboa, MUHNAC-UL-DEP-IICT/MAM-43/027, (fotografia F. Carvalho, cortesia Universidade de Lisboa).

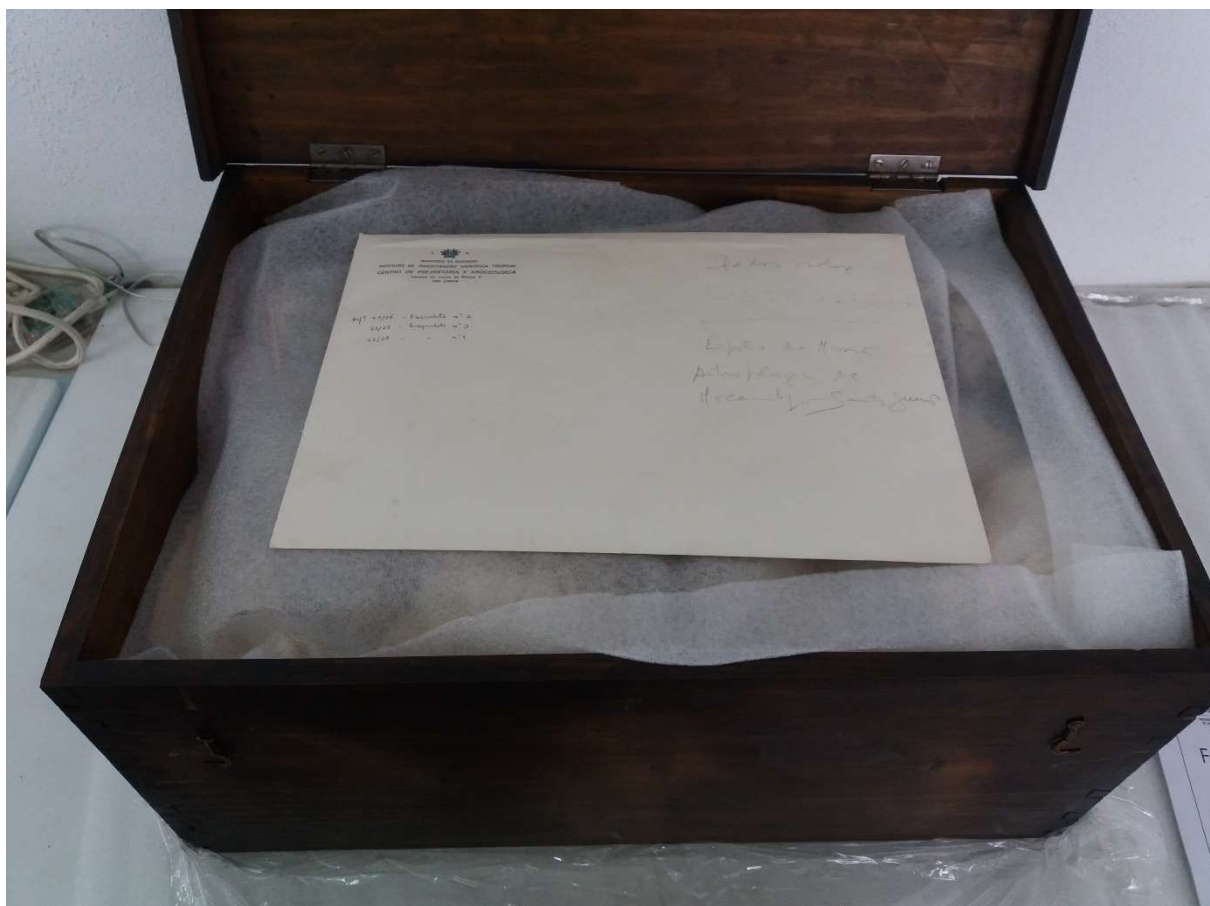


Figura 5. Envelope contendo um envelope menor com as fichas obituárias dos três indivíduos moçambicanos recolhidos pela MAM. Missão Antropológica de Moçambique, Instituto de Investigação Científica Tropical, Universidade de Lisboa, MUHNAC-UL-DEP-IICT/MAM-43/026, (fotografia F. Carvalho, cortesia Universidade de Lisboa).



Figura 6: Envelope com três fichas obituárias dos indivíduos moçambicanos recolhidos pela MAM. Missão Antropológica de Moçambique, Instituto de Investigação Científica Tropical, Universidade de Lisboa, MUHNAC-UL-DEP-IICT/MAM-43/026, (fotografia F. Carvalho, cortesia Universidade de Lisboa).

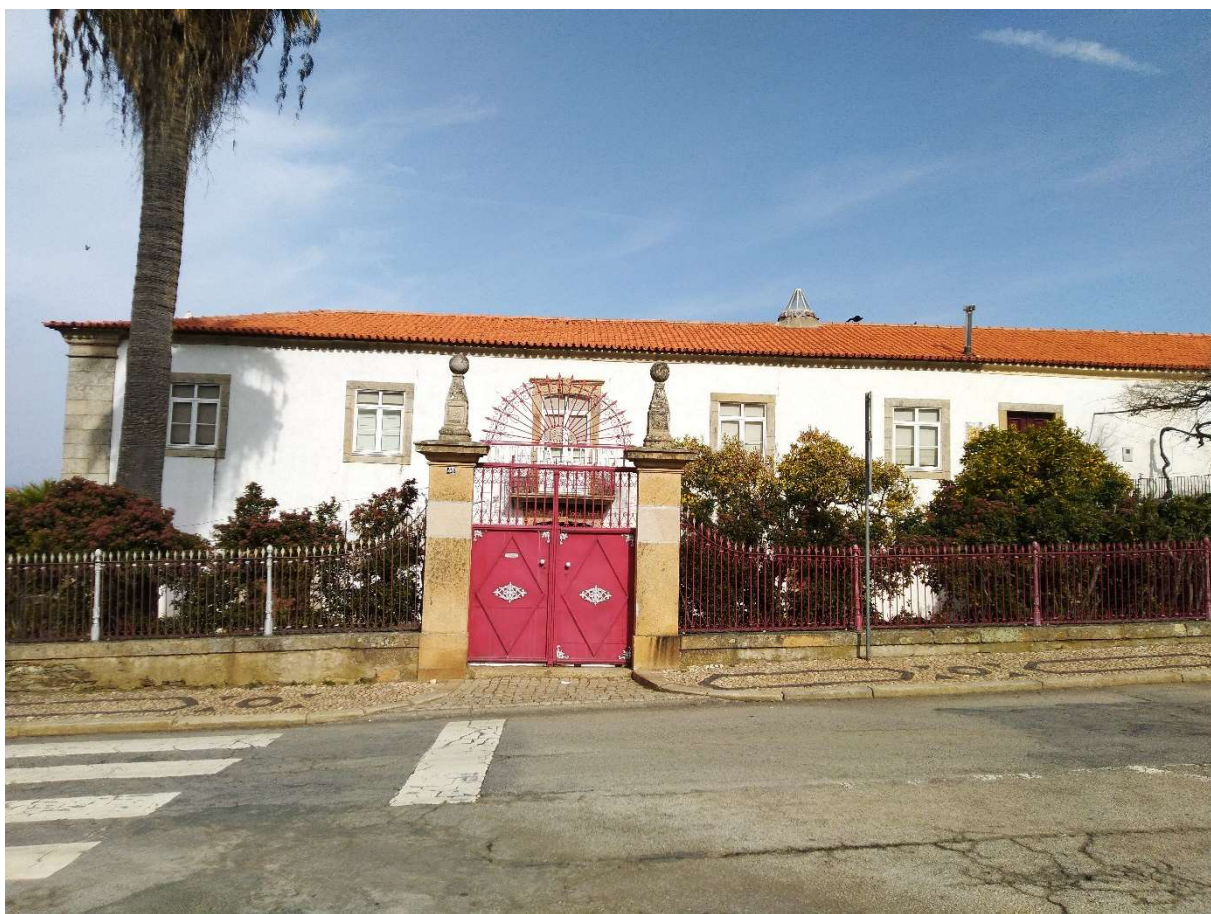


Figura 7. Quinta Juditi: local onde Santos Júnior passava férias com a família, em Torre de Moncorvo (fotografia F. Carvalho).

Imagens Fundo Professor Santos Júnior



Figura 8. Busto Joaquim Rodrigues dos Santos Júnior (fotografia F. Carvalho, cortesia Centro de Memória de Torre de Moncorvo, Fundo Professor Santos Júnior).



Figura 9. Parede de quadros com momentos da história de vida de Santos Júnior (fotografia F. Carvalho, cortesia Centro de Memória de Torre de Moncorvo, Fundo Professor Santos Júnior).



Figuras 10 e 11. Instalações do Fundo Santos Júnior (fotografia F. Carvalho, cortesia Centro de Memória de Torre de Moncorvo, Fundo Professor Santos Júnior).

Oito cartas trocadas entre Santos Júnior e a equipa da missão, por ordem cronológica.

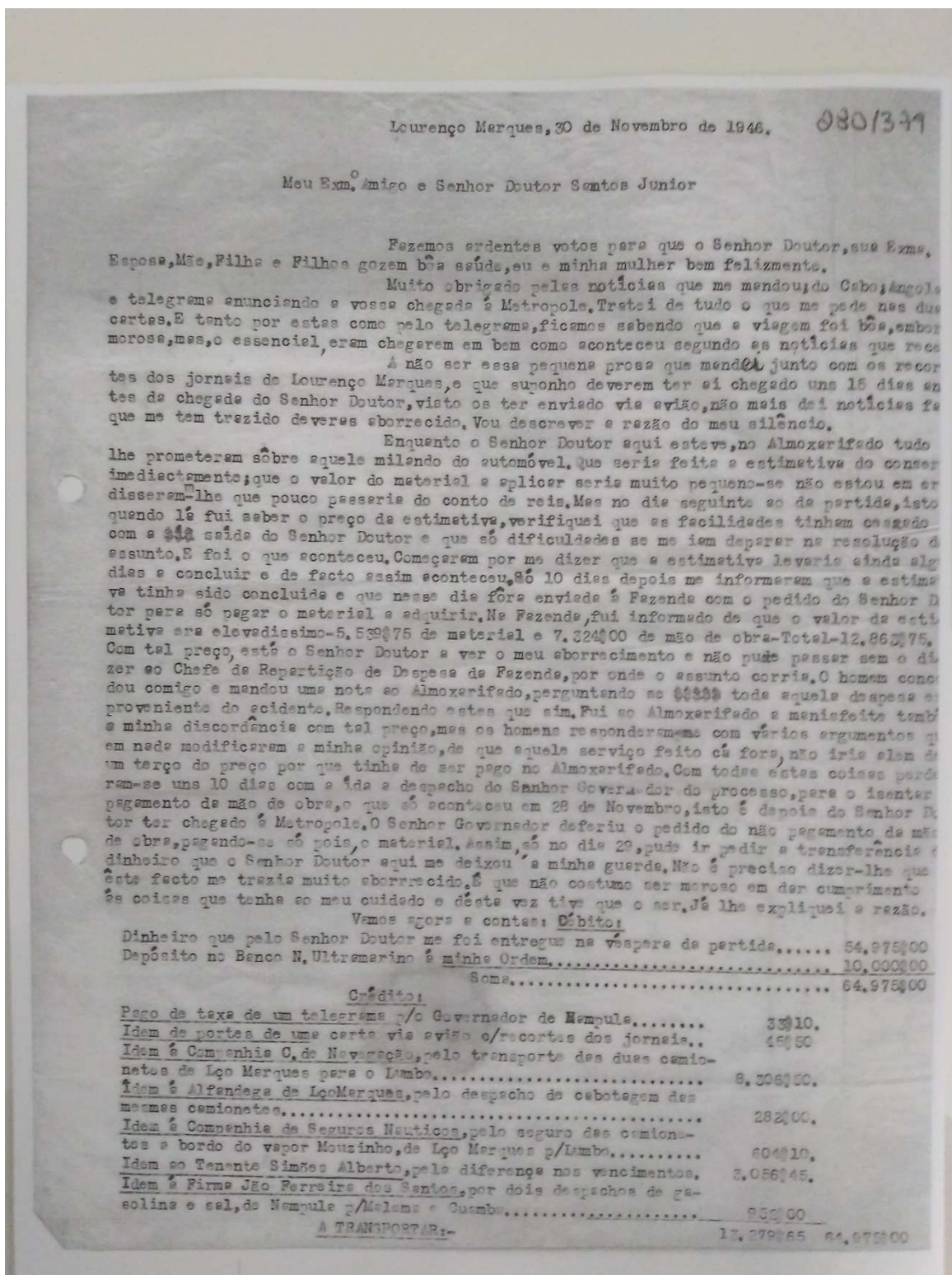


Figura 12. Carta de Luís dos Santos para Santos Júnior, 30 de Novembro de 1946 (1/2). Doc. 230. Pasta 379 (fotocópia cortesia Centro de Memória de Torre de Moncorvo, Fundo Professor Santos Júnior).

231159

TRANSPORTE.....	13.279\$65	64.875\$00
Pago da taxa de um telegrama para a Metrópole.....	71\$80	
Transferido ao Senhor Doutor pelo cheque n. 561547.....	43.850\$00	
Pago de despesas de transferência.....	1.037\$50	
Soma.....		58.238\$75
Saldo que ficou em meu poder.....		6.736\$25.

Este saldo destina-se a 5.630\$75, ao pagamento do material para o automóvel do Almoxtarifado. Esta conta deve-me ser apresentada esta semana. O restante é para o pagamento dos esqueletos, conforme o Senhor Doutor me mandou dizer na sua carta. Fui falar com o Senhor Doutor [redacted], dizendo-lhe que o Senhor Doutor, me mandara dizer para eu lhe entregar 1.000\$00, para ele pagar ao enfermeiro, mas o Doutor [redacted], disse-me que ficasse eu com o dinheiro em meu poder e que ele me o pediria quando tivesse que gratificar o enfermeiro.

Aqui tem o meu Exm. Amigo as razões da demora em lhe enviar o dinheiro, como verifica, sou de todos o que menos culpas tenho nisso. Envio o cheque via avião e não via telegráfica, por virtude de me pedirem mais cerca de 300\$00 por esta última via. É que achei tão caro e já tinha feito tantas despesas, que me repugnou gastar mais aqueles 300\$00 escudos.

Tenho entregue todos os documentos de despesa ao Barnebe como ficou combinado, para ele os juntar ao processo de contas.

E agora meu Exm. Amigo, vamos terminar esta carta porque o tempo não me permite ser mais extenso. Também não há novidades de maior a dar-lhe, isto continua na mesma. O meu serviço é cada vez é mais.

Só peço uma coisa de que o Norberto talvez se possa encarregar. Consta-me aqui que os automóveis usados continuam aí por alto preço e que vale ainda pena levar de cá o carro. Eu gostava de saber o preço aí de um carro em meio uso, especificando a marca e estado exterior e de pneus. Se o Norberto me poder dar essa informação bastante lhe agradeço.

Então as coisas da Missão chegaram aí todas em boas condições? Deus queira que tal tenha acontecido.

Por hoje basta. Os nossos respeitosos cumprimentos para a sua Exm.^a Esposa Mãe, Filha e Filhos.

Para o Senhor Doutor e Norberto, um grande abraço do amigo certo.

Luis dos Santos

P.E. No dia seguinte ao embarque do Senhor Doutor, o meu Director chamou-me ao Gabinete e pediu-me para eu lhe comunicar, que estava bastante aborrecido, de se não ter despedido a bordo do Senhor Doutor, mas que tendo chegado ao Ces mais horas antes da largada do navio, já não lhe foi permitida a entrada a bordo. Eu vi-o de facto chegar ao portelo e o cabo de mar não o deixou entrar, como me fizera a mim.

Abraços do amigo.

Luis

Figura 13. 2ª parte da carta de Luís dos Santos para Santos Júnior, 30 de Novembro de 1946 (2/2). Doc 231. Pasta 379 (fotocópia cortesia do Centro de Memória de Torre de Moncorvo, Fundo Professor Santos Júnior).

263/374

Lourenço Marques, 10 de Janeiro de 1947.

Meu Exm. Amigo e Senhor Doutor Santos Junior.

Fazemos votos pela boa saúde do Senhor Doutor, suas Exms. Esposa, Mãe e Filhos, eu e minha mulher bem felizesmente.

Com pequenos intervalos recebi nada menos de 5 cartas do Senhor Doutor às quais vou agora responder.

Pelas notícias que me tem dado, fiquei sabendo que esse maldito reumatismo o tem apoucado bastante desde que aqui chegou, mas pela última carta, dava-me boas notícias de que a crise já tinha passado e que felizmente já estava bom. Deus queira que assim tenha acontecido, isto porque além do seu sofrimento que bastante nos pensava, quem como o meu Exm. Amigo tem tanto que fazer, não tem vago para estar doente.

Fundo todos os inconvenientes apontados pelo Senhor Doutor nas suas cartas de lado, eu fiquei deveras satisfeito pela notícia que me deu, de ter sido convidado pelo Senhor Ministro das Colónias para ir ao Congresso de Neioróbi representar a Colónia na ANTROPOLOGIA COLONIAL-de MOÇAMBIQUE. Tudo indicava que fosse o meu Exm. Amigo o representante da Colónia nesse sector científico, visto ser quem melhor o conhece, e, eu tinha os meus ressentimentos, devido ao Senhor Encarregado do Governo da Colónia o não ter accedido para o tal missão, como tudo indicava o tivesse feito. Mas o Senhor Ministro, vendo as coisas melhor, ou por outra, como deviam ser viáveis nomeou-o, fazendo-lhe assim a merecida justiça.

As razões da demora nesta carta, continuaram a ser a morosidade que os funcionários do Almoarifado de Fazenda tratam de todas as suas coisas. Na minha carta de 30 de Novembro último, comunicava-lhe que só ficava por pagar a conta da reparação do automóvel do Almoarifado. Quasi todos os dias telefonava ao homem encarregado de me apresentar essas contas, mas ele desculpava-se sempre que não podia apresentar-me as contas de vido às casas ainda as não terem apresentado. Mas hoje eu zenguei-me e fui lá pedir-lhe as contas novamente e homem disse-me que ainda as não tinha. Pedi-lhe para ele me informar quais eram as casas fornecedoras dos materiais e fui lá eu directamente pedir as contas. É claro que ao fim de duas horas tinha todas essas contas pagas que somavam a importância total de Esc. 5.534\$00. Ficamos pois hoje arrumados deste aborrecido assunto que tanto nos tem passado. Entreguei toda a papelada ao Barnabé para ele juntar ao processo de contas.

As contas que paguei são assim discriminadas:

Pago à Garegem Internacional pelos estofos e almofadas do automóvel	factura n.º.....	2.700\$00
Idem à Auto Sobressalentes pelo fornecimento de vários materiais	facturas n.ºs 2954 e 5456.....	1.121\$00
Idem Idem a Octávio Lobo por várias tintas	factura n. 55572.....	820\$00
Idem a Fátima, Sousa e Companhia, pelo fornecimento de tinta e peças	factura n. 28033.....	444\$00
Idem a Adriano Maia, pelo fornecimento de tintas e outros materiais	factura n. 2073.....	438\$00
Idem a Bucleto & Filhos pelo fornecimento de 1 quilo de pedra pómea	factura n.º.....	114\$00
Soma.....		5.534\$00

Entreguei-lhe mais um recibo dos Correios e Telegrafos com o registo da carta do cheque, enviada em 30 de Novembro na importância de \$50.

Fico em meu poder com a quantia de 1.177\$95, que será para pagar o trabalho das cozedas ao enfermeiro do Hospital.

Não tenho tempo de lhe escrever mais assuntos. Não deixo no entanto de lhe agradecer a informação que me deu acerca da aquisição do automóvel. Talvez me resolva ir comprá-lo a Johannesburg.

Cumprimentos nossos para todos. Para si e Norberto, um grande abraço do amigo certo.

Luís dos Santos

Figura 14. Carta de Luís dos Santos para Santos Júnior, 10 de Janeiro de 1947 (1/1). Doc 263. Pasta 374. (fotocópia cortesia Centro de Memória de Torre de Moncorvo, Fundo Professor Santos Júnior).

163/374
Lourival, Marques, Av. d. Rugola, 15, 3-4-1947

Ex^{ma} Sr^{te} Doutor J. P. dos Santos Júnior
meu ant.^o par.^o amigo

Envio o resultado dos testes de inteligência que fiz em
crianças portuguesas, retirando os mapas que tinha juntado.
Se V^{ra} vir utilidade na publicação disso, peço o envio
que a alguma revista de especialidade
sãia de Vassouras ou a pag 96 de "A Inteligência",
sua natureza e medição.

"O estudo da forma como se acha distribuída a inteligência numa
população dada tem uma grande importância tanto teórica como
prática, escreve Terman, pois é uma pergunta vital para um país
aquela que pode formular-se nos termos seguintes: qual é a altura
do nível médio intelectual do nosso povo e em que medida e com
que frequência se manifestam os vários graus de inteligência acima
ou abaixo deste nível médio?"

O Sr. Rui dos Santos recebeu ontem no Quarta
Dirigiu-me 1.000\$ para serem entregues ao Sr. Dr.
quando ele os pedir para praticar os prepara-
dos do espelto

Muito agradeço as fotografias, que vieram avivar a
grata memória do trabalho do M. A. M. que o illustre
chefe continuará com uma proficiência, zelo e patriotismo
que constitui uma lição para todos os colaboradores.
Respeitosas cumprimentações a

Com^{te} de d^o de
Lourival Marques

Figura 15. Carta de Antônio Augusto para Santos Júnior, 03 de Abril de 1947 (1/1). Doc 163. Pasta 374. (fotocópia cortesia Centro de Memória de Torre de Moncorvo, Fundo Professor Santos Júnior).

132/3+4

Lourenço Marques, Avenida da Bugala, 15
 em 10 de Agosto de 1947
 Ex.^{ma} Sr.^a Doutor J. R. dos Santos Júnior e muito
 muito prezado chefe

Chegou ontem a casa a V.ª de 29 de Maio e dois dias antes tinha
 recebido a de 30 de Julho. Muito e muito obrigado!

Pela representação dos prais sobre o Congresso da Assoc. Sul-Afr.
 para o Progresso das Ciências sabe V.ª já que foi escolhida a cidade
 de L. Marques para a reunião de 1948.

Não supponho a hostilidade - não é somente desintensão - com
 que a Junta dos Offícios o trata. V.ª trabalha (e consigo têm de
 trabalhar todos os componentes da M. L. M.) com o máximo zelo e,
 consequentemente, com a máxima intensidade e com a máxima
 eficiência, o que desagrade aos que subordinam toda a sua actua-
 ção à lei suprema do menor esforço conjugado com o máximo
 proveito. Para avaliar o devido número destes carta vel, me-
 rita Comissão nomeada para tratar de determinados assuntos, quan-
 to são os que trabalham...

Com o Inquilino F. M. Gillo sucede o mesmo: é enorme a oposição
 que lhe fazem e os Ministros dizem ter chegado a apreciar muito
 e a apreciar. Seria mesmo que se o preciso relatório que se pede
 com um ano, lido pelo Ministro, o mantenha na Direcção do Serviço
 de Agricultura da Colónia.

Todos os F.O.C. não trabalham para tolher a V.ª os movimentos e
 impedir que lhe aboneie os fundos precisos. Estamos em condições
 de abater os novos dois letiros e eu para eu dedicar às insti-
 tuições que se encontram - eu do Serviço de ensino, vou porvir,
 acutá-lo porquê preciso daquele subsídio para o equilíbrio do
 orçamento familiar.

O Notícias de hoje publica a conclusão do relatório que prevê
 o decréto referente ao empréstimo de 1000 contos e no qual se
 lêem três palavras de V.ª o actual Ministro das Colónias:
 "A Missão de Antropologia, que há 4 campanhas sem inter-

Figura 16. Carta de António Augusto para Santos Júnior, 10 de Agosto de 1947 (1/2). Doc 132.
 Pasta 374 (fotocópia cortesia Centro de Memória de Torre de Moncorvo, Fundo Professor
 Santos Júnior).

tando uma série de trabalhos da sua especialidade, abordando principalmente os problemas biológicos e psicostóricos, de modo a prosseguir em especial no estudo da determinação do nível de inteligência dos negros, das suas capacidades e 'aptidões...'.
 Verifica-se que o actual titular da Pasta dos Colónias tem vista clara e total do valor dos estudos Antropológicos e sei também que não deixará de regozajar-se com o Sábio Doutor Mendes Leal que bem conhece o merecimento do Sr. Doutor Santos Júnior. Apoiar-lhe-á pois, a fim de que triunfe a malvadeza e a inteligência.

As duas fotografias que acompanhavam a carta de 29/6, adiversam-nos as pausas que vinha os dias da M. R. M. Bem haja pela quantidade de mas tu enviadas. No meu diário recordo agora as minhas produções de Oubina e a viagem que ha precisamente um ano fizemos desta cidade até à Marquês direita do rio Licupa, onde chegamos cerca da meia noite e onde dormimos. No dia 13 horas, vencidas as dificuldades da passagem do cais, tivemos almoço festivo com vinho e Port... e à noite estávamos em Moura-batala sem sentir aborrecimento aliado da perda de um dia.

Bem a compreensão sobre o problema Orientação profissional, necessária para sua expansão e generalização, bem merece da Nação o ilustre Doutor D. Delaive e Leal e Fernando. Quando se descobrirem e cultivarem convenientemente os talentos da sociedade portuguesa, venceremos o futuro sector da concorrencia futura. A nossa infância: os nossos jovens em apuro de todo a ordem!

A chegada da "Nova Lisboa" promoveu a Magnifica fotografia. Ainda não procuramos os 1.000 que o nome Ave de Deus do Senhor aqui dizem pt. praticar os preparativos do seguinte.

Muito muito obrigado e petição cumprida. Vai um afetuoso abraço para o distinto compatriota Dr. Norberto e para V. Ex. a expressão da minha suprema estima, admiração e apreço em geral.

António Augusto

Figura 17. 2ª parte da carta de António Augusto para Santos Júnior, 10 de Agosto de 1947 (2/2).
 Doc 133. Pasta 374 (fotocópia cortesia Centro de Memória de Torre de Moncorvo, Fundo Professor Santos Júnior).

31/315
Lamim, Marquis,
Avenida d. Rugola 15
9 d Novembro de 1947

Ex^{ma}. Doutor Santos Júnior, meu
muito ilustre Chefe

Logo que recebi aviso d. D. N. U. para receber os
85.000\$000 enviados por V. Ex.^a telegraficamente, fui
levantar e depositar no mesmo D. N. U. aquela
quantia. Eu meu poder estao ainda 1.000\$000
que o Sr. Reis do Santo me entregou para gra-
tificacao do pessoal que prestavam um serviço,
e que não foram ainda requisitados. Que V. Ex.^a me
se procure algum no Hospital para limpar o al-
cunho?

Pela carta d. V. Ex.^a datada de 8 d Outubro vejo os
termos em que devia ser pagado o recibo de 30
mil escudos, recibo que me apressa a remeter, e
o destino a dar aos restantes 5 mil. Amanha
procurarei o Sr. Barnabé para lhe entregar
a importância das despesas e os 20\$000.

Respeitosas e respeitadas Saudações d.

Cr.^o mt. dd.^o v.^o

e obx

Antônio Augusto

Figura 18. Carta de Antônio Augusto para Santos Júnior, 09 de Novembro de 1947 (1/1). Doc 31. Pasta 375 (fotocópia cortesia Centro de Memória de Torre de Moncorvo, Fundo Professor Santos Júnior).

291374

Pôrto, 18 de Novembro de 1947

Sr. Dr. António Augusto
e meu prezado Amigo

Recebidas ontem as cartas de 7 e 9 do corrente.
Pela primeira verifico que têm surgido embaraços para obter a indispensável autorização de visita às escolas das Missões Católicas.

Tenho com o Sr. Cardeal Gouveia e com o Sr. Cônego Santos muito boas relações.

Se o Sr. Dr. entender conveniente que eu trate do assunto dir-me-ha para cá alguma coisa para combinarmos a maneira de se actuar.

Quanto a mim creio bem que o Sr. Doutor resolverá o assunto.

Se procurar pessoalmente o Sr. Cônego Santos estou certo que tudo se arrumará em bem.

Na certeza porém de que, repito, daqui actuarei conforme combinarmos os dois.

Se, por qualquer motivo, não o quizer procurar pessoalmente, numa nova tentativa de resolução do caso, tenta-se resolver o assunto por cá conforme combinarmos. O Sr. Doutor fará o favor de me dar os esclarecimentos que entender.

Enquanto se não resolve este assunto poderá, se julgar isso conveniente, ir trabalhando nas escolas das Missões estrangeiras.

Fiquei surpreso por as contas da Missão só aí chegarem em 30 de Setembro quando foram aqui postas no correio em 19 de Maio. Quatro meses e meio levaram a chegar aí.

Muito obrigado pelo recorte da gazeta respeitante ao Congresso de Lourenço Marques com a lista dos vogais honorários.

Com a 2.ª carta de 9 de Novembro vinham os dois recibos um de 30 contos e outro de 5.

Conforme supunho ter-lhe já dito tentei na Junta fazer o contrato do Sr. Doutor, surgiram embaraços múltiplos e da própria Junta me foi sugerido que a melhor forma era atribuir-lhe uma verba global que se fixou ser de 30 contos.

Esse dinheiro é portanto já seu.

Os restantes 5 contos são para despesas de aquisição de material, pagamento de serviços auxiliares, dactilografia, gratificações etc., de que o Sr. Doutor apresentará contas no fim do ano.

Quanto aos 1.000 esc. para os esqueletos continuarão na posse do Sr. Doutor até que o homem resolva apresentar algum.

Estimava saber quando haveria os próximos concursos para secretários, visto que há um chefe de posto que eu estimaria convidar para nosso ajudante e cuja aquiescência depende da data dos concursos.

O Norberto envia-lhe lembranças afectuosas.

Os nossos respeitos para a Sra. sua Esposa.

Cumprimentos de muita estima do amigo muito grato.

Figura 19. Carta de Santos Júnior para António Augusto, 18 de Novembro de 1947 (1/1). Doc 29. Pasta 374 (fotocópia cortesia Centro de Memória de Torre de Moncorvo, Fundo Professor Santos Júnior).

14/374
Laurino Marques, Av. de Angola 15, 29-11-1947

Ex^{mo} Sr. Doutor J.R. dos Santos Júnior
meu m^{to} illust. e prez^o chefe

Tenho feito medicina em alunos das escolas da
Município. Como não tinha intérprete, observei
indivíduos de 12 a 14 anos das classes mais adianta-
das. Nesta semana tive já intérprete, mas, para ele
se preparar melhor, exanimaram-se ainda alu-
nos das mesmas classes. Na próxima semana
começaremos com os de 6, 7, 8 anos, das primeiras
classes.

No dia 27 só observei dois porque um desarran-
jo intestinal me forçou a interromper o serviço e
vir para casa. As aulas só funcionaram de manhã.
Embora aluocava recibos a carta de 18 de corrente
e à tarde telefonou o Sr. Dr. [redacted] a dizer que
estavam preparados dois esqueletos para o Instituto de Antropo-
logia e perguntando quando eu podia ir falar-lhe.
Fizemos o ontem e combinamos ir no dia 2 de
dezembro (o dia 1º é feriado) ao Hospital, onde eu cari-
quei o esqueleto de aconitionar os ossos
em caixote para se despachado. Quanto aos 1.000\$
que logo lhe quis entregar, manifestou desejo de os receber
na presença de enfermeiros e por isso os levei no
dia 2.

Sobre minha carta de 17 sabe já V^{ra} o que se passou com
o Conselho e que é inacreditável. A medição de M. San-
to foi infundada apesar de insistir.

Informaram-me na Administração Civil que os Con-
sultores Secretários de Assuntos Múltiplos e que os
novos terão lugar antes de Maio.

Os 35 contos de M. R. M. são empulso de um ad-
ministrato e de uma administração, portanto contos, su-

Figura 20. Carta de António Augusto para Santos Júnior, 29 de Novembro de 1947 (1/2). Doc 14. Pasta 374 (fotocópia cortesia Centro de Memória de Torre de Moncorvo, Fundo Professor Santos Júnior).

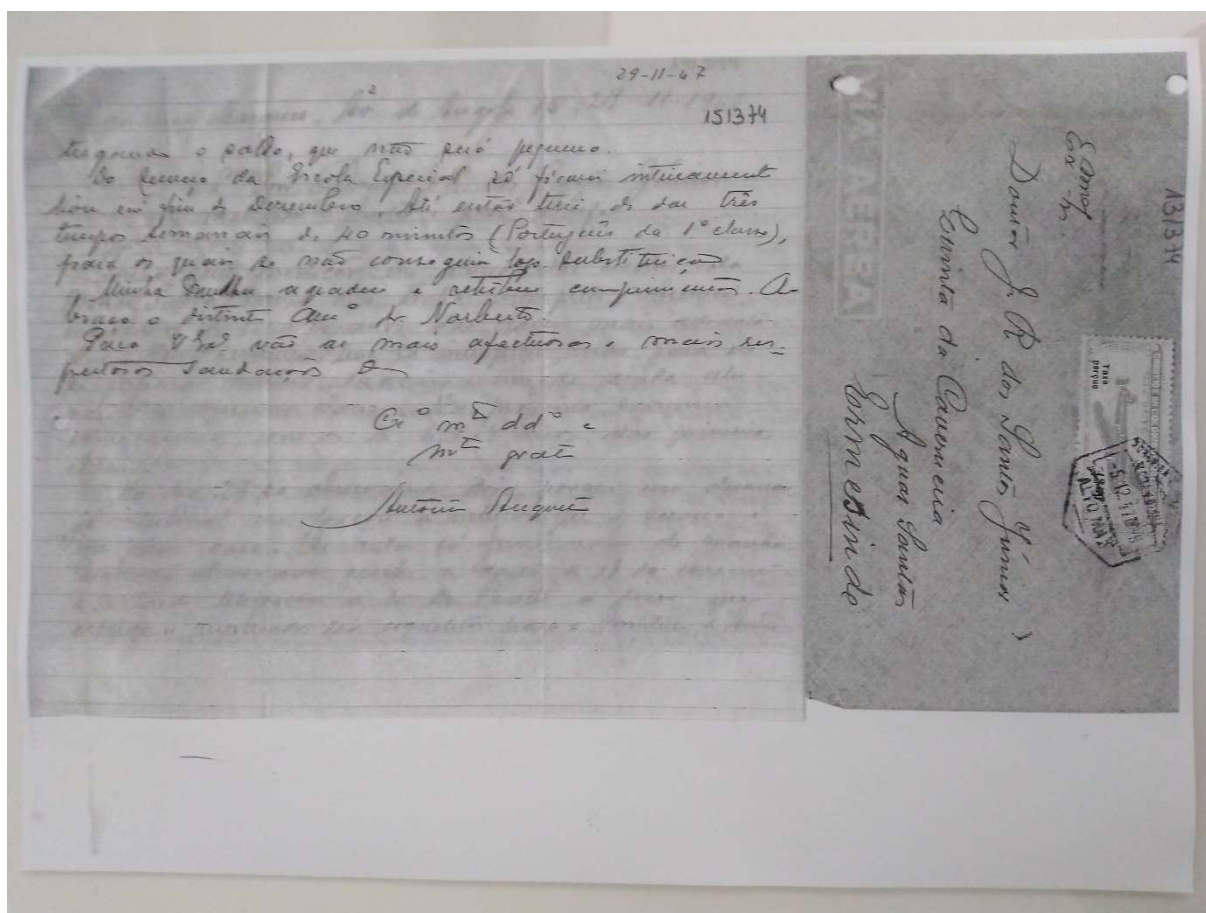


Figura 21. 2ª parte da carta de António Augusto para Santos Júnior, 29 de Novembro de 1947 (2/2). Doc 15. Pasta 374 (fotocópia cortesia Centro de Memória de Torre de Moncorvo, Fundo Professor Santos Júnior).

19 de Dezembro de 1947

1/374

Snr. Dr. António Augusto e meu prezado Amigo

Recebidas as suas cartas de 29 de Novembro e 10 de corrente que agradeço.

Pela primeira verifique que continua animosamente nos seus estudos de Psicotécnica. Só peço a Deus que lhe dê muita saúde e longa vida para poder levar a cabo tão importante tarefa.

Felguei em saber que já temos dois esqueletos preparados. Devem acondicionar-se convenientemente cada um dentro de uma caixa, de forma que os ossos de um se não troquem com os do outro. Isto é absolutamente fundamental. Os ossinhos pequenos devem ficar embrulhados de forma a não serem batidos pelos maiores. Em cada esqueleto deve figurar o sexo, a idade (mesmo aproximada, quando não for possível tê-la certa), se possível a doença causadora da morte e a tribo a que o indivíduo pertence. Esta última indicação é absolutamente indispensável, sob pena de os esqueletos perderem muito do seu valor como documento antropológico. Eu já tinha dado todas estas indicações e o Dr. [redacted] bem as sabe. Não sei como ha-de fazer-se o despacho desses esqueletos. Vou falar no caso ao Sr. Doutor Mendes Correia. Suponho porém que o melhor é eles aguardarem a minha ida aí. Trago-os depois com o grosso da bagagem.

Responde agora à carta de 10 de corrente.

Fiquei satisfeito pelo que me diz ter-lhe sido informado por carta do Sr. engenheiro Grilo. A minha satisfação result da circunstancia de os trabalhos do meu Amigo serem devidamente apreciados na Junta.

Pela minha parte nada mais faço do que apreciar com justiça a leal e valerosa colaboração do Sr. Dr. nos trabalhos prestados à Missão.

Não conheço pessoalmente o engenheiro Grilo. Sei apenas que é uma pessoa dotada de notáveis qualidades de inteligência e de trabalho. Numa minha ida próxima a Lisboa hei-de ver se o procuro para o ficar a conhecer pessoalmente.

A complicação que surgiu com as missões católicas para o exame psicotécnico das crianças não sei como interpretar-la, nem sei como resolve-la. Acha o meu Amigo que deve escrever ao Sr. Cardeal a tratar do assunto?

Estou que tudo se resolverá.

Achei graça à conversa do tenente. Já me tinha constado a campanha feita contra a Missão por alguns administrativos. Precisamos de trabalhar cada vez mais e com redobrado entusiasmo. É a forma de quebrarmos os dentes babados de peçonha desses maldizentes que nada fazem nem querem deixar fazer os outros.

É possível que dentro de 2 dias tenha de ir a Lisboa ver se desengrava o resto das massas da Missão.

Por cá também tenho uns amigos dos diabos que só não me amam mais porque não podem.

Mas, por Deus e com muita paciência, espero levar esta cruz ao calvário. Desejo-lhe muito Boas-Festas de Natal e um excelente Ano-Novo, com muita saúde tanto ao meu Exmo. Amigo como à Senhora sua Esposa para quem vou os nossos respeitosos cumprimentos.

Cumprimentos de muita estima do amigo muito grato

Figura 22. Carta de Santos Júnior para António Augusto, 19 de Dezembro de 1947 (1/1). Doc 9. Pasta 374 (fotocópia cortesia Centro de Memória de Torre de Moncorvo, Fundo Professor Santos Júnior).



14 de Janeiro de 1948

Senhor Doutor Mendes Correia e
meu Querido Amigo

Muito obrigado pela revisão das provas que recebi ontem re-
cambiadas de Mogadouro, e ontem mesmo entreguei na Imprensa.

Nada se sabe ainda de concreto sobre a data da realização
do concurso mas eu queria acabar a tese o mais depressa possível
para tratar das coisas do Congresso de Ciências Naturais.

Conviria promover uma reunião com os secretários delegados
de Lisboa e Coimbra. Talvez seja conveniente pensar na 2ª cir-
cular e nas teses a distribuir. E os 100 contos prometidos?

Recebi carta de África do Dr. António Augusto que prossegue
nos seus estudos de psicotecnia das crianças das escolas indíge-
nas de Lour. Marques e arredores. Vai agora visitar as sedes
dos regulados e continuar os seus exames nas crianças dos 6 aos
13 anos. Quere completar séries de 100 casos para cada ano de i-
dade.

Na mesma carta diz-me o Dr. António Augusto que já temos 2
esqueletos completos de negros XXXXXXXX falecidos no Hospital
de Lour. Marques. Tratei do caso com o Dr. [redacted] que dirigiu os
serviços de maceração e branqueamento dos ossos. Com o Dr. [redacted]
[redacted], Director dos Serviços de Saúde também tratei do
caso. O único cuidado a ter é conservar uma relativa reserva no
caso para que os pretos não tomem conhecimento e fiquem a jul-
gar que os brancos lhe querem os ossos para coisas de feitiçaria.
Os esqueletos são para o nosso Instituto. Como quero Senhor
Doutor que se faça? Manda-os vir já, ou esperar que preparem
mais para eu depois trazer se lá for?

Recebi hoje informação do Banco Nacional Ultramarino de que
tenho à minha ordem o dinheiro da Missão em atraso. Até que en-
fim. É tarde e XX a más horas, mas sempre veio.

Desejando que o Senhor Doutor tenha a melhor saúde, lhe envi-
a cumprimentos de muita estima o amigo muito grato

Santos Jr.

Figura 23. Carta de Santos Júnior enviada para Mendes Correia, 14 de Janeiro de 1948 (1/1).
Biblioteca da Faculdade de Ciências da UPorto, no Fundo do Mendes Correia / Instituto de
Antropologia, Caixa s/n, pasta "I. Antropologia" (cedida pela Dr.ª Célia Cruz, imagem de M.
Soares e A. Godinho).

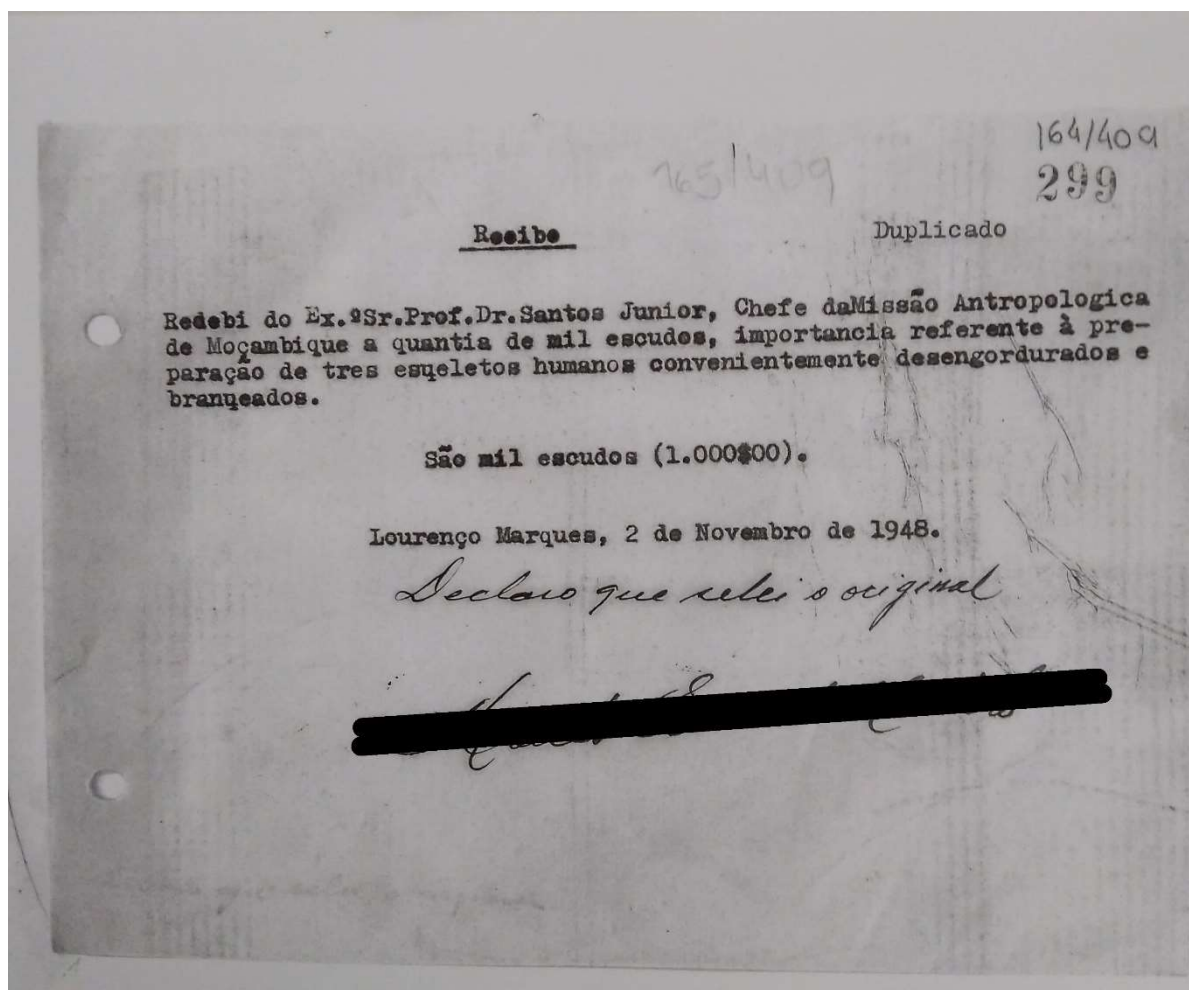


Figura 24. Recibo do enfermeiro que preparou 3 esqueletos moçambicanos para a MAM. Doc 164. Pasta 409 (fotocópia cortesia Centro de Memória de Torre de Moncorvo, Fundo Professor Santos Júnior).

Relatório com os conteúdos das caixas da MAM no navio Benguela.

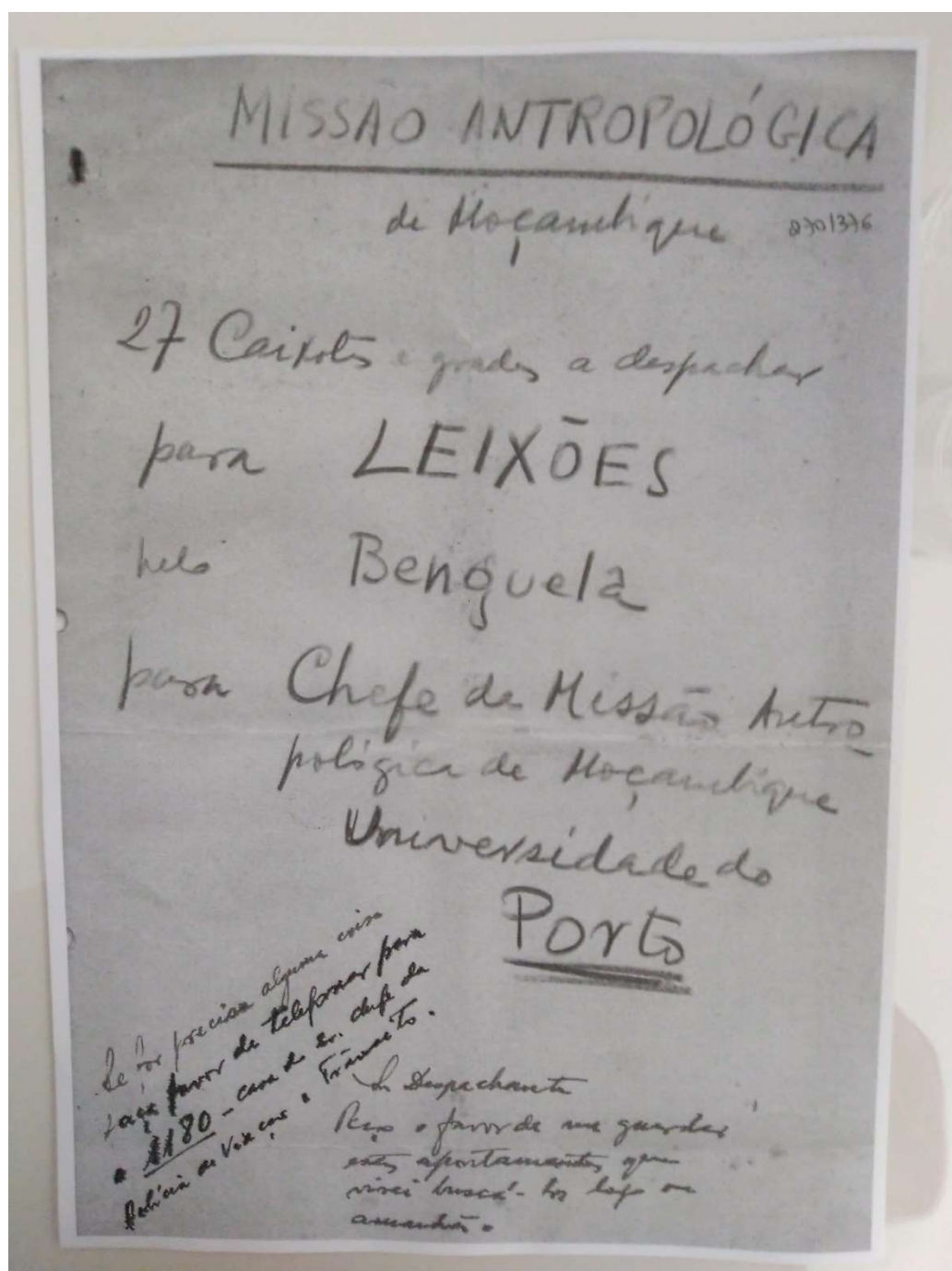


Figura 25. Capa do relatório de conteúdos das caixas da MAM enviadas à Portugal pela equipa da missão. Doc 270. Pasta 376 (fotocópia cortesia Centro de Memória de Torre de Moncorvo, Professor Fundo Santos Júnior).

2311376

MISSÃO ANTROPOLÓGICA DE MOÇAMBIQUE

N.º 1 a 9		grades	Peso
45		Caixote c/	
80			
3600		80 x 45 x 35 =	116,000
35			
180		cada um com o peso de	55 kg.
108			
116,000		contem garrafas varias	108,000
		Valor de cada um	120,000
N.º 10 -		Caixote c/ 88 x 48 x 25 =	105,600
88			
48		com o peso de	45 kg.
704			
352		contem	
4224		frascos com lichos	
25		esqueletos de macacos	
21120		objectos etnograficos	
8448		Valor	500,000
105.600			
N.º 11 -		Caixote c/ 80 x 70 x 45 =	252,000
80			
70		com o peso de	79 kg
5600			
45		contem: garrafas varias	
280		Valor	150,000
224			
252,000			
N.º 12 -		Caixote c/ 175 x 66 x 50 =	577,500

Figura 26. Página 1/4 do relatório de conteúdos das caixas da MAM enviadas à Portugal pela equipa da missão. Doc 271. Pasta 376 (fotocópia cortesia Centro de Memória de Torre de Moncorvo, Fundo Professor Santos Júnior).

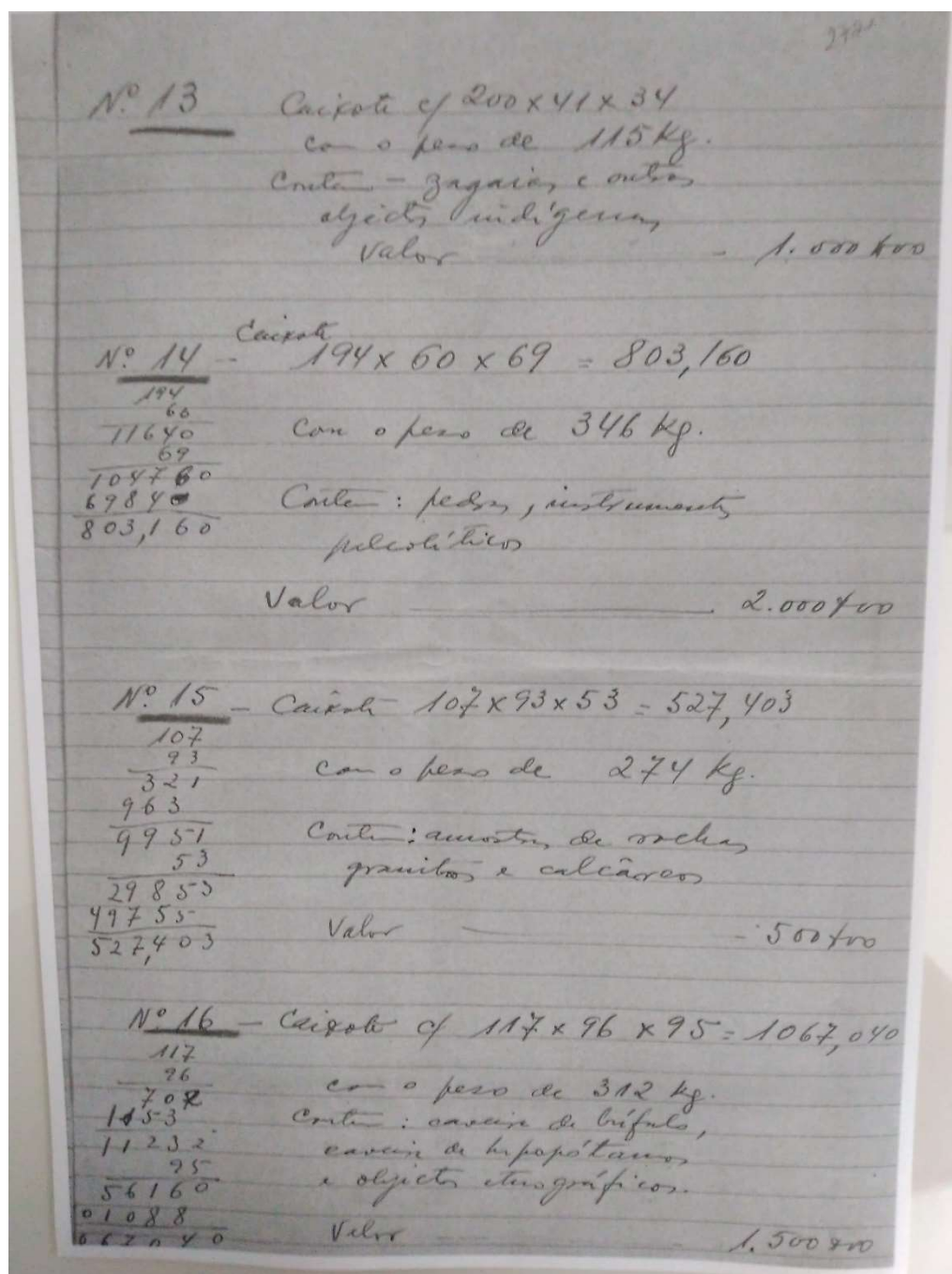


Figura 27. Página 2/4 do relatório de conteúdos das caixas da MAM enviadas à Portugal pela equipa da missão. Doc 272. Pasta 376 (fotocópia cortesia Centro de Memória de Torre de Moncorvo, Fundo Professor Santos Júnior).

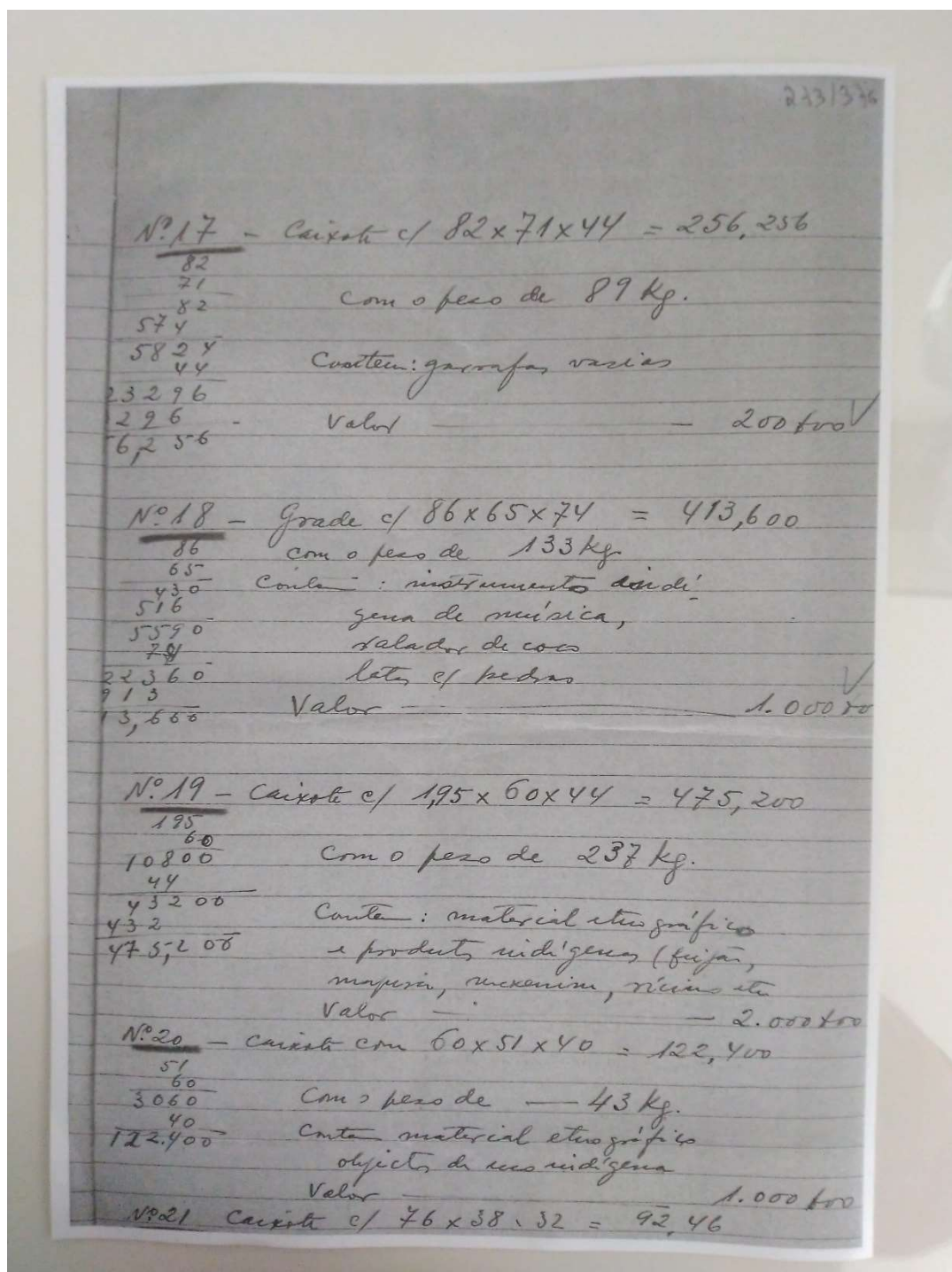
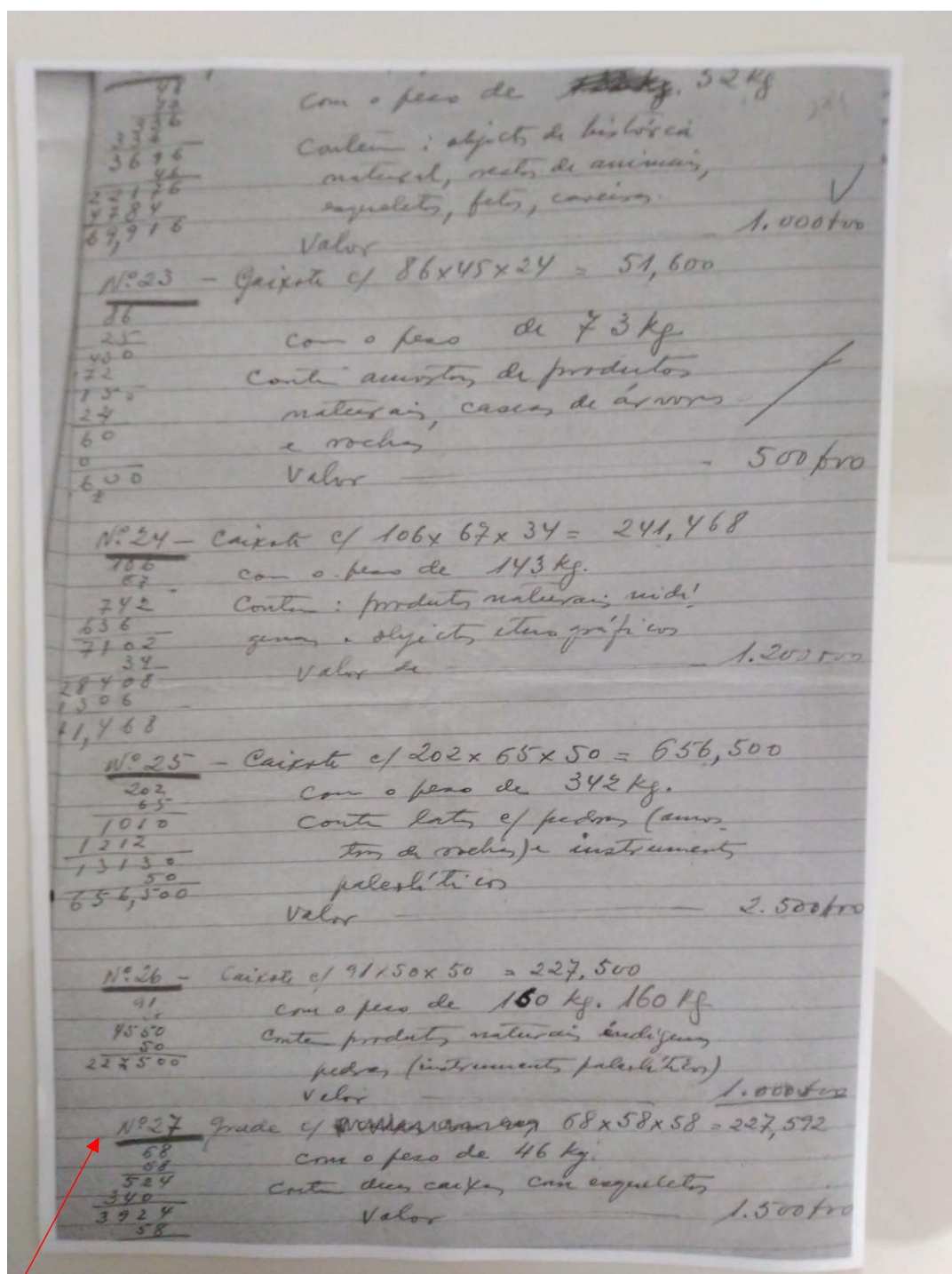


Figura 28. Página 3/4 do relatório de conteúdos das caixas da MAM enviadas à Portugal pela equipa da missão. Doc 273. Pasta 376 (fotocópia cortesia Centro de Memória de Torre de Moncorvo, Fundo Professor Santos Júnior).



Caixa com os esqueletos

Figura 29. Página 4/4 do relatório de conteúdos das caixas da MAM enviadas à Portugal pela equipa da missão. Doc 274. Pasta 376 (fotocópia cortesia Centro de Memória de Torre de Moncorvo, Fundo Professor Santos Júnior).



Figura 30. Caixa proveniente do IICT com partes do indivíduo nº 1. Missão Antropológica de Moçambique, Instituto de Investigação Científica Tropical, Universidade de Lisboa, MUHNAC-UL-DEP-IICT/MAM-43/028, (fotografia F. Carvalho, cortesia Universidade de Lisboa).

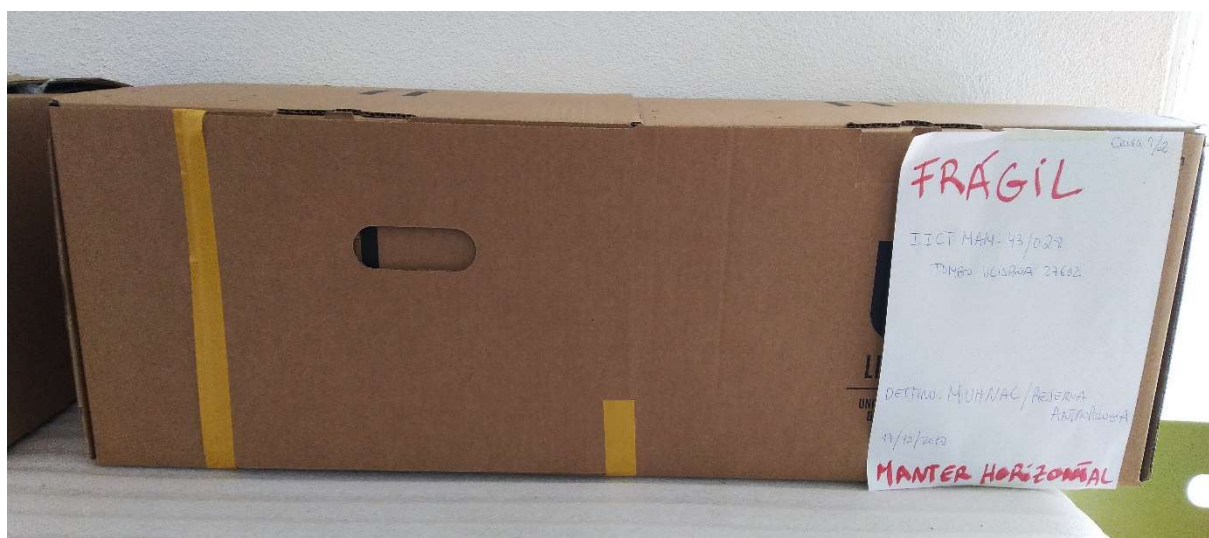


Figura 31. Caixa proveniente do IICT com partes do indivíduo nº 1. Missão Antropológica de Moçambique, Instituto de Investigação Científica Tropical, Universidade de Lisboa, MUHNAC-UL-DEP-IICT/MAM-43/028, (fotografia F. Carvalho, cortesia Universidade de Lisboa).

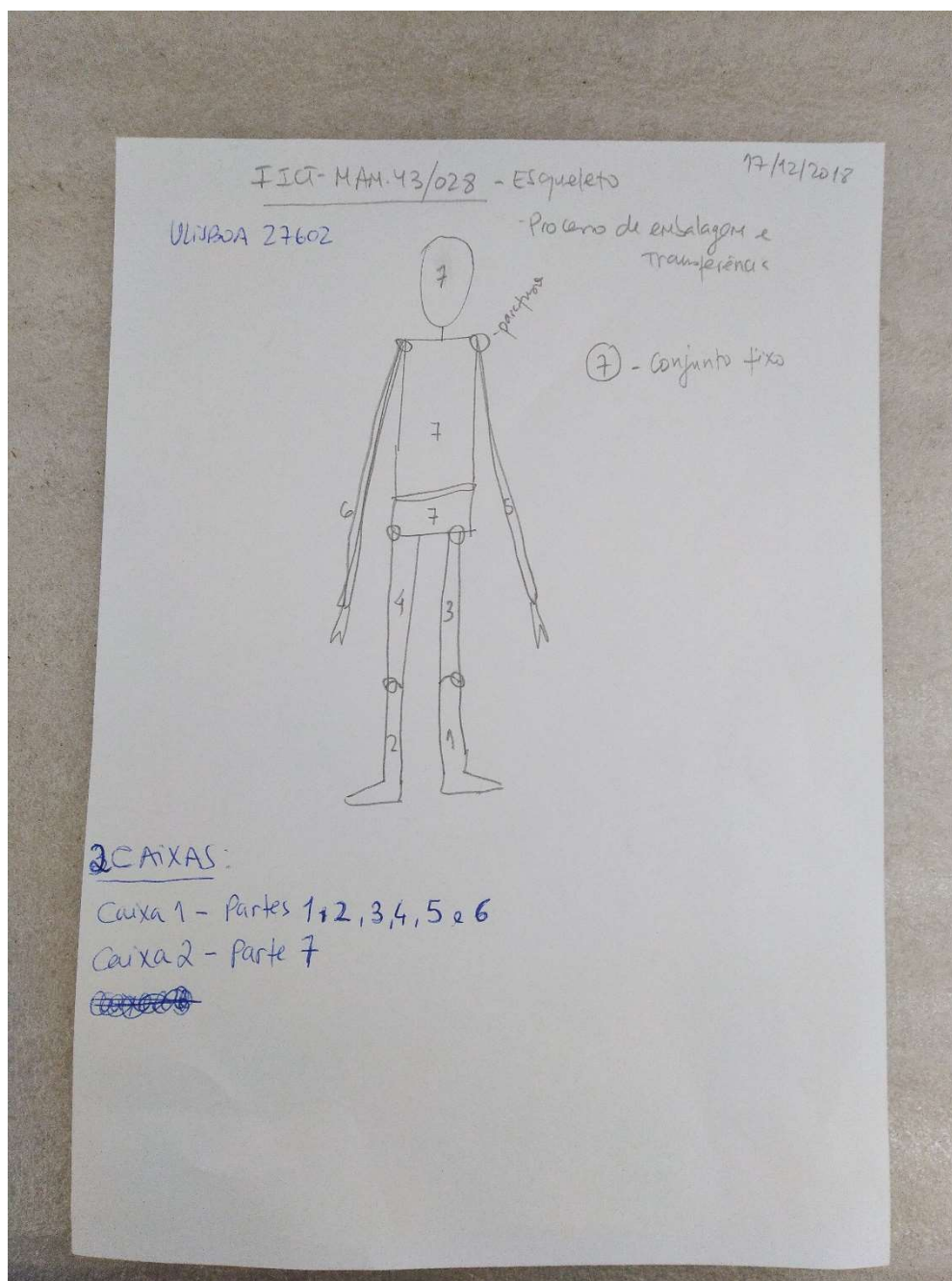


Figura 32. Processo de embalagem e transferência indivíduo nº 1, dividido em 2 caixas: partes fixas, partes móveis. Missão Antropológica de Moçambique, Instituto de Investigação Científica Tropical, Universidade de Lisboa, (fotografia F. Carvalho, cortesia Universidade de Lisboa).

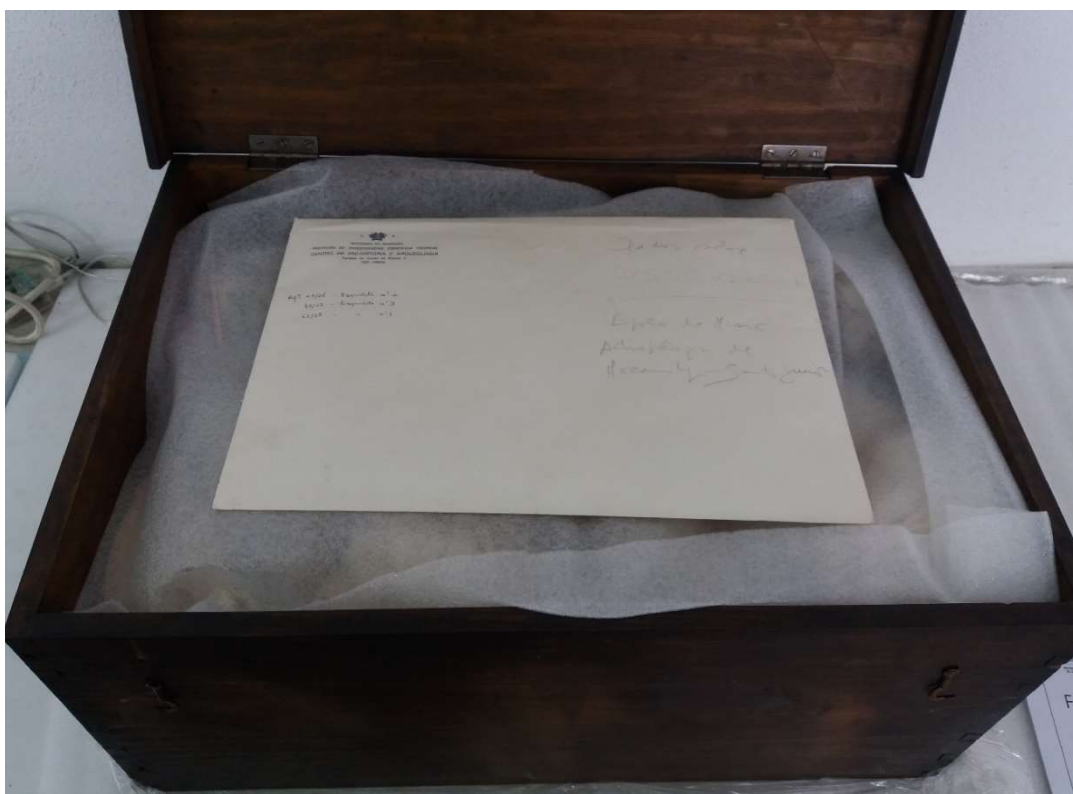


Figura 33. Caixa 149 indivíduo nº 2. Missão Antropológica de Moçambique, Instituto de Investigação Científica Tropical, Universidade de Lisboa, MUHNAC-UL-DEP-IICT/MAM-43/026, (fotografia F. Carvalho, cortesia Universidade de Lisboa).



Figura 34. Caixa 150 indivíduo nº 3. Missão Antropológica de Moçambique, Instituto de Investigação Científica Tropical, Universidade de Lisboa, MUHNAC-UL-DEP-IICT/MAM-43/027, (fotografia F. Carvalho, cortesia Universidade de Lisboa).